



# Seis de Julho

A greve dos Petroleiros de 1983

Carlos Lucena



# **SEIS DE JULHO**

A greve dos petroleiros de  
1983

Carlos Lucena

# SEIS DE JULHO

A greve dos petroleiros de  
1983

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações  
2023



NAVEGANDO

Navegando Publicações



NAVEGANDO

[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)  
[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)

Uberlândia – MG,  
Brasil

**Direção Editorial:** Navegando  
**Projeto gráfico e diagramação:** Lurdes Lucena  
**Arte da Capa:** Alberto Ponte Preta

**Copyright © by autor, 2023.**

L9631 – LUCENA, Carlos. Seis de Julho: a greve dos petroleiros de 1983.  
Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ISBN: 978-65-81417-91-8

 10.29388/978-65-81417-91-8

1. Petroleiros 2. Ditadura Civil–militar 3. Sindicalismo 4. Fundo Monetário Internacional. I. Carlos Lucena. Navegando Publicações. Título.

CDD – 300

### Índice para catálogo sistemático

Ciência Política	320
Educação	370

Navegando Publicações



[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)

[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)

Uberlândia – MG

**Brasil**

## Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

## Conselho Editorial Multidisciplinar

### Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil

Anderson Brettas – IFTM – Brasil

Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil

Carlos Lucena – UFU – Brasil

Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil

Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil

Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil

Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil

Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil

Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil

Inez Stampa – PUCRJ – Brasil

João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil

Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil

Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil

Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil

Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil

Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil

Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil

Paulino José Orso – Unioeste – Brasil

Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil

Robson Luiz de França – UFU, Brasil

Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil

Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil

Valeria Lucia Forti – UERJ – Brasil

Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

### Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.

Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal

Alexander Steffanell – Lee University – EUA

Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana

Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana

Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia

Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala

Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina

Christian Cwik – Universität Graz – Austria

Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile

Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA

Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica

Elsa Capron – Université de Nimès / Univ. de la Reunión – France

Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.

Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha

Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia

Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México

Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal

Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia

Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México

Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela

Jorge Enrique Elias-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia

José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México

José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha

Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha

Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador

Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia

Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras – Honduras

Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha

Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal

Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha

Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia

Roberto Gonzales Aranas – Universidad del Norte – Colômbia

Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica

Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha

Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha

Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba

Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça

Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal

Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra

Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai

Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba

**Livro em homenagem aos 40 anos da  
Greve dos Petroleiros de 1983**

# SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO</b>	8
<b>I - A revolta da criatura contra o criador: a greve dos petroleiros de Paulínia e Mataripe</b>	19
<b>1.1- O conflito petroleiro de 1983</b>	36
<b>II - Alguns pressupostos da ditadura civil-militar no Brasil</b>	63
<b>2.1 - O aparato repressivo militar</b>	71
<b>2.2 A ditadura civil-militar e as torturas</b>	76
<b>2.3- A repressão e sua legitimação jurídica</b>	91
<b>2.4 Os Atos Institucionais</b>	93
<b>2.5 A Doutrina de Segurança Nacional - DSN.</b>	99
<b>III - Os Planos Nacionais de Desenvolvimento e a geopolítica internacional</b>	111
<b>3.1- O I Plano Nacional de Desenvolvimento</b>	111
3.1.1- O I PND e a crise internacional	121
<b>3.2 – O II Plano Nacional de Desenvolvimento</b>	125
3.2.1- O II PND e a crise internacional	130
3.3.2- O II PND e os petroleiros de Paulínia	137
<b>3.3 O III Plano Nacional de Desenvolvimento</b>	145
3.3.1- O embrião neoliberal no Brasil e a influência dos Chicago Boys.	159
3.3.2- O governo Figueiredo e o FMI	181

3.3.3- O FMI e a dívida externa dos países periféricos	183
3.3.4- A crise dos países latinos americanos e a dívida externa.	188
3.3.5- O Segundo Choque do petróleo	194
<b>IV - A greve dos petroleiros de 1983 e o FMI: considerações teóricas.</b>	<b>200</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>224</b>
<b>SOBRE O AUTOR</b>	<b>242</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	<b>243</b>

## PRÓLOGO

A escolha do título deste livro não se deu ao acaso. No dia seis de julho de 1983 ocorreu um dos maiores movimentos paredistas da década de 1980. Os trabalhadores da Petrobrás vinculados às Refinarias de Paulínia e Mataripe na Bahia entraram em greve contra o combalido governo Figueiredo e o Fundo Monetário Internacional. Seu objetivo foi barrar o processo de privatização e evitar demissões em massa de funcionários públicos e das empresas estatais.

A greve dos petroleiros de 1983 inaugurou um conjunto de lutas dessa categoria profissional que se estenderam nas duas décadas seguintes. Ela ocorreu em um cenário de profundas transformações econômicas e políticas no Brasil influenciadas pelas complexas mudanças no quadro econômico internacional. Ao fazer esta afirmação, entendemos que um fenômeno particular se explica no geral. A recuperação dos processos sociais em curso na sociedade capitalista tem como pressuposto a recuperação de suas contradições em uma dimensão de totalidade que dá sentido ao objeto em estudo.

A luta sindical se justifica nessa prerrogativa. Os trabalhadores organizados em torno de organismos sindicais constroem leituras, percepções e interpretações de sociedade que podem ser revolucionárias ou conservadoras de acordo com as contradições apresentadas em determinados períodos da história.

A centralidade do sindicato enquanto agente político formativo dos trabalhadores está presente tanto na obra

marxiana como marxista. Em “O capital”, Marx demonstrou a importância dos sindicatos para a construção da consciência coletiva dos trabalhadores das condições de exploração da sua força de trabalho. A questão primordial para Marx foi a utilização do sindicato como ferramenta para a consolidação das lutas da classe operária. Em o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, denominado como I Internacional Comunista, ocorrido na cidade de Genebra entre os dias 3 e 8 de setembro de 1866, Marx redigiu e apresentou as “Instruções para os Delegados do Conselho Central Provisório acerca de Questões Específicas” objetivando demonstrando que a luta de classes de cunho econômico possui sólidas ligações com a luta política. Foi nesse sentido que dissertou sobre o passado das lutas dos trabalhadores demonstrando que:

Capital é poder social concentrado, ao passo que o trabalhador dispõe apenas de sua força de trabalho individual. Por isso, o contrato firmado entre capital e trabalho não pode jamais se assentar sobre condições justas, justas nem mesmo no sentido de uma sociedade que opõe a propriedade sobre os meios materiais de vida e do trabalho à força produtiva viva. O único poder social dos trabalhadores é o seu poder numérico. Entretanto, esse poder numérico é anulado pela desunião. A desunião dos trabalhadores surge e mantém através da inevitável concorrência que sustentam entre si.

Os sindicatos foram construídos, por meio das tentativas espontâneas dos trabalhadores de suprimirem ou, ao menos, limitarem essa concorrência, com o objetivo de imporem condições contratuais que os elevassem, no mínimo, acima da posição de meros escravos. Sendo assim, o objetivo imediato dos sindicatos limitou-se às exigências do momento,

enquanto meio de defesa contra os permanentes assaltos perpetrados pelo capital, em uma palavra: limitou-se às questões relacionadas com salário e jornada de trabalho<sup>1</sup>.

Quanto ao presente, demonstrou que os sindicatos se ocuparam:

[...] até o presente momento, exclusivamente com a luta local e imediata contra o capital e ainda não compreenderam inteiramente que forças representam na luta contra o próprio sistema de escravidão assalariada. Por isso, mantiveram-se muito distantes dos movimentos políticos e gerais. Nos últimos tempos, parecem, entretanto, estar despertando para sua grande missão histórica [...] Essa conferência elogia plenamente os esforços da Associação Internacional no sentido de unificar os trabalhadores de todos os países no quadro de uma liga fraternal comum e recomenda, de maneira pertinaz, às diversas organizações aqui representadas que ingressem nessa Associação, acreditando ser essa última necessária para o progresso e a prosperidade de todos os trabalhadores<sup>2</sup>.

Dissertando sobre as perspectivas e objetivos futuros da luta dos trabalhadores afirmou que os sindicatos:

[...] devem aprender agora a agir como centros de organização da classe trabalhadora, atuando no grande interesse de sua completa emancipação. Devem apoiar todo e qualquer movimento social e político que se projete nessa direção. Se os sindicatos conceberem a si mesmos como vanguardas e representantes de toda a classe trabalhadora, atuando de acordo com essa

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.scientific-socialism.de/MarxSind.htm>

<sup>2</sup> Idem ao anterior

concepção, haverão de conseguir arrastar os excluídos para o interior das suas fileiras. Devem ocupar-se cuidadosamente com os interesses das profissões mais mal pagas, p.ex. os trabalhadores rurais que se demonstram como impotentes, por força de circunstâncias particularmente desfavoráveis. Devem convencer todo o mundo de que suas aspirações encontram-se muito distantes de serem limitadas e egoístas, estando direcionadas, pelo contrário, para a emancipação dos milhões de oprimidos<sup>3</sup>.

Lênin em “Sobre os sindicatos” demonstrou que as greves são instrumentos que promovem a solidariedade e união entre os trabalhadores. Referenciado na “teoria da vanguarda”, demonstrou que as greves deveriam se subordinar às estratégias do Partido Operário, condição essencial para a emancipação de todos os trabalhadores. O Partido Operário, por sua própria condição vanguardista, possui potencial de atuar e construir uma concepção ontológica responsável por “atuar além das ideologias” garantindo rumos ao processo revolucionário.

Gramsci em *Jornal L'Ordine Nuovo* de 11 de Junho de 1919 estabeleceu a diferenciação entre os sindicatos, os movimentos sociais e o partido político. Os sindicatos e os movimentos sociais possuem limites revolucionários pela sua própria natureza de ação. Em outras palavras, sua essência está em atender as reivindicações de segmentos sociais isolados da sociedade o que restringe a possibilidade de superação do modo de produção capitalista. Outro aspecto consiste em sua própria burocratização interna. Tomando como exemplo os

---

<sup>3</sup> Idem ao anterior

sindicatos italianos, demonstra que essa mesma burocratização transforma-os em autênticos escritórios que se distanciam dos trabalhadores. É o Partido Político que deve organizar a formação da consciência da classe trabalhadora. Sua ação deve produzir reivindicações e estratégias de luta que superem as aspirações imediatas, conduzindo os trabalhadores à conquista do poder político. Em outras palavras, o partido como um “moderno príncipe” capaz de realizar transformações morais e intelectuais, base esta fundamental para a construção de uma vontade coletiva revolucionária.

Mészáros demonstrou a importância dos sindicatos enquanto agente organizativo político dos trabalhadores. Porém, ressaltou que a divisão entre os próprios sindicatos fragiliza a relação com seus braços políticos maiores que são os partidos defensores das visões de mundo dos trabalhadores<sup>4</sup>.

O novo sindicalismo na década de 1970 e seus desdobramentos na década seguinte inspiraram um conjunto de debates em virtude do avanço das lutas no país. Maria Hermínia Tavares Almeida entende que o novo sindicalismo se contrapôs à estrutura política vigente no Brasil, transformando-se em um importante ator no processo de redemocratização do país. O novo sindicalismo, flertando com grupos nacionalistas e marxistas, agiu em duas frentes específicas. Por um lado, representou uma ruptura com o modelo sindical populista oriundo do governo Vargas e ainda imperante no Brasil. Por outro lado, inseriu os trabalhadores em uma luta por meio da negação da política trabalhista do governo civil-militar no país.

---

<sup>4</sup>Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1372042-chavez-e-china-sao-os-destaques-do-seculo-21-diz-o-filosofo-mezzaros.shtml>. Acesso em: 04 dez. 2013.

De acordo com Leôncio Martins Rodrigues, o sindicalismo da década de 1970 expressou um conjunto de lutas em questões sociais e profissionais marcadas pela negociação direta com o patronato sem a intervenção estatal. Luiz Verneck Vianna aponta que o novo sindicalismo representou a negação às estruturas trabalhistas presentes na Consolidação das Leis do Trabalho. A incorporação de milhares de trabalhadores ao movimento sindical combativo ocorreu acompanhada pela ausência de articulação política entre os sindicatos e os partidos. Essa ação manifestou ao mesmo tempo a contradição entre a mobilização e a despolitização dos trabalhadores.

Armando Boito Júnior demonstrou a dependência do novo sindicalismo ao imposto sindical como forma de financiamento de suas lutas sociais. Desenvolveu o conceito de sindicalismo de Estado, demonstrando que os sindicatos, mantido nas amarras do imposto sindical, atrelaram-se à estrutura estatal presente, limitando o alcance dos seus projetos reivindicativos. Ricardo Antunes debateu a complexa relação entre o “fim do milagre econômico” e a deterioração das condições de trabalho no “chão da fábrica”. Essa relação foi essencial para a construção de greves espontâneas desprovidas da direção vanguardista do partido. As greves construídas nessa concepção acabaram por privilegiar as necessidades imediatas dos trabalhadores, perdendo a dimensão revolucionária transcendente a própria greve. Esses tipos de greve manifestaram a contradição de, por um lado, aguçar o movimento e resistência dos trabalhadores contra a exploração capitalista e, por outro lado, produzir uma consciência limitada quanto aos processos estruturantes que geram esta mesma exploração.

A discussão sobre as contradições presentes na expansão do novo sindicalismo no Brasil são fundamentais para a análise da greve dos petroleiros de 1983. A ação do novo sindicalismo embasou o crescimento gradativo do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia. A organização desses trabalhadores teve início a partir da entrada em operação da Refinaria do Planalto, denominada posteriormente como Refinaria de Paulínia – Replan, como desdobramento da política de substituição de importações exposta pelo governo civil-militar.

Um complexo processo político estava em curso no Brasil. O golpe militar de 1964, responsável pela deposição do então Presidente da República, João Goulart, implicou severas mudanças no país manifestas pela edição gradativa de sucessivos Atos Institucionais e a instauração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento: um processo ditatorial que garantiria a predominância dos interesses das frações de classe burguesas no Brasil. Com inferência, entendemos esse processo de cunho civil-militar através do qual estava em jogo a garantia das formas reprodutivas do capital e a hegemonia estadunidense no contexto da guerra fria. A ditadura civil-militar não foi apenas gerida pelos militares, mas sim com participação massiva de setores civis que ajudaram tanto na elaboração como na introdução de ações repressivas e mudanças econômicas no Brasil.

A instauração do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), período marcado pelo crescimento de investimentos consideráveis em estrutura produtiva no país, determinaram a construção da Refinaria de Paulínia. A região sudeste foi escolhida por questão estratégica governamental. Por um lado,

responsável por um complexo industrial exposto em diferentes ramos produtivos e, por outro lado, palco de um conglomerado de milhares de trabalhadores através do qual o crescimento econômico e de infraestrutura garantiria o controle de seus fenômenos de rebeldia.

A instauração dos três Planos Nacionais de Desenvolvimento se explica a partir de entendimentos e respostas nacionais a um amplo processo de reestruturação capitalista em curso na década de 1970. O crescimento econômico no I PND por meio de empréstimos internacionais aproveitando a crescente oferta de petrodólares existentes no mercado financeiro e o II PND como alternativa à crise internacional. As empresas estatais seriam utilizadas para financiar a crescente dívida interna brasileira, estratégia essa voltada a garantir a continuidade do crescimento brasileiro e efetividade ideológica do governo militar como representante das frações de classe burguesas nacionais. O III PND construído após o fracasso do II PND ocorreu em meio a um cenário de crise internacional na qual impulsionou o Brasil a um profundo processo recessivo chegando, em 1982, à beira da falência total da economia manifesta na “quebra de caixa”.

Um conjunto de negociações governamentais com o Fundo Monetário Internacional voltadas à obtenção de empréstimos para investimento nacional e continuidade do pagamento dos juros da dívida externa brasileira ocorreu no período em questão. A subordinação nacional nos permite desenvolver a crítica à relação entre o Brasil e o FMI, representante dos prestamistas transnacionais, demonstrando a fragilidade nacional, cujo poder de barganha não foi além da possibilidade de ação de um Principado.

O apogeu e crise dos militares à frente do governo brasileiro se explicam em um complexo processo reestruturante do capital mundializado. Essa reestruturação ocorreu em resposta a um conjunto de fatores interligados que colocou em cheque a estabilidade do capitalismo em âmbito mundial. Esses fatores são enunciados como a crise econômica interna nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 60 do século XX, a queda do sistema de Bretton Woods e as sucessivas crises no Oriente Médio responsáveis pela elevação contínua do preço do barril do petróleo.

O endividamento dos Estados Unidos, responsável pela construção de condições que não permitiram ao país arcar com o Sistema de Bretton Woods, criado após o final da Segunda Grande Guerra Mundial, responsável pela criação do FMI e do Banco Mundial, determinou uma recessão generalizada no mundo capitalista. Ao mesmo tempo, o crescimento dos conflitos no Oriente Médio, insuflados pela criação do Estado de Israel e sua parceria econômica e política com os Estados Unidos, implicaram retaliações da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, cuja ação em elevar o preço do barril do petróleo afetou toda a produção industrial.

A reestruturação das formas acumulativas do capital atuou como resposta a essa crise internacional. As alternativas criadas para a continuidade das formas reprodutivas do capital em sua forma produtiva e financeira determinaram a mudança de atuação do FMI. Este, alçado a principal representante dos prestamistas internacionais vinculados aos países centrais, elevou de forma contínua as taxas de juros internacionais, endurecendo as negociações com os países periféricos. A salvação dos países centrais estava na exploração radical dos

países periféricos, independente dos custos sociais para esse fim.

Tomando como referência as exigências do FMI para a concessão de novos empréstimos aos cada vez mais empobrecidos países periféricos, estava a exigência de abertura das suas economias a setores transnacionais acompanhadas pelo abandono de políticas nacionais desenvolvimentistas. O início dos anos 80 do século XX, período ao qual ocorreu a greve em estudo, foi o embrião da instauração do neoliberalismo no Brasil, sendo Hayek e seus seguidores da Escola Chicago eleitos como parceiros epistêmicos para esse fim.

A greve dos petroleiros de 1983 se explica a partir desse complexo movimento econômico internacional. Sua luta de resistência acompanhada pela severa repressão do governo Figueiredo com centenas de demissões em Paulínia no estado de São Paulo e Mataripe no estado da Bahia implicou um movimento paredista com maior envergadura do que aparentou ser. Esses trabalhadores ao optarem pela realização do movimento paredista desafiaram os setores produtivos e financeiros internacionais tendo como representante o FMI e como braço repressor a ditadura civil-militar e a direção da Petrobrás.

O trabalho está dividido em quatro partes interligadas. A primeira parte faz referência à greve dos petroleiros de Paulínia e Mataripe em 1983, sua forma organizativa, reivindicações e entrevistas com dirigentes sindicais e trabalhadores que dela participaram. A segunda parte se refere à ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964 e seus desdobramentos na década seguinte. A terceira parte elucida os Planos Nacionais de Desenvolvimento. A quarta parte as

considerações teóricas sobre a greve dos petroleiros de 1983 inserida em sua totalidade.

Essa totalidade de conflitos e contradições responsáveis pela greve dos petroleiros de 1983 materializa o desafio de aprofundar as questões expostas anteriormente. Defendemos a tese que a greve dos petroleiros de 1983 inaugurou a resistência nacional contra os interesses prestamistas internacionais capitaneados pelo Fundo Monetário Internacional. Um movimento de luta dos trabalhadores, cujos desdobramentos transcenderam as reivindicações da própria categoria profissional. Ao contraporem o metabolismo entre o capital produtivo e financeiro internacional, resistiram contra a principal exigência de suas frações de classe: a subordinação do Estado nacional brasileiro aos interesses financeirizados em nível mundial expressos na exigência de sua abertura e o fim da política de substituição de importações.

Este trabalho é dedicado à memória das lutas sindicais dos petroleiros no Brasil e sua histórica resistência contra as fases embrionárias no neoliberalismo no Brasil, cujos embates se acirraram na década seguinte.

*Carlos Lucena*  
*06 de julho de 2023*

# I

## A revolta da criatura contra o criador: a greve dos petroleiros de Paulínia e Mataripe

A greve dos petroleiros de 1983 desenvolveu-se em meio a um processo de reestruturação do capital em âmbito internacional manifesto pelos desdobramentos da falência do sistema Breton Woods sustentado pelos Estados Unidos e as duas crises do petróleo no Oriente Médio nas décadas de 1970 e 1980.

O Brasil vivia um período conturbado e movido pela recessão econômica e a perda de popularidade da ditadura civil-militar. Esse foi um período histórico contraditório. Por um lado, o crescimento do sindicalismo autêntico em crítica radical aos sindicatos corporativistas imperantes no pós 1964. Por outro lado, a submissão política governamental aos imperativos do Fundo Monetário Internacional manifestos na abertura da economia nacional aos setores transnacionais da economia mundializada como condição imposta para a obtenção de novos empréstimos voltados à continuidade do pagamento dos juros da dívida externa crescente.

Esse movimento paredista expressou a resistência de parcela desses trabalhadores ao amplo processo de reorganização do capital para a superação de sua crise em âmbito internacional e sua influência sobre o Brasil. O escopo

de suas reivindicações assumiu a dimensão política de contestação à ditadura civil-militar e o Fundo Monetário Internacional. Ela ocorreu em resistência ao lançamento do denominado “Pacote das Estatais”, editado em maio de 1983, por meio do Decreto Lei n. 2024, propôs redução de salários e benefícios dos trabalhadores das estatais, um corte de 10% no efetivo funcional desse segmento, proibição de novas contratações, entre outras medidas.

O lançamento do “Pacote das Estatais” acirrou o debate incipiente até então no Brasil sobre o conflito entre a política de substituição de importações e o neoliberalismo. O fim do “milagre econômico” e o redirecionamento econômico e político materializado pelo lançamento do III Plano Nacional de Desenvolvimento acirraram o debate sobre o presente e o futuro do Brasil.

A fragilização brasileira em face à crise econômica internacional fortaleceu as ações internas sobre a adoção de princípios neoliberais, ainda que de forma embrionária, como estratégia governamental para a recuperação brasileira. A visita de F. V. Hayek ao Brasil em 1981 para um conjunto de conferências e debates na Universidade de Brasília que se estendeu, posteriormente, para outros países da América Latina – Chile, Costa Rica, entre outros, a presença do então “Chicago Boy” “Carlos Geraldo Langoni”<sup>5</sup> na equipe do governo

---

<sup>5</sup> Formado em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, faz seu doutorado na Universidade de Chicago, atua como professor e diretor da EPGE/FGV, e como consultor na área de economia. Atualmente é Consultor Senior da Vale e Diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas. Foi membro do Conselho Monetário Nacional e presidente do Banco Central do Brasil de 1983 a 1985.

Figueiredo iniciaram o flerte com o projeto neoliberal, ação que tomaria novos contornos na década subsequente.

O “Pacote das Estatais” foi a sinalização concreta do abandono da política de substituição de importações, atendendo às recomendações do Fundo Monetário Internacional que determinou a privatização das empresas estatais e, conseqüentemente, a abertura do mercado nacional aos grupos privados transnacionais como condição primeira para a concessão de novos empréstimos voltados ao pagamento dos juros da dívida externa brasileira.

E aí começaram a surgir os ideólogos internos, ou apenas os espertos que concluíram que poderiam ganhar dinheiro com o negócio da privatização. Como a política do FMI praticada pelo Brasil provocou um aumento incontrolável de custos e de preços, duas ações foram iniciadas para desequilibrar as empresas estatais brasileiras, criando condições para superar resistências à privatização. Primeiro, o FMI introduziu no acordo de 1983 um modelo absurdo, esdrúxulo, colonialista, que considerava investimentos de empresas estatais como deficit público. Segundo: como o programa do FMI provocou elevação dos custos e dos preços dentro do país, as estatais foram impedidas de transferir aumentos de custos para os preços, passando a enfrentar desequilíbrios microeconômicos. Sem possibilidade de ter tarifas que cobrissem os custos, e ainda impedidas de investir, as empresas foram desestruturadas, enfrentando dificuldades para manter os padrões de eficiência. (Munhoz in Boletim O Petroleiro 03 jul 1983)

Essa crítica se explica na ação da ditadura civil-militar em utilizar as empresas estatais como garantia de

financiamento da dívida brasileira expressa pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, tal qual demonstraremos um pouco mais a frente. O endividamento das empresas estatais comprometeu seu funcionamento e autogestão, fortalecendo, com isso, os objetivos internacionais neoliberais defensores das forças do mercado como reguladoras das relações de troca capitalista.

A ideologia da eficiência neoliberal como forma de superar crises econômicas ganhou força no país sustentada pela incapacidade da ditadura civil-militar em promover melhorias sociais. O nacionalismo, apregoado de forma ideológica e violenta na década de 1970, passou por um radical processo de ruptura marcado pelo abandono por parte das frações de classes burguesas dirigentes da política de substituição de importações.

Um amplo debate ganhou corpo no Brasil na década de 1980. Por um lado, os defensores de políticas neoliberais, apoiados na ineficiência e baixa popularidade do regime militar, propondo a abertura da economia como saída para o Brasil. Por outro lado, os nacionalistas divididos em dois principais grupos distintos entre si. O primeiro grupo, composto por segmentos sociais e partidos sustentados no pensamento de Vargas e JK, entendeu o nacionalismo como caminho único para o crescimento econômico do Brasil. A manutenção da política de substituição de importações era estratégica para aproximar o país das nações centrais existentes no planeta. O segundo, formado por partidos críticos ao regime, intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e sindicatos autênticos, em defesa da centralidade do Estado

como estratégia para a luta hegemônica na sociedade pela emancipação social.

Os trabalhadores das empresas estatais vivenciaram esta relação. Representados por nacionalistas de ambos os segmentos, construíram uma frente de resistência às mudanças econômicas internas e externas em curso no Brasil. Na prática, os funcionários das empresas estatais se mobilizaram no intuito de construir uma greve como demonstração de força sem definitivamente obter um consenso sobre a data da paralisação. No início dos anos 80 do século XX ocorreu um jogo retórico político composto por blefes, possibilidades, limites e resistências.

A desconfiança dos setores nacionalistas não ocorreu ao acaso. O governo Figueiredo sinalizou o abandono da política de substituição de importações criando o Programa Nacional de Desburocratização através do Decreto n. 83740 de julho de 1979 e, posteriormente, o Decreto 86215, de 15 de julho de 1981 que fixou as normas para o processo de privatização nomeando uma comissão interministerial para esse fim. O conjunto de mobilizações dos trabalhadores e protestos de segmentos nacionalistas levou o governo Figueiredo a retirar o decreto Lei 2024 conforme demonstrado abaixo:

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, NILO COELHO, PRESIDENTE DE SENADO FEDERAL, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº69, de 1983

Rejeita o texto do Decreto-lei nº 2.024, de 25 de maio de 1983, que “dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 6.708,

de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências”.

Artigo único – É rejeitado o texto do Decreto-lei nº 2.024, de 25 de maio de 1983, que “dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências”.

SENADO FEDERAL, EM 26 DE SETEMBRO DE 1983

Senador NILO COELHO

PRESIDENTE<sup>6</sup>

O governo civil-militar em resposta à ampla mobilização dos trabalhadores decretou o decreto Lei n. 2036<sup>7</sup> por meio do qual as mudanças na política governamental voltadas à gestão das empresas estatais atingiriam apenas os novos trabalhadores. No referido Decreto, denominado pelos sindicalistas como “Pacote das Estatais”, alguns artigos e incisos merecem destaque.

O Decreto-Lei n. 2036/83 limitou os salários dos funcionários públicos e trabalhadores das empresas estatais. Os artigos 1º e 13º legislaram sobre o tema em questão. Merece destaque, a tentativa de desmobilização dos trabalhadores contida no parágrafo único do artigo 13º, aplicando as

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=105124&norma=128356>. Acesso em: 07 nov. 2012.

<sup>7</sup> Decreto-Lei nº 2.036, de 28 de Junho de 1983. Estabelece limite de remuneração mensal para os servidores, empregados e dirigentes da Administração Pública Direta e Autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como para os do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.

mudanças aos servidores públicos e trabalhadores das empresas estatais admitidos após a promulgação do Decreto Lei.

Art. 1º A nenhum servidor, empregado ou dirigente da Administração Pública Direta e Autárquica da União e das respectivas entidades estatais, bem como aos do Distrito Federal e dos Territórios, será paga, no País, remuneração mensal superior à importância fixada, a título de subsídio e representação, para o Presidente da República.

Art. 13º As entidades estatais não poderão pagar a seus servidores ou empregados, em cada ano do calendário, mais de 13 (treze) salários, neles compreendida a gratificação de Natal (Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962).

Parágrafo único. Aos servidores ou empregados admitidos até a data do início da vigência deste Decreto-lei, ficam assegurados, como vantagem pessoal nominalmente identificável, os adicionais e gratificações de natureza estatutária, regulamentar ou regimental, atualmente existentes, bem como os benefícios e vantagens concedidos por Lei Federal, observadas as demais disposições deste Decreto-lei<sup>8</sup>.

Em conjunto com a instauração do “teto salarial”, determinou a redução de benefícios oferecidos aos servidores e trabalhadores das empresas estatais expresso nos artigos 14º, 15º, 16º, 17º e 23º.

---

<sup>8</sup>Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del2036.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2036.htm). Acesso em: 20 nov. 2012.

Art. 14º. vedado às entidades estatais conceder a seus dirigentes, servidores ou empregados os seguintes benefícios ou vantagens, salvo se resultarem de imposição de lei federal:

Empréstimo pessoal, financiamento de veículos ainda que relacionado com o exercício do emprego, cargo ou função, financiamento ou locação de imóveis e de bens duráveis, auxílio-moradia, auxílio-financeiro, auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio-casamento, cartões de crédito, bem como benefícios e vantagens análogos, ou auxílios de qualquer espécie, ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo;

Participações nos lucros, ainda que sob a forma de resultado de balanço, de produtividade, de incentivo à produtividade, de eficiência, bem como a gratificação de assiduidade, e análogas, observado quanto aos servidores ou empregados admitidos até a data de vigência deste Decreto-lei o disposto no parágrafo único do Art. 13º .

Art. 15. É vedado, ainda, às entidades estatais:

Criar benefícios ou vantagens não previstas nos seus atuais estatutos, regulamentos ou regimentos, na data do início da vigência deste Decreto-lei, exceto quando resultarem de determinação de lei federal.

Art. 16º. Em nenhuma hipótese as entidades estatais concederão aos servidores ou empregados admitidos após a data do início da vigência deste Decreto-lei, os adicionais e gratificações de que trata o parágrafo único do art. 13, nem quaisquer benefícios ou vantagens assegurados aos admitidos anteriormente, exceto os que constarem dos novos planos de Cargos e Salários e de

Benefícios e Vantagens aprovados pelo Conselho Nacional de Política Salarial – CNPS.

Art. 17. A assistência médico-hospitalar e odontológica, a assistência social e a contribuição para associação de empregados ficam sujeitas à exigência de recursos especificamente destinados e à prévia e expressa aprovação do órgão de administração superior de cada entidade, ouvido previamente o CNPS.

Art. 23. Ao aprovar a adequação dos Planos de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens às disposições deste Decreto-lei, o CNPS procederá de modo a que o adicional por tempo de serviço não ultrapasse 1% (um por cento) do salário-base por ano de efetivo exercício, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), qualquer que seja a periodicidade estabelecida para sua concessão, respeitadas as situações jurídicas constituídas anteriormente à vigência deste Decreto-lei.

Parágrafo único. A partir da publicação deste Decreto-lei, fica vedada a concessão do adicional por tempo de serviço<sup>9</sup>.

A restrição das promoções e concessão de adicionais de periculosidade acompanhada da proibição da elevação das vantagens profissionais foram prescritos nos artigos 18<sup>o</sup> e 19<sup>o</sup>.

Art. 18. Até 31 de dezembro de 1984, ficam suspensos, no âmbito das entidades estatais:

Aumentos de vantagens;

Promoções, salvo as de caráter automático; e

---

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del2036.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2036.htm). Acesso em: 20 nov. 2012.

Os acessos, exceto os destinados ao preenchimento de cargos vagos.

Art. 19. Após a vigência deste Decreto-lei, os adicionais de insalubridade e de periculosidade serão concedidos com a estrita observância do disposto nos arts. 189 e 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. Será efetuado contrato de seguro para cobertura dos eventuais riscos, em favor dos servidores ou empregados admitidos após a vigência deste Decreto-lei, que, de forma ocasional, se encontrem em situação de periculosidade<sup>10</sup>.

Foi o artigo 26º do Decreto Lei n. 2036/83, que demonstrou o atrelamento governamental aos imperativos do FMI manifestos na liberalização da economia e conseqüente redução da centralidade das empresas estatais no país.

Art. 26. As entidades estatais deverão realizar uma redução de seus gastos de custeio, excetuados os relacionados com matérias primas e variação de estoques, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) dos gastos totais, dessa natureza, previstos no orçamento aprovado pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais – SEST, para cada um dos seguintes períodos:

I – julho a dezembro de 1983;

II – janeiro a junho de 1984.

Parágrafo único. Somente por ato do Presidente da República poderá ser alterado o percentual previsto

---

<sup>10</sup>Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del2036.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2036.htm). Acesso em: 20 nov. 2012.

neste artigo, nos casos em que for impossível à entidade estatal realizar a redução acima estabelecida<sup>11</sup>.

O “Pacote das Estatais” acirrou a mobilização dos petroleiros. Em Paulínia, na primeira e segunda assembleia estiveram presentes respectivamente 400 e depois 600 trabalhadores que sinalizaram pela construção de uma greve de resistência. Isso ocorreu pela própria avaliação dos dirigentes sindicais. Eles entenderam que decreto assinado pelo Presidente Figueiredo instituiu a demissão em massa nas empresas estatais. Isto porque, apesar de manter aos antigos funcionários todos os direitos adquiridos, exigia, ao mesmo tempo, às estatais, uma redução semestral de 5% do seu valor total de custeio. Isso representou, na avaliação dos sindicalistas, a demissão de 15% do efetivo atual da Petrobrás, ou então a substituição de 30% dos seus funcionários com novas contratações pela metade dos salários atuais. Além disso, estava em questão a retirada de direitos históricos dos trabalhadores, tais como a gratificação de férias e o adicional de periculosidade para trabalhos em regiões insalubres.

---

<sup>11</sup>Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1980-1987/decreto-lei-2036-28-junho-1983-365920-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acesso em: 07 jul. 2011.



Jacó Bittar, Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, discursando em assembleia<sup>12</sup>

Um conjunto de mobilizações foi organizado pelo Sindicato dos Petroleiros de Paulínia visando debater com os trabalhadores de base o “pacote das estatais” e como seus desdobramentos atingiriam suas condições de trabalho e a própria existência da Petrobrás.

Esses debates surtiram efeito. Tanto é que as mudanças apresentadas no decreto Lei n. 2036/83 não afetaram a mobilização dos petroleiros de Paulínia. A resistência começou a ser organizada interna e externamente aos muros das Refinarias de Paulínia e Landulpho Alves, na Bahia. Isso se explica na existência de alianças sindicais motivadas pelo crescimento do sin-

---

<sup>12</sup>Fonte disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7B6B079728-9D52-47DA-9489-40954854BE55%7D\\_img19830203.jpg](http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7B6B079728-9D52-47DA-9489-40954854BE55%7D_img19830203.jpg). Acesso em: 20 maio 2011.

dicalismo autêntico no Brasil. A fundação do então jovem Partido dos Trabalhadores em 1979, os debates, acordos e alianças de diferentes tendências sindicais para a fundação da futura Central Única dos Trabalhadores fortaleceram o estabelecimento de pactos políticos de enfrentamento ao governo civil-militar.

Foi assim que se construiu a aliança entre os petroleiros e os metalúrgicos do ABCD<sup>13</sup>, cujas diretorias eram compostas por diretores que em sua maioria pertenciam à Articulação, tendência majoritária política interna do Partido dos Trabalhadores. Essa afirmação se justifica na realização de uma assembleia conjunta entre petroleiros e metalúrgicos ocorrida em 03 de julho de 1983 à qual foi votado que caso os primeiros entrassem em greve, os trabalhadores do ABCD paulista também o fariam.



Assembleia conjunta entre os Petroleiros e os Metalúrgicos do ABCD<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> ABCD – Santo André – São Bernardo – São Caetano – Diadema

A greve dos petroleiros foi construída com o aumento gradativo das mobilizações. Ocorreu a luta pela licença maternidade em que todas as mulheres petroleiras foram trabalhar de saias. Os petroleiros usaram tarjas negras e não marcaram o cartão de ponto para protestar contra a nomeação de Shigeaki Ueki como presidente da Petrobrás. Ocorreram greves de fome, negação do uso de identidade funcional, minutos de silêncio, passeatas e uma vigília de 36 horas em que os trabalhadores se negaram a sair da refinaria. A vigília teve o objetivo de desestruturar a gerência local e assumir as deliberações do órgão em assembleia, colocando a fábrica sob o controle do sindicato. Até então, em que pese as mobilizações em curso, os petroleiros de Paulínia ainda não possuíam um histórico de greves, tal qual demonstraremos um pouco mais a frente.

Houve um dia que fomos distribuir o boletim na porta da refinaria, e o Superintendente foi na porta, ele dava um passo para a frente, eu também, até que ele recuou. O desafio era quebrar o autoritarismo. Começamos a fazer grupos de coordenação, precisava ter o controle das coisas. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan em 20/09/95)

A construção da greve atendeu a expectativas políticas diferenciadas no cotidiano dos petroleiros. Por um lado, um conjunto de militantes atentos às mudanças políticas no Brasil e o papel dos trabalhadores nesse processo. Por outro lado, uma parcela de trabalhadores não politizados, cuja compreen-

---

<sup>14</sup>Fonte disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7B3154CB12-8664-4111-80DD-D60F9996CF3E%7D\\_img19830201.jpg](http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7B3154CB12-8664-4111-80DD-D60F9996CF3E%7D_img19830201.jpg). Acesso em: 20 maio 2011.

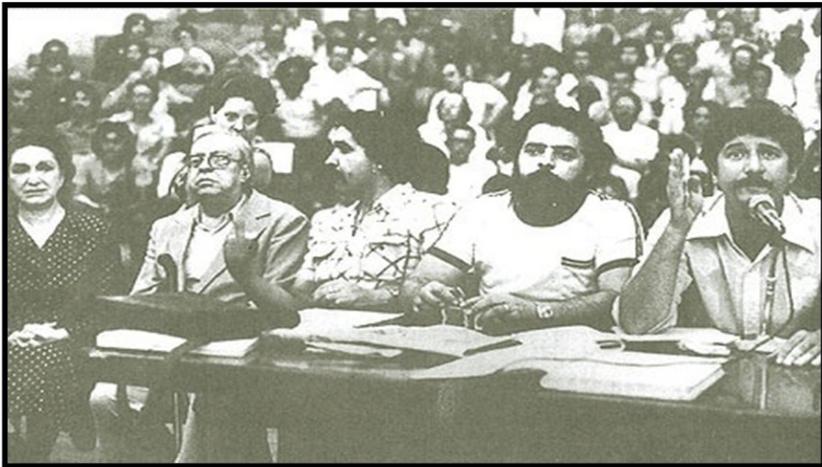
são política se limitava a questões do cotidiano do trabalho. Da mesma forma, em âmbito nacional, existiam posições diferenciadas quanto ao encaminhamento das lutas sindicais.

O Jacó e o Giba tinham ido para Brasília para fazer uma reunião com o Ministro Murilo Macedo e este teve uma postura de manobrar junto aos outros dirigentes. Os nossos representantes perceberam que já não havia firmeza dos outros dirigentes. Mesmo assim na volta deles aqui a diretoria do sindicato bancou a greve mesmo que entrasse sozinha, mas foi a luz do que trazia da base e não uma postura apenas da direção. A greve foi deflagrada e aí provou que a categoria tinha consciência política construída de consolidação do Sindipetro Campinas. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 15 jul. 1995)

O embate acima demonstrado se explica na história do sindicalismo brasileiro merecendo destaque os anos 70 do século XX. Enquanto o capitalismo atravessava uma crise em âmbito mundial, cujas respostas implicaram um processo de reestruturação produtiva responsável pela demissão em massa de trabalhadores e, conseqüentemente enfraquecimento sindical, o Brasil vivia caminho distinto. Apesar desta crise também atingir o Brasil, o movimento sindical brasileiro passou por mudanças na referida década.

Mesmo com a predominância do sindicalismo corporativo no país, outra concepção sindical foi gestada em seu interior. O sindicalismo autêntico cresceu gradativamente sob a liderança política dos metalúrgicos do ABCD paulista. Sua composição, relacionada à construção e fundação do Partido dos Trabalhadores, ocorreu pela aliança de correntes políticas

heterogêneas formadas por militantes de diferentes tendências políticas compostas por Socialistas, Comunistas, Trotskistas, sociais-democratas, anarquistas, independentes, entre outras. Apesar das diferenças nas estratégias e formação política das tendências no interior do sindicalismo autêntico, a existência de um inimigo único, a ditadura civil-militar e as frações de classe burguesas que o apoiavam, possibilitou a construção de alianças sem redução das contradições internas.



Colégio Sion. 10 de fevereiro de 1980. Fundação do Partido dos Trabalhadores. A Lélia Abramo (à esq.). O historiador Sérgio Buarque de Holanda, Olívio Dutra, Lula e Jacó Bittar<sup>15</sup>.

A expansão do novo sindicalismo é fundamental para a análise da greve dos petroleiros. Seu crescimento ocorreu em meio à crise econômica e política internacional e seus impactos

---

<sup>15</sup> Foto Arquivo Central da Unicamp. Fonte disponível em: <http://www.brasilautogestionario.org/tag/lula-e-jaco-bittar-foto-arquivo-central-da-unicamp/>. Acesso em: 15 jan. 2012.

em nível nacional. Na prática, conforme afirmamos, o Brasil vivia processo distinto do sindicalismo nos Estados Unidos e na Europa que estavam em grande revés em virtude da recessão econômica, elevação dos índices de desemprego e o endurecimento governamental e patronal das relações sindicais inspiradas em princípios neoliberais. O enfraquecimento político da ditadura civil-militar acompanhado pelo crescimento dos movimentos sociais no país fortaleceu as ações críticas ao regime na sociedade. Devemos notar que o Brasil, na década de 1970, contava com 11% da força de trabalho assalariada sindicalizada, sendo que, no final da década seguinte, esse número se elevou para 32%<sup>16</sup>. Em 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores, consolidando a luta dos trabalhadores pela conquista das oposições sindicais nos centros produtivos mais avançados do Brasil.

O crescimento do sindicalismo autêntico, a anistia, o abandono da política de substituição de importações e a influência do Fundo Monetário Internacional na economia brasileira contextualizaram o início da contraditória década de 1980. Para os movimentos sociais era uma década vitoriosa composta por avanços organizativos e sociais. Para as frações de classe burguesa nacionais, a década perdida, à qual as mudanças econômicas internas no Brasil não acompanharam a reestruturação produtiva e as formas reconstrutivas de reprodução e acumulação do capital mundializado.

O processo de mudança no sindicalismo brasileiro é fundamental para a análise da greve dos petroleiros de 1983. Apesar do crescimento do novo sindicalismo no país, no ramo

---

<sup>16</sup>Fonte disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u400883.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2012.

petroleiro essa concepção ainda não contava com muitos adeptos. Existiam somente dois sindicatos a ela atrelados: o sindicato dos petroleiros de Paulínia, estado de São Paulo e o dos petroleiros de Mataripe, no estado da Bahia.

## **1.1 O conflito petroleiro de 1983**

A decretação da greve ocorreu em meio a um complexo cenário econômico e político internacional. Em uma assembleia com mais de seiscentos trabalhadores foi aprovado o seu início para o dia seis de julho de 1983, trazendo como reivindicação a garantia no emprego, revogação do decreto Lei n. 2036, o rompimento com o Fundo Monetário Internacional e o fim do “arrocho salarial”, uma pauta difícil de ser conquistada em virtude da conjuntura de crise internacional. Os desdobramentos da falência do Sistema de Bretton Woods, a guerra entre o Irã e Iraque, as pressões do FMI e o dócil e fragilizado papel do Brasil no cenário político internacional colocariam obstáculos para a conquista das reivindicações.

O processo de paralisação das atividades na indústria do petróleo é complexo e arriscado, estendendo-se em várias horas em sua total execução. Os equipamentos devem ser parados e resfriados aos poucos, bem como a quantidade de petróleo e derivados em processamento. Além disso, os operadores de Refinaria teriam o confronto com a administração local da empresa que tentaria evitar a parada da produção. Em um contexto de paralisação, entra em discussão a possibilidade do desabastecimento da população e das fábricas e, em especial, o escoamento de toda a produção

nacional. Essa relação poderia favorecer os petroleiros em caso de uma possível negociação.

Apesar do tamanho de uma refinaria de Petróleo e seu funcionamento ininterrupto são necessários poucos trabalhadores para operá-las. Em virtude do nível tecnológico ali empregado, aproximadamente cem petroleiros trabalhavam por turno operacional. Em 1983, além daqueles que trabalhavam em regime de horário administrativo, havia quatro grupos de trabalhadores que se revezavam em turnos de 8 horas. O primeiro turno das 7h30 às 15h30, o segundo entre 15h30 e 23h30 e o terceiro das 23h30 às 07h30. O primeiro turno era denominado pelos trabalhadores como “oito às quatro horas”. O segundo turno “dezesseis a vinte quatro horas” e o terceiro como “zero hora”.

O revezamento dos turnos implica a rendição de um grupo de trabalhadores por outro grupo. É importante ressaltar que cada turno possuía um número mínimo de trabalhadores responsável pela operação das máquinas, serviço de laboratório, caldeiraria, segurança, saúde e vigilância industrial. Caso o grupo de trabalho que se apresentasse para a rendição não estivesse com o número mínimo composto, trabalhadores do turno que se findava dobrariam o horário de trabalho para compor o referido número mínimo.

A rendição dos turnos de trabalho era condição estratégica para a greve que se iniciava. Além da pressão da direção da estatal, o receio da direção sindical era que a Petrobrás conseguisse deter dois turnos de trabalho no interior da Refinaria, promovendo o revezamento e a continuidade da produção. Como estratégia, os sindicalistas resolveram iniciar a greve oito horas antes do previsto, começando uma dura

jornada do grupo de trabalho que permaneceria no interior das refinarias.

**Petroleiros de Paulínia em Greve.** Os 120 funcionários da Refinaria do Planalto de Paulínia, que deveriam entrar no turno das 23:30 de ontem à noite, não compareceram ao trabalho, dando início à greve dos petroleiros daquela unidade que é parcial. [...] os empregados que entraram no turno das 15:30 de ontem e não foram rendidos, tiveram que dobrar de serviço até as 7h30 de hoje [...] Estamos fazendo um favor à Replan, disse Bittar aos jornalistas por volta da meia hora de hoje se referindo ao fato de que os petroleiros conseguirão manter as refinarias em atividade parcial até o desfecho das negociações [...] Estamos preparados para isso, afirmou Bittar aos repórteres a propósito da possibilidade de intervenção. “Estamos mobilizados para assumir as responsabilidades e as consequências greve e totalmente preparados para a paralisação”. (Aspas do jornal – Jornal da Tarde 06/07/83)<sup>17</sup>

Petroleiros fazem greve preventiva. [...] Jacó Bittar argumentou que o governo não baixou um pacote “inócuo”. “A redução dos gastos das estatais será feita através de alta rotatividade”. O temor de Bittar é de que, para alcançar neste ano, o corte de Cr\$ 250 bilhões no custeio das empresas estatais, previsto pelo “pacote”, o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) recomende às estatais substituir paulatinamente os atuais empregados por novos contratados que

---

<sup>17</sup>Fonte disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=608](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=608). Acesso em: 01 nov. 2012.

disporiam de menores vencimentos e benefícios.  
(Gazeta mercantil 06 jul. 1983)<sup>18</sup>

A estratégia sindical foi exaurir fisicamente os petroleiros em turno de trabalho, obrigando, com isso, a direção empresarial a parar a produção por falta de segurança. Na prática, esteve em disputa o controle da produção pelos trabalhadores, condição essencial para uma rápida negociação com a direção da empresa e o governo federal.

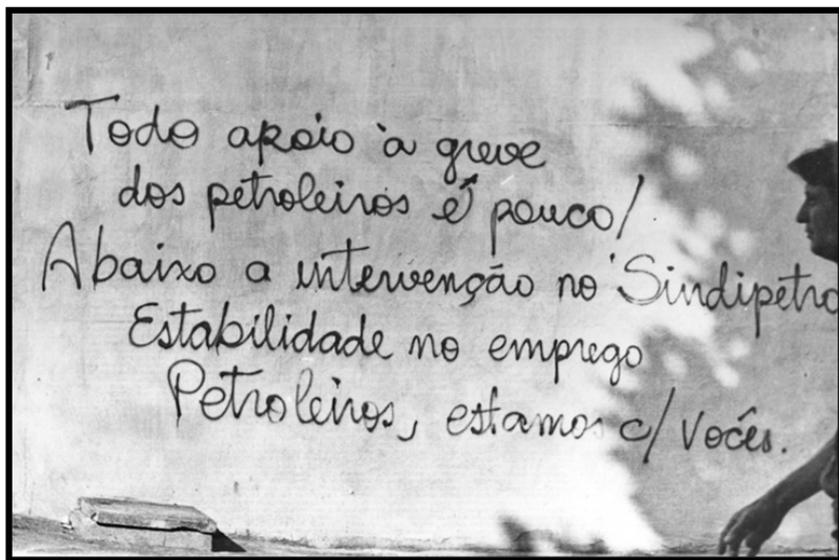
A categoria se manteve firme por que ela entendia que deveria lutar também pelos companheiros novos, pois se deixasse aberto este flanco, ele poderia cair sobre os mais antigos. Eu fui a uma reunião no sindicato dos bancários de Campinas defender a greve. Eu era um diretor novo que não tinha tanta capacidade de argumentação. Nós fomos às bases mais próximas, Cubatão, São José, Paraná, Rio de Janeiro. Transitou estas discussões às vésperas do movimento. Na verdade quem entrou no movimento foi a Replan às 23:30 horas do dia 05 de julho de 83. [...] O único sindicato que nos acompanhou foi o da Bahia, no dia 7 pela manhã. Os demais sindicatos tentaram, mas não conseguiram, houve naquela época grandes passeatas no Rio de Janeiro, em defesa das estatais como um todo, já que existia ameaça de entregar o patrimônio público. Existia a campanha na mídia que ia enfraquecendo a resistência popular para entrega destas empresas. A dívida externa estava posta. Já existiam exigências para os países de 3º mundo. Nestas passeatas alguns companheiros foram demitidos da Petrobrás porque foram detectados em

---

<sup>18</sup>Fonte disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=608](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=608). Acesso em: 01 nov. 2012.

movimentos que nem paravam a produção. Aí a greve rolou. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 15 jul. 1995)

O início da greve foi marcado pela truculência e repressão governamental ao movimento dos petroleiros. No dia posterior ao início da greve, 7 de julho de 1983, o então Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, cassou o sindicato, visando quebrar a representação dos trabalhadores. A produção da Replan foi interrompida e, com isso, o governo intensificou a repressão à greve.



Apoio dos militantes aos petroleiros, muros pichados em Campinas<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup>Fonte disponível em: [http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/pichao-de-muro-em-apoio-a-greve-dos-petroleiros-em-campinas-sp/HV011F007\\_original.jpg](http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/pichao-de-muro-em-apoio-a-greve-dos-petroleiros-em-campinas-sp/HV011F007_original.jpg). Acesso em: 12 out. 2011.

**Macedo intervém no sindicato dos petroleiros.** O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou ontem intervenção no Sindicato dos Petroleiros de Campinas, nomeando o fiscal do trabalho Wilson de Almeida para dirigi-lo, quatro horas após haver reconhecido o estado de greve na refinaria de petróleo de Paulínia, que paralisou suas atividades a partir da zero hora de ontem. A direção do sindicato foi afastada até a apuração dos fatos, em inquérito no DNT. (Jornal O Estado de São Paulo – 07 jul. 1983 Grifos nossos)<sup>20</sup>.

O processo repressivo iniciado foi acompanhado por uma estratégia midiática voltada a mobilizar a população contra os trabalhadores em greve. A imprensa escrita e falada foi utilizada como meio de disseminar dos prejuízos que a greve ocasionaria à população, omitindo os interesses internacionais que estavam em jogo.

**Ministro nega que houve tratamento de choque.**

“Não há um tratamento de choque, mas sim, na forma que a legislação exige. A atuação do Ministério dentro de um campo importante como esse que, se parado, afeta desde a dona de casa até nossos aviões e navios, não poderia ser em outro sentido. Como vamos tratar um assunto de segurança nacional como esse?” Essa foi a explicação do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, para a fulminante decisão de reconhecer o estado de greve dos petroleiros de Paulínia e intervir no sindicato da categoria. Segundo o Ministro, “também nos Estados Unidos, no Canadá, na Bélgica e em praticamente todos

---

<sup>20</sup>Fonte disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7B697719BB-4F3E-4937-9465-46565BECC70%7D\\_rm19830206.jpg](http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7B697719BB-4F3E-4937-9465-46565BECC70%7D_rm19830206.jpg). Acesso em: 20 maio 2011.

os países são proibidas greves nesse setor. As atividades essenciais são fundamentais para a segurança da população. A interrupção do abastecimento do petróleo põe em risco fábricas, hospitais, transportes e a própria ordem social do País. E por isso que a greve é ilegal”. “Solicitado pelo Sindicato, iniciei um trabalho de mediação com a Petrobrás sobre as reivindicações apresentadas: estabilidade de emprego por dois anos e rotatividade de mão de obra inferior a 0,5%. Os demais itens como rompimento do o FMI, manutenção de nossa soberania e revogação do Decreto Lei 2036, caem fora do âmbito da Petrobrás. “Entendo que minha tarefa de mediação caminhou positivamente”. A empresa enviou um telex ao Sindicato dando garantias de não despedir nem de recorrer a mão-de-obra com contratações a base de salários menores. Apesar disso, eles entraram em greve e sem motivos justificáveis, uma vez que a empresa se havia comprometido em não dispensar, como não o fez até agora. [...] Macedo desmentiu qualquer conotação política na sua decisão pelo fato de Jacó Bittar ser secretário-geral do PT. “também não sei se haverá reflexos políticos, me ative puramente à questão trabalhista do caso”. O ministro não soube informar se haverá inquérito policial, com base na Lei e Segurança nacional. Mas, alertou os sindicalistas do ABC e de São José dos Campos, que anunciam um movimento de solidariedade, para o fato de que as medidas governamentais serão as mesmas, uma vez que “greve de solidariedade também é ilegal”. (Jornal Folha de São Paulo 07 jul. 1983. Aspas do Jornal. Grifos nossos)<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup>Fonte disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7B9-BE8B33C-32C5-47B2-B0ED-0788193F107D%7D\\_rm19830205.jpg](http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7B9-BE8B33C-32C5-47B2-B0ED-0788193F107D%7D_rm19830205.jpg). Acesso em: 20 maio 2011.

A greve dos petroleiros inseria-se em um universo de conflitos internacionais. As propostas presentes na pauta de reivindicações atingiam não só interesses burgueses nacionais expressos em um governo de cunho bonapartista, bem como aos interesses dos grandes credores internacionais, em sua maior parte banqueiros privados estadunidenses, representados politicamente pelo Fundo Monetário Internacional.

A reorganização das formas de acumulação do capital em âmbito internacional implicou pressão política sobre os países periféricos, manifesta na adoção de formas monetaristas de regulação da economia como condição para a concessão de novos empréstimos. Estava em jogo a manutenção de formas de reprodução do capital financeiro composto pela cobrança de juros sobre juros. O centro do capitalismo visava resolver os impactos internos da crise em suas economias não se importando com a elevação da pobreza na periferia.

Essa dinâmica internacional relacionada ao cunho ditatorial instalado no Brasil legitimou a repressão governamental à greve sustentado por Leis construídas pelo Estado Nacional isento da neutralidade e desprovido de sobrenaturalidade. O governo utilizou seu aparato repressivo para evitar o crescimento da greve. No dia sete de julho, tal qual afirmamos, os trabalhadores da Refinaria de Mataripe na Bahia aderiram ao movimento com cerca de dois mil trabalhadores ocupando as instalações da estatal após o enfrentamento com a polícia. Em São José dos Campos, os empregados da Petrobrás ameaçam paralisar as suas atividades, mas foram espancados pela polícia. As refinarias de Cubatão, Minas Gerais e Paraná declararam solidariedade. Os metalúrgicos do ABCD aderiram à paralisação tendo como estratégia a realização de uma greve de 24 horas

nas empresas montadoras de automóveis em solidariedade aos petroleiros.

**Metalúrgicos param São Bernardo e Santo André.** Cinco fábricas paralisadas em São Bernardo, entre elas a Volkswagen e a Ford, totalizando cerca de 53 mil operários parados; 10 fábricas em Santo André, com 7500 trabalhadores de braços cruzados parados; a greve dos petroleiros iniciada anteontem em Paulínia, ameaça atingir outras unidades de refino de petróleo; o 2º Exército em regime de sobreaviso, situação que antecede o estado de prontidão. Foi este clima de insatisfação social que São Paulo irradiou ontem para todo o País. Enquanto na Bahia os petroleiros da Refinaria Landulfo Alves decidiram iniciar um movimento que poderá paralisar aquela unidade na noite de amanhã, os petroleiros de Betim (MG) também optaram pela greve, mas não disseram a partir de qual dia. Os de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, decidirão o que fazer na próxima segunda-feira. A greve fracassou em São José dos Campos e em Capuava. Hoje, às 10 horas, os metalúrgicos de São Bernardo realizarão uma assembleia no Estádio de Vila Euclides. Outras categorias profissionais promoverão reuniões em seus respectivos sindicatos. A federação dos Metalúrgicos decidiu que os 32 sindicatos que dirige convocarão greve no próximo dia 15. Os funcionários do Banco do Brasil, em assembleia realizada em São Paulo, decidiram entrar em greve a partir da próxima terça-feira, mas o movimento dependerá de uma ratificação na próxima assembleia. O clima de tensão chegou ao centro da Capital no final da tarde, onde boatos de tumultos fizeram o comércio fechar as portas. O superintendente

da Polícia Federal, Romeu Tuma, afirmou que a situação era conduzida por “elementos inconsequentes que pretendem estimular uma greve eminentemente política e cega”. O Secretário da Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, prometeu agir “imediatamente caso a segurança pública e o patrimônio corressem perigo. E o Ministro Murilo Macedo garantiu que interverá em qualquer sindicato que estiver “contra a Lei”. [...] Para o governador Franco Matoro, o clima de tensão reinante no Estado é decorrente da situação econômica “mais que difícil” que o País está atravessando. “São Paulo é hoje alvo daqueles que querem perpetuar o regime autoritário, que querem manter o atual estado de coisas e a qualquer custo”, acentuou. (Folha de São Paulo 08 jul. 1983)<sup>22</sup>

O contingente de trabalhadores que participaram da greve surpreendeu até as lideranças, fortalecendo a possibilidade de paralisação de todas as fábricas metalúrgicas do ABCD paulista.

**A “operação arrastão”.** A zero hora de ontem, nas grandes empresas metalúrgicas de São Bernardo começou a greve. No turno da manhã, entre 5 e 6 horas, realizaram-se assembleias nos portões que deu início à “operação arrastão”. Organizada na noite de terça-feira na noite pelas comissões e delegados de fábrica, consistiu em paralisar empresas que estivessem no caminho de quatro passeatas iniciadas na Ford, Volkswagen, Mercedes e Volks-caminhões. Lula acompanhou a passeata na saída da Ford. Meneguelli a da Volkswagen, mais numerosa, que chegou a reunir

---

<sup>22</sup> Disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=682](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=682). Acesso em: 20 maio 2011.

mais de 10 mil pessoas. Na Scania-Vabis ocorreu a intervenção mais incisiva dos manifestantes. Enquanto Meneguelli participava de uma assembleia no interior da empresa, um grupo de manifestantes em protesto contra a demora terminou por forçar o portão. Conseguiram adesão dos diaristas e alimentaram-se no restaurante da empresa, com pão a refrigerantes e seguirão passeata. [...] Ontem aderiram ao movimento em São Bernardo as seguintes empresas metalúrgicas, segundo o sindicato: Volkswagen, Mercedes, Ford, Scania Caminhões, Vilares Perklins, Polimatre, Borg, Forjac, Rolls Royce, Karmman-Guia, Enco e Foé<sup>23</sup>.

Ficou definida uma greve “arrastão”, em que os trabalhadores saíam em passeata e forçariam o fim das atividades em todas as fábricas que encontrassem no caminho.

O arrastão que parou a minha fábrica veio da Mercedes, que fica perto. A peãozada subiu nas grades, forçou o portão, e não houve outra saída para a direção da empresa que não fosse liberar o pessoal, mas só os da produção. Eu trabalhava no laboratório e consegui escapar. Isto ocorreu em todas as indústrias do caminho, e fomos da Fagundes de Oliveira, em passeata, até o centro do ABC, uns dez quilômetros. A greve parou o ABCD, a situação era explosiva, o que estava programado para um dia estendeu-se para o dia seguinte. (Entrevista Petroleiro Replan em 05 jun. 1996)<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Fonte disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=682](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=682). Acesso em: 20 maio 2011. Grifos nossos.

<sup>24</sup>No período da greve este petroleiro entrevistado era metalúrgico no ABCD.

O Estado e a direção da empresa permaneceram intransigentes em não negociar. Shigeaki Ueki, presidente da Petrobrás, veio à Replan incumbido de pressionar os trabalhadores por meio de demissões. A estratégia utilizada foi o envio de funcionários com cargos administrativos de gerência acompanhados de policiais federais à casa dos funcionários ameaçando-os de demissão caso não retornassem ao trabalho.

O entendimento da greve como uma anomia social manifesto na Doutrina de Segurança Nacional fundamentou a repressão governamental. O crescimento dos movimentos sociais no Brasil, a contestação dos resultados econômicos governamentais, a conjuntura internacional desfavorável e a proximidade das eleições acirraram esse confronto. A punição dos trabalhadores apresentou-se como estratégia efetiva de manutenção de sua autoridade política em âmbito nacional e resposta efetiva de controle social aos órgãos internacionais, merecendo destaque o FMI.

“[...] nós fazíamos as reuniões no Teatro de Arena, aqui no centro de Campinas e, depois de uns dias, no Ginásio do Taquaral, para ficarmos todos juntos. E aí demonstrou a grande consciência dos trabalhadores que vem de um processo de formação de resistir. Geralmente quando você vai para casa e volta, sofre uma pressão muito grande da família. Nós da diretoria nos reuníamos ali mesmo, procurávamos dormir em local separado, para não sermos presos todos ao mesmo tempo [...] (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan 17/07/95)

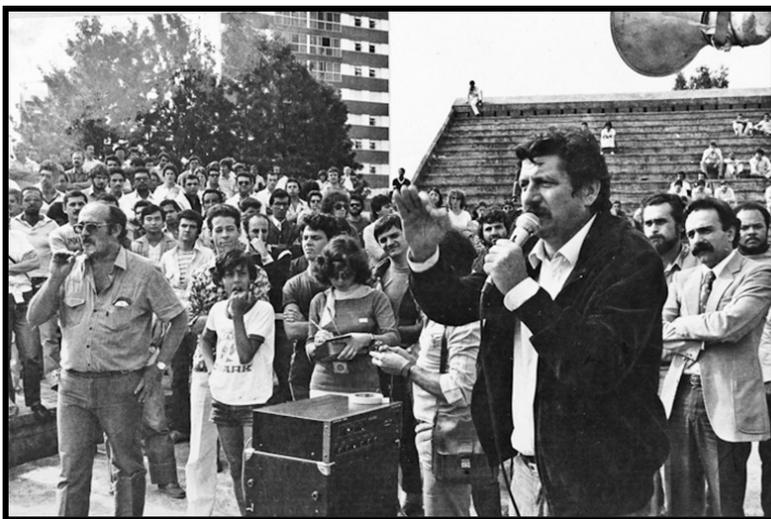


Assembleia dos petroleiros no Teatro de Arena em Campinas – 1983



Petroleiros em reunião durante a greve de 1983 – Teatro de Arena – Campinas<sup>25</sup>

<sup>25</sup>Fonte disponível em: [http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/petroleiros-discutem-durante-assembleia-da-categoria-em-campinas-sp/HV011F005\\_original.jpg](http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/petroleiros-discutem-durante-assembleia-da-categoria-em-campinas-sp/HV011F005_original.jpg). Acesso em: 12 nov. 2012.



Assembleia dos petroleiros no Teatro de Arena em Campinas – 1983<sup>26</sup>

O governo utilizou de parcela da imprensa para influenciar a opinião pública contra a greve. O S.N.I. (Serviço Nacional de Informações) e o Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações) proibiram qualquer cobertura ao vivo da greve, lacrando as transmissões Rádio Bandeirantes de São Paulo de Paulínia. O 2o Exército entrou em prontidão e a polícia reprimiu toda manifestação favorável aos petroleiros.

Nós tivemos uma conjuntura que nos desfavoreceu, porque o Shigiaki Ueki e toda a direção da Petrobrás jogou que a greve era para aumentar os nossos salários, e que, aumentando os nossos salários, ia aumentar todos os produtos. Então, nós tivemos o povo contra nós e nós não tivemos um mínimo acesso aos meios de comunicação. Até tiveram um grupo de jornalistas que

---

<sup>26</sup>Idem ao anterior. Acesso em: 12 nov. 2012.

fez até um folheto, “de bandido à mocinho”, e os bandidos éramos nós, e o mocinho, o Presidente da Petrobrás, Presidente do Brasil. Então, todos os meios de comunicação sempre deram voz ao Murilo Macedo, aos canais do Governo e nunca a gente podia falar. Uma única rádio e televisão que tinha colocado o que a gente pensava no ar, foi a Bandeirantes, e a Polícia Federal foi fechá-la. Quer dizer que ela não pode falar. [...] O povo foi manipulado. Nós fizemos greve não foi por salário, mas contra o FMI e contra as demissões que o FMI tinha mandado a Petrobrás fazer. Os diretores da Petrobrás disseram que iam demitir mesmo, que tinha um número de mais de 100 pessoas para serem demitidas por ordem do FMI. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro Replan – 25 maio 1990)

A inexistência da neutralidade da imprensa marcou o período em questão. Gramsci desenvolveu essa questão ao afirmar que tudo o que se:

[...] publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz, sem dúvida, num fato: combater a classe trabalhadora. [...] Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores. O governo aprova uma lei? É sempre boa, útil e justa, mesmo se não é verdade. Desenvolve-se uma campanha eleitoral,

política ou administrativa? Os candidatos e os programas melhores são sempre os dos partidos burgueses. E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador<sup>27</sup>.

A demissão foi a estratégia para conter a paralisação. No dia nove de julho foram demitidos 100 (cem) petroleiros em Paulínia e 180 (cento e oitenta em Mataripe), instaurando o “terror” em uma categoria profissional que até então desconhecia em seu cotidiano de trabalho a demissão por “justa causa” e o desemprego. As demissões tinham por objetivo desestabilizar os trabalhadores em greve, criando um círculo de pressão para a volta ao trabalho composto por suas famílias e círculos de amizades. Tomando como referência o cenário econômico recessivo existente no país, seus desdobramentos atentavam à própria sobrevivência desses trabalhadores.

As pressões para o término da greve ganhavam força por meio do próprio contexto do trabalho dos petroleiros. A existência até então do Monopólio Estatal do Petróleo materializava a inexistência de outras refinarias de petróleo no Brasil<sup>28</sup>. Sendo algumas funções específicas do trabalho em refinaria, os petroleiros que ali fossem demitidos teriam dificuldade em encontrar novos postos de trabalho. Soma-se a isso, o significado simbólico das demissões por justa causa, uma

---

<sup>27</sup> Antonio Gramsci. Os jornais e os operários, 1916. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

<sup>28</sup> Na realidade, existia apenas uma pequena refinaria da empresa Ipiranga, que fora construída antes da instauração do Monopólio Estatal do Petróleo no Brasil através da Lei 2004 do ano de 1953.

espécie de carimbo do Estado que dificultava o acesso daqueles trabalhadores a outros empregos no país.

[...] na época o presidente falou que seria tantas demissões e fim de papo. A cada dia que o pessoal fosse mantendo a greve, ia aumentando o número de demitidos. Teve um operador que teria impedido uma pessoa de entrar na refinaria. Aí essa pessoa veio trabalhar e entregou que ele fez isso. Nesses casos o pessoal já estava precisando de gente para colocar na lista, botaram [...]. (Entrevista de um petroleiro Replan 13/05/1990)

Ao mesmo tempo em que cresceu a repressão estatal à greve, os petroleiros de Paulínia e Mataripe não conseguiram a adesão de outras refinarias à paralisação. No estado de São Paulo, os petroleiros de Cubatão vinculados à Refinaria Presidente Bernardes – RPBC –, a primeira grande refinaria da Petrobrás fundada em 1955 – e terminais petrolíferos não aderiram à greve.

**Petroleiros da baixada suspendem a sua greve.** Quinhentos petroleiros de Santos, Cubatão e São Sebastião decidiram, em assembleia geral às 23 horas de ontem, recuar em seu movimento de protesto, suspendendo o “estado de greve” decretado na última quinta-feira. [...] Alberto Boydjyan, que é diretor de pessoal da Petrobrás – disse Manoel Souto, tesoureiro do sindicato – falou com o Pedro e disse a ele que no caso de Campinas e da Bahia a Petrobrás havia perdido a autoridade para negociar qualquer espécie de acordo, sendo tudo tratado nos níveis superiores de governo, inclusive além do próprio ministro do Trabalho. [...] O governo considerava as greves nas duas refinarias como

movimento de cunho político-ideológico e que isso significava que seriam entendidas agora como confronto ao regime e assim tratadas<sup>29</sup>.

Ao mesmo tempo, a mobilização de apoio dos metalúrgicos do ABCD também terminou. A assembleia que confirmou o fim da paralisação dos metalúrgicos do ABCD ocorreu no gramado do estádio da Vila Euclides, com centenas de trabalhadores de diferentes cidades do estado de São Paulo. Estava em debate a organização de uma greve geral contra o governo Figueiredo, envolvendo um maior número de trabalhadores e categorias profissionais, bem como a criação da Central Única dos Trabalhadores.



Assembleia dos Metalúrgicos no Estádio de Vila Euclides<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/images/thumb/%7BCEC9D624-463F-4A13-BC01-AF1A6D3A2E90%7D\\_rm19830208.jpg](http://www.abcdeluta.org.br/images/thumb/%7BCEC9D624-463F-4A13-BC01-AF1A6D3A2E90%7D_rm19830208.jpg). Acesso em: 20 maio 2011.

<sup>30</sup>Fonte disponível em: [http://1.bp.blogspot.com/\\_gVjmrNm31tg/TUWL-cU08-hI/AAAAAAAAAJ8A/wV7XX30Z-vU/s1600/0022.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_gVjmrNm31tg/TUWL-cU08-hI/AAAAAAAAAJ8A/wV7XX30Z-vU/s1600/0022.jpg). Acesso em: 12

**Assembleia de 4 mil suspende greve em São Bernardo.** Cerca de 4 mil trabalhadores decidiram ontem de manhã, em assembleia no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, suspender a greve de diversas categorias profissionais, iniciada quinta-feira. A proposta de “suspensão momentânea da greve, até uma paralisação geral com outros sindicatos, no próximo dia 21, foi feita pelo presidente afastado do Sindicato dos Metalúrgicos, Jair Meneguelli, e aprovada pela maioria dos presentes, sob os protestos de pelo menos 500 ativistas do movimento “Alicerce da Juventude Socialista”, que compareceram ao estádio portando bandeiras vermelhas com desenhos de punhos fechados. “A lição está dada. Provamos que é possível fazer uma greve política. Agora, vamos manter a nossa mobilização, de fábrica em fábrica, para forçar os outros sindicatos a cumprirem o compromisso de parar outras categorias contra a política econômica do governo”, disse Jair [...] “A suspensão dessa greve não é uma trégua para o governo, mas sim um tempo que estamos dando a outros sindicatos para se mobilizarem”, afirmou Luiz Inácio Lula da Silva [...] (Folha de São Paulo) <sup>31</sup>

---

nov. 2012.

<sup>31</sup> Fonte disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=682](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=682). Acesso em: 20 maio 2011.



PRO  
**CUT**  
E SINDICATOS

Comissão Nacional Pró-Central Única de Trabalhadores e DIVERSOS SINDICATOS

**CONVOCAM**

**GREVE GERAL**

**DIA 21, POR 24 HORAS**

Com essa greve, nós trabalhadores vamos deixar claro para o Governo e para os patrões, que não vamos mais aceitar pacotes e outras medidas que só servem para aumentar mais a exploração.

Chega de pacotes. Ninguém agüenta mais.

Não vamos pagar a crise econômica, cujos responsáveis são unicamente o Governo e as empresas subordinadas ao FMI.

Nós vamos exigir:

- Fim das intervenções e devolução dos sindicatos de Campinas, Bahia e São Bernardo
- Fora o pacote das estatais -- Decreto lei 2036
- Fim do roubo no INPC -- contra os decretos do arrocho - 2012, 2024 e 2045.
- Revogação do Pacote do BNH
- Congelamentos dos preços de 1ª necessidade
- Criação de empregos, salário desemprego
- Estabilidade
- Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários
- Reforma agrária
- Fora o FMI

Boletim Pró-CUT – GREVE GERAL – 21 de jul. 1983<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Fonte disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas>. Acesso em: 15 jan. 2012.

Comissão Nacional Pró-Central Única de Trabalhadores e DIVERSOS SINDICATOS.

CONVOCAM

GREVE GERAL DIA 21, POR 24 HORAS.

Com essa greve, nós trabalhadores vamos deixar claro para o Governo e para os patrões, que não vamos mais aceitar pacotes e outras medidas que só servem para aumentar mais a exploração.

Chega de pacotes. Ninguém aguenta mais.

Não vamos pagar a crise econômica, cujos responsáveis são unicamente o Governo e as empresas subordinadas ao FMI.

Nós vamos exigir:

Fim das intervenções e devolução dos sindicatos de Campinas, Bahia e São Bernardo.

Fim do roubo do INPC – contra os decretos do arrocho – 2012, 2024 e 2045.

Revogação do Pacote do BNH.

Congelamento dos preços de 1ª necessidade.

Criação de empregos, salário desemprego.

Estabilidade.

Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários.

Reforma agrária.

Fora FMI

Essa mudança de estratégia sindical isolou os petroleiros diminuindo a sua resistência. As primeiras listas de demissões reduziram a mobilização e resistência dos trabalhadores.

[...] tinha um faxineiro na concentração, lá no Centro de Convivência, que ficava sempre próximo da gente. Quando cheguei na minha sala, estava com os pés em cima da minha mesa, dizendo que se eu falasse alguma coisa também perderia o emprego [...] (Entrevista de um petroleiro Replan 19/19/1995)

A greve durou sete dias, com atividades culturais e políticas na espera de uma saída negociada para o impasse. Não era mês de data base e a paralisação possuía uma conotação de enfrentamento transcendente às fronteiras nacionais. O fim da greve ocorreu com o início das demissões, totalizando cento e cinquenta e duas (152) em Campinas e cento e oitenta e nove (189) na Bahia.



Filhos dos petroleiros no Teatro de Arena greve de 1983<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Fonte disponível em: [http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/filhos-de-petroleiros-brincam-durante-assembleia-da-categoria-em-campinas-sp/HV011F004\\_original.jpg](http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/filhos-de-petroleiros-brincam-durante-assembleia-da-categoria-em-campinas-sp/HV011F004_original.jpg). Acesso em: 20 maio 2011.

[...] na refinaria você era injustiçado por algum motivo, ia ao sindicato, o sindicato vinha até a empresa e na maioria das vezes conseguia a reversão. Desta vez não, a punição máxima foi a demissão e desta vez com perspectivas não tão rápidas de reverter a situação. As pessoas perderam o emprego. A fase era de auge do desemprego, da recessão, então foi dramático neste sentido, as pessoas sofreram muito [...]. (Entrevista de um petroleiro da Replan, 20 abril de 1990)

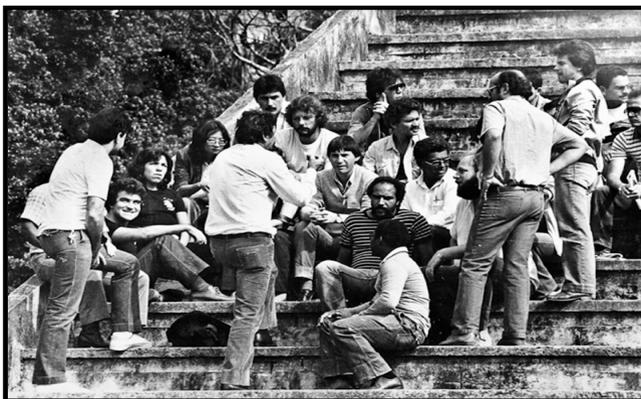
Depois de concorrida assembleia, no dia onze de julho, os petroleiros voltaram ao trabalho.

Os petroleiros da Refinaria do Planalto, em Paulínia, decidiram por fim à greve iniciada na última quarta-feira, depois de mais uma tentativa de negociar com a superintendência da empresa o retorno dos 127 trabalhadores demitidos, 27 deles pelo próprio presidente da Petrobrás, Shigiaki Ueki. Também na Refinaria Landolfo Alves, Mataripe, Bahia, o retorno ao trabalho foi maciço e a Petrobrás garantiu que aquela unidade já operará hoje com sua “capacidade ótima”. No Rio, o diretor industrial da estatal petrolífera, Armando Guedes Coelho, informou que nenhum caso das 307 demissões (além das de Paulínia houve 180 em Mataripe)<sup>34</sup> será reconsiderada, pois se a empresa agisse assim novas greves surgiriam, segundo ele.)<sup>35</sup>

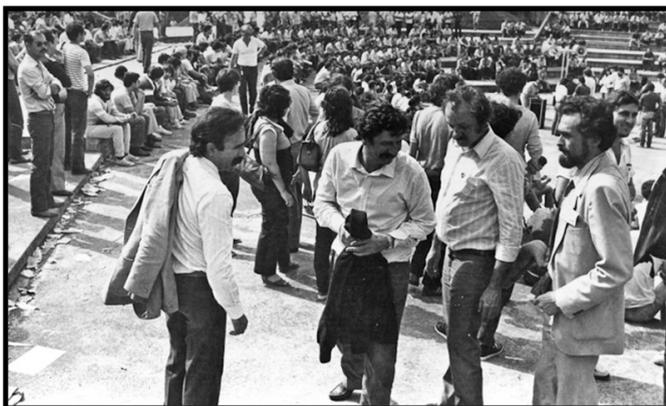
---

<sup>34</sup> Existe uma diferença entre os números de demitidos apresentado no jornal – 307 demissões – com os da nossa pesquisa – 341 demissões. Os números do jornal fizeram referência às demissões até o encerramento da greve. Os nossos números levaram em consideração os trabalhadores que foram demitidos após o término da greve.

<sup>35</sup>Fonte disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7BF7444CEB-B5E6-4541-8450-6CB795E5BE18%7D\\_rm19830209.jpg](http://www.abcdeluta.org.br/images/thunb/%7BF7444CEB-B5E6-4541-8450-6CB795E5BE18%7D_rm19830209.jpg). Acesso



Assembleia dos Petroleiros no Teatro de Arena – Campinas<sup>36</sup>



Petroleiros em Assembleia no Teatro de Arena – Campinas<sup>37</sup>

---

em: 20 maio 2011.

<sup>36</sup>Fonte disponível em: [http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/petroleiros-debatem-os-rumos-do-movimento-de-greve-durante-a-assembleia-em-campinas-sp/HV011F003\\_original.jpg](http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/petroleiros-debatem-os-rumos-do-movimento-de-greve-durante-a-assembleia-em-campinas-sp/HV011F003_original.jpg). Acesso em: 12 nov. 2012.

<sup>37</sup> Fonte disponível em: [http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/deputados-do-pt-apoiam-o-movimento-dos-petroleiros-em-campinas-sp/HV011F008\\_original.jpg](http://memoria.petrobras.com.br/upload/depoentes/jaco-bittar/deputados-do-pt-apoiam-o-movimento-dos-petroleiros-em-campinas-sp/HV011F008_original.jpg). Acesso em: 12 nov. 2012.

Na última assembleia da greve foi muito difícil. Muitos choravam, estavam abalados por ter que terminar o movimento. Os petroleiros fizeram uma proposta que dariam um percentual dos seus salários para os demitidos. Isso seria descontado até que os demitidos fossem readmitidos. O grosso da refinaria voltou a trabalhar em 12 de julho e, nós que ficamos fora, começamos a ter contato com o pessoal, por causa da ABCP<sup>38</sup>, que gerenciava o fundo de greve. Algumas pessoas que tinham menos consciência política se amedrontaram porque a pressão foi muito grande e violenta depois da volta. Alguns se afastaram do sindicato, com medo que pudessem ser mandados embora também. Mas, depois, o pessoal foi voltando aos poucos e, alguns, não voltaram até hoje. Uma parte se afastou. Acho que faz parte da violência com que éramos tratados. (Entrevista de um Petroleiro da Replan, 25/05/1990)

A intimidação dos trabalhadores continuou mesmo após o final da greve. A administração local da Estatal criou filas de identificação na porta das refinarias e palestras de conscientização empresarial para a discussão das consequências do movimento.

[...] eles expuseram os trabalhadores ao ridículo, como se fosse um campo de concentração. Nós ficamos na porta da refinaria em fila dupla com os vigilantes dizendo o horário que deveríamos voltar. Como que nós não sabíamos o horário de trabalho? Colegas que tinham ajudado a partir a unidade, tinham trabalhado o dia todo, no final do expediente receberam a carta de

---

<sup>38</sup> Associação Beneficente e Cultural dos Petroleiros

demissão [...] . (Entrevista de um petroleiro da Replan, 17/09/1995)

A direção da Petrobrás afirmou que aquele era um exemplo de que os trabalhadores não deveriam se envolver com o sindicato, pois militância era sinônimo de demissão. Petroleiros foram demitidos no local de trabalho logo após o término da greve, outros depois do expediente, criando a expectativa funesta da divulgação de novas listas de demissão.

A greve, entendida como uma “patologia social”, princípio central da Doutrina de Segurança Nacional – DSN –, contrapôs as políticas neoliberais do Fundo Monetário Internacional, condição essencial para o sucesso das negociações do Brasil com os credores internacionais para a obtenção de novos empréstimos para o pagamento dos juros da dívida externa. Ao mesmo tempo, as vitórias eleitorais dos candidatos opositores ao governo militar em 1982 colocaram os estrategistas do regime em contradição. Demonstrar, por um lado, que o seu poder de repressão era efetivo e, por outro lado, conciliar as divisões internas dentro de sua base de sustentação já não unânime quanto a sua continuidade na sociedade brasileira.

A greve dos petroleiros de 1983 demonstrou que um complexo processo econômico estava em construção no Brasil, o embrião de propostas neoliberais que se materializariam na década de 1990. O Decreto-Lei n. 2036 foi utilizado como exemplo para a construção de ações políticas de cunho ideológico, voltados à vulgarização do Estado Nacional, das empresas estatais, dos funcionários públicos e da política de substituição de importações existentes desde Juscelino Kubitschek até o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND -. Ela se remeteu a um

contexto manifesto nas mediações e contradições entre o local, o nacional e o internacional.

Tomando como referência o entendimento marxiano da anatomia do homem ser a chave para a descoberta da anatomia do macaco, entendemos que a recuperação da historicidade das mobilizações destes trabalhadores anteriores a 1983 é fundamental para o avanço da investigação que aqui se apresenta. A revolta da “criatura contra o criador” se explica no movimento da história movida pela luta de classes. É o que demonstraremos na próxima parte.

## II

### Alguns pressupostos da ditadura civil-militar no Brasil

**U**ma greve não é uma construção aleatória. Ela resulta de um processo histórico de formação política e resistência dos trabalhadores aos desdobramentos da venda da força de trabalho em diferentes ramos produtivos. Essa afirmação é essencial para o debate que aqui se inicia. A greve dos petroleiros de 1983 se explica em um movimento histórico responsável pela criação desse coletivo de trabalhadores. A formação desses trabalhadores se explica em um processo histórico manifesto no rumo econômico e político adotado no Brasil no período militar.

Os petroleiros de Paulínia, trabalhadores de empresa estatal cujo controle acionário é do Estado brasileiro, vinculam suas conquistas, perdas, avanços e retrocessos ao projeto de desenvolvimento brasileiro. A construção da Refinaria de Paulínia expressou o projeto militar referente à Doutrina de Segurança Nacional – DSN – em seu binômio “Segurança e Desenvolvimento”, sustentáculo político do I Plano Nacional de Desenvolvimento. Suas bases econômicas foram sustentadas pela política de substituição de importações geridas pelo então Presidente de República, Emilio Garrastazu Médici, entre os anos de 1972 a 1974.

O binômio “Segurança e Desenvolvimento” marcou a contradição entre a exclusão política e o desenvolvimento econômico. A ditadura civil-militar instaurou o silenciamento via processo repressivo dos críticos ao regime. Ao mesmo tempo, manteve pressupostos da política de substituição de importações herdados de Vargas e Kubistchek, objetivando a modernização e crescimento do mercado interno e indústrias de base brasileiras como forma de elevar o país ao seletivo grupo econômico das nações centrais do planeta.

O debate sobre a história, ações e perspectivas futuras dos militares não é novo e se manifesta em diferentes períodos e vertentes epistêmicas. Weber em “Economia e Sociedade” demonstrou a burocracia como expressão da dominação na sociedade. As forças armadas exemplificam formas de dominação legal ou burocrática com a predominância de normas impessoais e hierárquicas. As Forças Armadas combinam uma série de formas de dominação. A dominação é a situação em que há um senhor que conta com a obediência e subserviência dos que, em teoria, devem obedecê-lo. A diferença entre o poder e a dominação está em que, no primeiro, o comando não é absolutamente legítimo, nem a obediência um dever. No segundo a obediência se legitima no reconhecimento por aqueles que obedecem às ordens que lhe são dadas. As motivações de obediência permitirão, portanto, construir uma tipologia de dominação. Para ultrapassar o poder e a dominação é necessário acrescentar à realidade política a ideia de grupo político. O agrupamento político contém as ideias de território e a ameaça por força física para impor respeito às ordens e regras. Entre os agrupamentos

políticos, o Estado é a instância que dispõe do monopólio da coerção física.

Em concepção crítica à sociedade capitalista e distinta de Max Weber, Rosa Luxemburgo em “La acumulación del capital” demonstrou que o capitalismo estava voltado ao colapso. A expansão incontrolada do capital em busca de novos mercados destruiria as formas anteriores de produção. Na prática, se desdobraria em três principais processos interligados entre si. Em primeiro lugar, acirraría as rivalidades internacionais, em segundo lugar, as possibilidades de expansão econômica futura seriam reduzidas e, por último, o crescimento da militarização dos Estados capitalistas. O militarismo, por sua vez, se transformaria em um novo campo de acumulação, um meio de obtenção de mais-valia, acirrando as contradições capitalistas<sup>39</sup>.

Ainda no campo das teorias críticas ao modo de produção capitalista, Gramsci em “Os cadernos do cárcere” centrou a discussão dos militares na questão da hegemonia na sociedade. Os militares e as ditaduras são modelos em que um grupo governa por meio da coerção e não pela construção de condições hegemônicas para esse fim. Althusser em “Os aparelhos ideológicos e repressivos do Estado” demonstrou os militares como integrantes dos Aparelhos Repressivos do Estado. Esses aparelhos, dentro de uma sociedade à qual o Estado não é neutro, tinham como função ordená-la dentro dos princípios burgueses. O Exército e a Polícia são os instrumentos utilizados para a coerção dos sujeitos através da força física. Mézáros em “O poder da ideologia” criticou a subordinação da

---

<sup>39</sup>Frederico Mazzucchelli. A contradição em processo: o capitalismo e suas crises. Unicamp, Instituto de Economia, 2004, p. 143-155

inventividade científica aos princípios e interesses militares. Essa relação, negação material da neutralidade da ciência, possibilitou o crescimento da barbárie, militarizou todo o planeta e criou conflitos que atentam contra o futuro da humanidade. Em a tese da produção destrutiva, demonstra que a predominância dos interesses militares sobre os processos de transformação da natureza materializam tanto a alienação como o estranhamento do trabalho.

Foucault, em “Vigiar e Punir”, demonstra que os regimes de violência crescem e se efetivam na sociedade traduzidos por normas que atingem as organizações sociais, sendo exemplo, os militares. Uma microfísica do poder manifesta no controle social possibilita o crescimento da disciplina, impondo um conjunto de normas que afetam a ação dos sujeitos no espaço social. A disciplina do soldado é construída dentro desses pressupostos. A negação aos imperativos hierárquicos disciplinares determina a aplicação de sanções voltadas à correção comportamental dos militares. Essa é uma ação voltada para determinado fim: corrigir os corpos e suas atitudes para uma função de poder estabelecida na corporação militar. O que se busca é o controle de atitudes e práticas sociais voltadas à domesticação do soldado e sua distribuição no espaço social com o objetivo do controle corporal visando retirar o máximo de suas potencialidades. O uso da sanção normalizadora pelas Forças Armadas determina a legitimação de formas específicas de dominação humana voltadas à correção de comportamentos tidos como desviantes.

No âmbito das concepções não críticas, as contribuições de Conte e Durkheim são essenciais para a recuperação da ação e pensamento militar. Isso se explica pela essência desta

epistemologia, cuja herança kantiana aponta para a veemência do ordenamento e controle social como condição para a harmonia e o avanço da sociedade.

O conceito de “ordem e progresso” de Augusto Conte e de hierarquia vinculado ao pensamento de Durkheim sustentam as concepções militares. A disciplina e a hierarquia são a estrutura à qual se baseia toda a sua organização. Quanto mais graduado é um militar, maior poder decisão terá na estrutura de comando de uma corporação. O lema “antiguidade é posto” é central no cotidiano das relações sociais das Forças Armadas. Na caserna não existe debate sobre as possibilidades de intervenção e ação de guerra. Uma vez que uma ordem para a ação é estabelecida, ela é cumprida sem qualquer questionamento por parte dos executores, independente dos desdobramentos sociais em questão.

O § 2º, do art 14, do Estatuto dos Militares, assim conceitua “Disciplina”: “É a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo”. José Wash Rodrigues, em seu “Dicionário Histórico-Militar”, nos ensina: ‘A Instituição do Exército Permanente é mantida pela disciplina, que nos vem desde a antiguidade grega e romana, como a ‘lei do soldado’, consistindo na obediência que o inferior deve prestar ao superior, ou na integral observância dos regulamentos militares’. [...] O Estatuto dos Militares reza, em seu art 14, o seguinte: ‘A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A

autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico'. O § 1º deste mesmo artigo preceitua: 'A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade'. A hierarquia deve estar ligada à virtude da camaradagem, tanto que os círculos hierárquicos têm a finalidade 'de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo', como estabelece o artigo 15 do mencionado Estatuto. [...] A missão de comandar, chefiar, etc., é de servidão e grandeza. E a hierarquia, em que pese a atmosfera da atualidade, quando proliferam teorias igualitaristas e materialistas, é imprescindível para a harmonia das relações humanas. A esse respeito, convém lembrar os sábios ensinamentos de Santo Tomás de Aquino – 'o Doutor Angélico', ao condenar a inveja e ao se referir à obediência devida aos superiores por parte dos subordinados: 'É mais merecedor o Mestre, que sabe para si e para transmitir, do que o discípulo mais capaz de aprender; aquele que projeta, do que o artífice mais capaz de executar; o Capitão que traça os planos do que o soldado mais afoito que o segue. É maior, portanto, o mérito do bom e justo Chefe do que o de seus subordinados mais aptos; e maiores hão de ser seus merecimentos e crescerá a sua recompensa, pois o Chefe é o Mestre de seus súditos, o arquiteto dos grandes planos e o Capitão das grandes peijas'[...] (Soriano Neto, 1973, 1- 7 Aspas do autor)

O entendimento da disciplina e da hierarquia herdadas do positivismo é fundamental para a interpretação da ação dos

militares nas manifestações de rebeldia social. A greve dos petroleiros, trabalhadores pertencentes a um ramo produtivo tido como estratégico pela Doutrina de Segurança Nacional, foi entendida como quebra de disciplina social, uma doença social. O combate ao comunismo, ressignificado como agente desagregador da família e da sociedade foi utilizado como justificativa para a repressão à greve. Os petroleiros ao confrontarem o Estado foram denominados pelos militares como traidores da pátria, doenças sociais a serem reprimidas e expurgadas, cuja cura teria como remédio a intimidação pela ameaça e concretização de demissões. Os militares se entenderam como acima dos conflitos de classes, um poder neutro talhado ao controle econômico e político dos interesses do Brasil. Para as frações de classe burguesa, os interlocutores de uma ordem social que corroborava com os processos acumulativos do capital, para os segmentos sociais críticos, uma ditadura civil-militar.

Marx remeteu a questão do militarismo à totalidade demonstrando que a interligação entre a burguesia e o Estado é movida pela luta de classes. Da mesma forma, discutiu o militarismo fazendo referência às mudanças e cisões expressas na ação burocrática do Estado voltado à legitimação das visões de mundo burguesas. A função do Estado é manter a sociedade da forma como ela o é: a manutenção da estrutura que assegura lógica reprodutiva do capital. O desenvolvimento de uma burocracia parasitária estatal é utilizado para reprimir os movimentos sociais, cooptar parte das classes populares através do oferecimento de serviços, entre outras ações.

O poder executivo, com sua enorme organização burocrática e militar, com seu mecanismo complicado e

artificial, com um exército de meio milhão de funcionários ao lado de outro exército de meio milhão de soldados – esse corpo parasitário medonho que envolve como um invólucro todo o organismo da sociedade francesa e entope todos os seus foros – criou-se no período da monarquia absoluta, no fim do sistema feudal, aperfeiçoando o centralismo estatal. (Marx, 1983: p. 234–235)

A repressão à greve dos petroleiros implicou a representação de interesses e manutenção de uma moral e modo de vida burguês. Ela foi utilizada como instrumento de coerção e intimidação dos trabalhadores à adoção de uma disciplina de cunho capitalista, legitimando os militares como representantes dos interesses da burguesia nacional e internacional.

A repressão militar no Brasil se fundamentou nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional para o controle interno e externo dos conflitos sociais em que o Estado foi o agente central na construção da homogeneidade social. A Doutrina de Segurança Nacional legitimou o processo repressivo político no Brasil durante a ditadura civil–militar. O crescimento econômico nacional intensificou o fetichismo da mercadoria atuando como uma espécie de ópio do povo. Em outras palavras, os resultados econômicos positivos expressos pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento, privilegiando, sobretudo, as frações de classe burguesas nacionais, legitimaram um intenso processo repressivo no Brasil ao qual o acesso ao consumo conviveu com a exclusão política corporal.

## 2.1 O aparato repressivo militar

O crescimento da repressão militar está relacionado às diferenças regionais no Brasil. Ocorreram investimentos governamentais em cidades situadas no Centro-Sul do país voltado ao complemento do desenvolvimento industrial do Brasil, merecendo destaque São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Salvador, Belém e Fortaleza. A escolha dessas cidades se deu em virtude de abrigarem o maior aparato produtivo do Brasil, estando ali presentes, pelo avanço das forças produtivas, um palco de resistências civis manifesta em mobilizações partidárias, sindicais e estudantis.

O anticomunismo foi a justificativa utilizada para a execução de um amplo processo repressivo às classes favoráveis a projetos alternativos ao capitalismo. Torturas, mortes, exílios e cassações políticas foram as estratégias utilizadas. A autoridade foi a ferramenta motriz em questão. Tal qual afirmamos anteriormente, a histeria em torno da desintegração das normas sociais transformou o positivismo em parceiro epistêmico, especialmente no que se refere às noções durkheimianas de patologia social.

As mobilizações e greves dos trabalhadores atentavam aos princípios ditatoriais manifestos no papel dos sujeitos na sociedade. As lutas dos trabalhadores foram entendidas com o exemplo máximo da desagregação social, a negação radical da capacidade dos indivíduos se integrarem à sociedade pela profissão.

Durkheim debateu essa questão em a “Divisão do Trabalho Social” e “O Suicídio”. É por meio da divisão do trabalho, da profissão hierarquizada e da disciplina que os homens visualizam aquilo que são. Em “O Suicídio” demonstra-se que o homem individual é um homem de desejos sendo necessário o seu disciplinamento. O homem precisa ser disciplinado por uma força superior, autoritária, amável e "digna de ser amada". Esta força, que se impõe e atrai em um só processo, só pode ser a própria sociedade. Sustentados por essa concepção, os militares se entendiam como agentes responsáveis pela construção de um modelo social ausente de conflitos sociais, atores essenciais para a existência de um modelo de vida expresso pelo capitalismo.

Os militares se baseavam em princípios aos quais a eficiência de uma sociedade se sustenta na hierarquia e disciplina. A ausência dessas condições materializa o seu próprio adoecimento. Durkheim entende que para as sociedades e para os indivíduos, a doença é algo que deve ser evitado. O dever do homem do Estado é executar o papel do médico: por meio de uma boa higiene, previne a eclosão das doenças, e, quando estas se declaram, procura saná-las. A prevenção da eclosão de doenças se traduz pela exclusão e silenciamento das vozes críticas e diferentes.

Para os militares a crítica marxiana e marxista dos impactos sociais da acumulação desenfreada do capital impulsionaria a sociedade a sua própria falência. O comunismo era entendido como um fantasma desagregador da sociedade. O que se buscou foi a construção do consenso social via processo ditatorial, condição essencial para a instauração de uma consciência coletiva que refutasse os conflitos sociais,

prevalecendo o império da solidariedade orgânica manifesta na “divisão do trabalho social” e na negação da “divisão social do trabalho”.

Esses conceitos são fundamentais para o debate que aqui realizamos. Baseado na negação dos conflitos sociais e ações higiênicas para a sua repressão e representando os interesses das frações de classe burguesas, instaurou-se no Brasil um processo extremo repressivo manifesto no crescimento da violência e coerção em larga escala. Prisões, mortes, desaparecimentos, perseguições e torturas fomentaram o conturbado período em questão.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos [...]. (Arns, 1987, p. 43).



Conflitos de rua dos militares contra os estudantes e trabalhadores<sup>40</sup>



As atrizes Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengell em 1968, durante a passeata dos cem mil, em protesto contra a ditadura militar no Brasil, no Rio de Janeiro (foto: Gonçalves (CPDOCJB))

<sup>40</sup> Fonte disponível em: <http://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2011/11/conflito-entre-forc3a7as-armadas-e-estudantes-68.jpg>. Acesso em: 15 jan. 2012.



A cavalaria da polícia militar toma a Avenida São João, no centro de São Paulo em 1968. (foto: Acervo memorial da resistência de São Paulo)



A líder estudantil Catarina Meloni em passeata. Mais tarde, ela escreveria o livro "1968: o tempo das escolhas". (foto: Jesus Carlos (Imagem Global))

## 2.2 A ditadura civil-militar e as torturas

O governo civil-militar instaurou diversos órgãos repressivos no Brasil. O Dops – Departamento de Ordem Política e Social –, teve como objetivo identificar e reprimir os sujeitos e organizações sociais que atuavam contra o regime político. O Dops emitia Atestados de Antecedentes Políticos e Sociais, denominados como Atestados Ideológicos àqueles que não eram fichados na organização. Esses atestados eram exigidos por empresas para a contratação funcional. Os fichados além de terem dificuldade em se empregar, poderiam ser presos e acusados.

As atividades intelectuais, sociais, políticas, partidárias e sindicais no Brasil eram vigiadas através do DOPS. Caso suas ações fossem identificadas como nocivas ao regime, os militantes eram presos, torturados e, possivelmente, mortos. O depoimento do ex-sargento Marival Chaves à “Comissão da Verdade e Justiça” corrobora com esta afirmação. “Cadáveres de militantes eram expostos no DOI- Codi como troféu da vitória. Vi em duas ocasiões. O casal Antonio Carlos Bicalho Lana e Sônia foi trazido ao DOI para visitaçao do órgão. Vi o casal morto, com perfurações à bala na cabeça, nos ouvidos<sup>41</sup>.

Um amplo processo de perseguição política e ideológica ganhou corpo no Brasil, atingindo, principalmente aqueles que possuíam postura crítica com relação aos rumos da sociedade

---

<sup>41</sup>Disponível em: <https://www.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/05/10/cadaveres-de-militantes-eram-expostos-no-doi-codi-como-trofeu-de-vitoria-diz-ex-sargento.htm>. Acesso em: 15 jan. 2012.

brasileira<sup>42</sup>. O objetivo era manter um constante processo de vigilância na sociedade, controlando toda e qualquer possibilidade de expansão de ações e ideias críticas ao regime.

A tortura foi utilizada de forma indiscriminada e como “método científico” como forma de obter informações e/ou subjugar os militantes presos. Os EUA ajudaram a aperfeiçoar as técnicas de tortura das forças repressivas brasileiras através do envio de agentes para o treinamento de militares e civis. Dan Mitrione foi um desses agentes.

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de

---

<sup>42</sup> É fácil supor que os marxistas estavam entre os alvos preferenciais do Dops, pois nas ditaduras de Getúlio e na de 1964 eles eram inimigos do regime. Era mesmo de se esperar que marxistas fossem fichados. Mas o próprio Karl Marx, que nunca veio ao Brasil e viveu bem antes do surgimento do Dops, também tem ficha em seus arquivos. E são várias fichas. Mas este não é o caso mais surpreendente de fichado no Dops. Sócrates, o filósofo grego também tinha. E mais: o Papa João Paulo II, em sua primeira visita ao Brasil (afinal, era polonês, e a Polônia era comunista), ganhou uma ficha nos seus arquivos, assim como um cão pastor que participou de uma novela da Globo. Até carta publicada na revista *Africásia* com o título “Embranquecer Pelé”, em 1971, foi registrada no Dops como parte de uma campanha contra o Brasil no exterior. É que a carta (que o Dops atribui à própria direção da revista, fingindo ser carta do leitor) comenta uma entrevista dada por Pelé numa edição anterior e manda um recado a ele: “É verdade que você bate bem na bola, e que tem a estima do mundo inteiro [...]. Ideologicamente falando, você não merece ser chamado de homem. Você nada mais é do que um robô, um autômato que tomou aparência humana [...].”

Disponível em: <http://www.sinpro-ba.org.br/conteudo.php?ID=631>. Acesso em: 10 jan. 2012.

arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil, foi o policial norte-americano Dan Mitrione, posteriormente transferido para Montevidéu, onde acabou sequestrado e morto. Quando instrutor em Belo Horizonte, nos primeiros anos do Regime Militar, ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a política local. Seviciados em sala de aula, aqueles pobres homens permitiam que os alunos aprendessem as várias modalidades de criar no preso a suprema contradição entre o corpo e o espírito, atingindo-lhes os pontos vulneráveis (ARNS, 1987, p. 32).

Dan Mitrione esteve no Brasil entre os anos de 1960 a 1967, trabalhando em Belo Horizonte e posteriormente no Rio de Janeiro. Entre as técnicas que ensinou estava a utilização de choques elétricos sem deixar marcas comprovativas no corpo das vítimas. Em seu entender, tendo como experiência a invasão estadunidense à República Dominicana no ano de 1965, a tortura dos presos era mais eficaz do que a estratégia de infiltração em governos e partidos políticos. Tomando como referência os conhecimentos da psicologia humana, apontou que quanto mais forte fosse o preso, mais vulnerável também o era. Orientava os policiais e militares que era necessário um estudo das características físicas e psicológicas dos presos.

O seu objetivo era atingir os limites do corpo e do cérebro humano por meio do uso constante de descargas elétricas em pontos específicos do torturado. Essa técnica, ao produzir uma dor insuportável, potencializava a perda gradativa do controle da mente humana sobre os movimentos

do próprio corpo, denegrindo o torturado aos imperativos de torturador. A questão estava em evitar a morte o maior tempo possível como forma de obter um quantitativo de informações. Daí a importância do acompanhamento médico constante.

De certa forma, falar de Tortura Psicológica é redundância, considerando que todo o tipo de tortura deixa marcas emocionais que pode durar a vida inteira. Porém, havia formas de tortura que tinha o objetivo específico de provocar o medo, como ameaças e perseguições que geravam duplo efeito: fazer a vítima calar ou delatar conhecidos. A tortura psicológica, pela sua própria abrangência, esteve presente até o final do governo civil-militar. A repressão à greve dos petroleiros de 1983 exemplifica esta afirmação.

As demissões por justa causa, a invasão do Exército às Refinarias, a pressão da polícia federal aos familiares dos grevistas implicaram uma ação coercitiva voltada a desmobilizar os trabalhadores no presente e, principalmente, no futuro. Em outras palavras, esteve em jogo a doutrinação dos trabalhadores que dada à repressão no presente se negariam a participar de outras mobilizações no futuro.

As torturas foram responsáveis pela morte de centenas de seres humanos. Elas eram ocultadas por laudos médicos falsos que omitiam os verdadeiros motivos das mortes, determinando que ocorriam por causas naturais, suicídios, balas perdidas, etc. Esse período foi marcado pela construção de cemitérios clandestinos onde torturados eram enterrados como indigentes, dificultando o acesso das famílias às vítimas. Foram usadas técnicas:

[...] para evitar que fossem encontrados, os agentes dos serviços de repressão jogavam os mortos em rios, em sacos impermeáveis e com pedras de peso calculado. Isso impedia que afundassem ou flutuassem. O ventre da vítima também era cortado, evitando assim que inchasse e voltasse à superfície. O objetivo era criar condições para que o corpo fosse arrastado pelo rio. No caso de serem encontrados, os restos mortais dificilmente seriam identificados, porque os militares tomavam a precaução de arrancar as arcadas dentárias e os dedos das mãos, antes de lançá-los às águas. [...] “Podem escavar o Brasil todo, mas não vão achar ninguém, pois nós desaparecemos com todo mundo.” [...] Para evitar o risco de identificação, as arcadas dentárias e os dedos das mãos eram retirados. Em seguida, o corpo era embalado em saco impermeável e jogado no rio, com pedras de peso calculado para evitar que descesse ao fundo ou flutuasse. Além disso, o ventre da vítima era cortado para impedir que o corpo inchasse e emergisse. Assim, seguiria o curso do rio até desaparecer. [...] “Jamais se enterra um cara que você matou. Se matar um cara, não enterro. Há outra solução para mandar ele embora. Se jogar no rio, por exemplo, corre. Como ali, saindo de Petrópolis, onde tem uma porção de pontes, perto de Itaipava. Não (jogar) com muita pedra. O peso (do saco) tem que ser proporcional ao peso do adversário, para que ele não afunde, nem suba. Por isso, não acredito que, em sua consciência, alguém ainda pense em achar um corpo.” [...] “É um estudo de anatomia. Todo mundo que mergulha na água, fica na água, quando morre tende a subir. Incha e enche de gás. Então, de qualquer maneira, você tem que abrir a barriga, quer queira, quer não. É o primeiro

princípio. Depois, o resto, é mais fácil. Vai inteiro. Eu gosto de decapitar, mas é bandido aqui (Baixada).” [...] “Enterrar, queimar, botar no ácido, que desaparece. “Quando o cara entra no quartel, sabe que está seguro, que ninguém vai matá-lo. Quando você prende ele em uma casa, pensa: ‘Por que me trouxeram para cá e não me levaram para o quartel?’ E a gente ameaçava com isto: ‘Você já viu que você está preso, mas não está preso no quartel. Você está preso em uma casa. Daqui você pode ir para qualquer lugar. Aqui você não está inscrito em nada.’ [...] “Aprendi que um homem que apanha na cara não fala mais nada. Você dá uma bofetada e ele se tranca. Você passa a ser o maior ofensor dele e o maior inimigo dele. A rigidez é o volume de voz, apertar ele psicologicamente, sobre o que ele é, quais são as consequências. Isto sim. Tudo isto é psicológico. Principalmente quando houve outros casos, né? Fulano foi preso e sumiu. Ele não é preso em uma unidade militar, ele vai para um lugar completamente estranho, civil, vamos dizer assim, uma casa. Ninguém sabe que ele está lá. Não há registro. Tudo isto é coação psicológica.” [...] “Destruímos todas as organizações subversivas porque acabamos com a cabeça delas. Quando você corta a cabeça de uma cobra você acaba com a cobra. Então, este foi o nosso trabalho”<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup>Depoimento do Coronel Reformado Paulo Magalhães à Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro. Reportagem Jornalista Chico Otávio. Jornal o Globo – 23/-3/2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/vitimas-da-casa-da-morte-foram-jogadas-dentro-de-rio-diz-coronel-11940779>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Os depoimentos de mulheres torturadas no período exemplificam a aplicação prática dos ensinamentos de Dan Mitrone conforme demonstrado anteriormente.

Muitos deles vinham assistir para aprender a torturar. E lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: ‘Você vai parir eletricidade’. Depois disso, me estuprou ali mesmo. Levei muitos murros, pontapés, passei por um corredor polonês. Fiquei um tempão amarrada num banco, com a cabeça solta e levando choques nos dedos dos pés e das mãos. Para aumentar a carga dos choques, eles usavam uma televisão, mudando de canal, ‘telefone’, velas acesas, agulhas e pingos de água no nariz, que é o único trauma que permaneceu até hoje. Em todas as vezes que eu era pendurada, eu ficava nua, amarrada pelos pés, de cabeça para baixo, enquanto davam choques na minha vagina, boca, língua, olhos, narinas. Tinha um bastão com dois pontinhos que eles punham muito nos seios. E jogavam água para o choque ficar mais forte, além de muita porrada. O estupro foi nos primeiros dias, o que foi terrível para mim. Eu tinha de lutar muito para continuar resistindo. Felizmente, eu consegui. Só que eu não perco a imagem do homem. É uma cena ainda muito presente. Depois do estupro, houve uma pequena trégua, porque eu estava desfalecida. Eles tinham aplicado uma injeção de pentotal, que chamavam de ‘soro da verdade’, e eu estava muito zozza. Eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar.

Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga. Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana. Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta<sup>44</sup>.

A primeira coisa que fizeram foi arrancar toda a minha roupa e me jogar no chão molhado. Aí, começaram os choques em tudo quanto é lado – seio, vagina, ouvido – e os chutes. Uma coisa de louco. Passei por afogamento várias vezes. Os caras me enfiavam de capuz num tanque de água suja, fedida, nojenta. Quando retiravam a minha cabeça, eu não conseguia respirar, porque aquele pano grudava no nariz. Um dos torturadores ficou tantas horas em pé em cima das minhas pernas que elas ficaram afundadas. Demorou um tempão para se recuperarem. Meu corpo ficou todo preto de tanto chute, de tanto ser pisada. Fui para o pau de arara várias vezes. De tanta porrada, uma vez meu corpo ficou todo tremendo, eu estrebuchava no chão. Eles abusavam muito da parte sexual, com choques nos seios, na vagina [...] passavam a mão. Também faziam acareações minhas com um companheiro do movimento

---

<sup>44</sup> Dulce Maia, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era produtora cultural quando foi presa na madrugada de 26 de janeiro de 1969, em São Paulo (SP). Hoje é ambientalista, dirige a ONG Ecosenso e é cogestora do Parque Nacional da Bocaina.

Fonte: Blog “Torturas no Brasil”. Disponível em: <http://torturasnobrasil.blogspot.com.br/2012/10/mulheres-torturadas.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.

estudantil, o Pedro Eugênio de Toledo. Eles obrigavam a gente a se encostar nas partes sexuais e a torturar um ao outro. Tínhamos que por a mão no órgão um do outro para receber choques. Eles também faziam a gente se encostar como se fôssemos ter uma relação, para os dois serem atingidos pelo choque. Fiquei quase um mês sendo torturada diariamente. Em uma outra vez, eles simularam a minha morte. Me acordaram de madrugada, saíram me arrastando, dizendo que iam me matar. Me puseram dentro de um camburão, onde tinha corda, pá, um monte de ferramentas. Deram muitas voltas e depois pararam num lugar esquisito. Aí, soube que não iam me matar, pois me disseram que eu ia ser colocada numa solitária e que iam espalhar o boato que eu tinha morrido<sup>45</sup>.

Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual. Eles aproveitavam para manusear o corpo da gente, apagar ponta de cigarro nos seios. No meu caso, quando perceberam que nem a tortura física nem a tortura sexual me faziam falar, me entregaram para uns policiais que me levaram, à noite, de olhos vendados, para um posto policial afastado, no meio de uma estrada. Lá, eu fui torturada das sete da noite até o amanhecer, sem parar. Pau de arara até não conseguir respirar, choque elétrico, espancamento, manuseio sexual. Eles tinham um cassetete cheio de

---

<sup>45</sup> Maria do Socorro Diógenes, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), era professora quando foi presa no Recife (PE), em 4 de abril de 1972. Hoje, vive em São Paulo (SP), onde é supervisora de ensino da rede estadual.

Fonte disponível em: <http://abstratoparasitismo.blogspot.com.br/2013/06/a-tortura.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.

pontinhos que usavam para espancar os pés e as nádegas enquanto a gente estava naquela posição, de cabeça para baixo. Quando eu já estava muito arreventada, um torturador me tirou do pau de arara. Eu não me aguentava em pé e caí no chão. Nesse momento, nessa situação, eu fui estuprada. Eu estava um trapo. Não parava em pé, e fui estuprada assim pelo sargento Leo, da Polícia Militar. De madrugada, eu percebi que o sol estava nascendo e pensei: se eu aguentar até o sol nascer, vão começar a passar carros e vai ser a minha salvação. E realmente aconteceu isso. Voltei para a solitária muito machucada. A carcereira viu que eu estava muito mal e chamou a médica da penitenciária. Eu nunca mais vou esquecer que, na hora que a médica me viu jogada lá, ela disse: ‘Poxa, menina, não podia ter inventado isso outro dia, não? Hoje é domingo e eu estava de saída com meus filhos para o sítio’. Depois disso, eles passavam noites inteiras me descrevendo o que iam fazer com a minha menina de quatro meses. ‘Você é muito marruda, mas vamos ver se vai continuar assim quando ela chegar. Estamos cansados de trabalhar com adulto, já estudamos todas as reações, mas nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses. Vamos colocá-la numa banheirinha de gelo e você vai ficar algemada marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar um picolé. Mas não pense que vamos matá-la assim fácil, não. Vocês vão contribuir para o progresso da ciência: vamos estudar as reações, ver qual vai ser a reação dela no pau de arara, com quatro meses. E quanto ao choque elétrico, vamos experimentar colocando os eletrodos no ouvido: será que os miolos dela vão derreter ou vão torrar? Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os

ossinhos, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstinho para você para saber que foi você a culpada por ela ter se transformado nisso'. Depois disso, me jogavam na solitária. Eu quase enlouqueci. Um dia, eles me levaram para uma sala, me algemaram numa cadeira e, na mesa que estava na minha frente, tinha uma banheirinha de plástico de dar banho em criança, cheia de pedras de gelo. Havia o cavalete de pau de arara, a máquina do choque, e tinha uma mamadeira com leite em cima da mesa e um relógio na frente. Eles disseram: 'Pegamos sua menina, ela já vai chegar e vamos ver se você é comunista marruda mesmo'. Me deixaram lá, olhando para os instrumentos de tortura, e, de vez em quando, passava um torturador falando: 'Ela já está chegando'. E repetia algumas das coisas que iam fazer com ela. O tempo foi passando e eles repetindo que a menina estava chegando. Isso durou horas e horas. Depois de um tempo, eu percebi que tinham passado muitas horas e que era blefe<sup>46</sup>.

Foram presas 50 mil pessoas e foram torturadas algo em torno de 20 mil. "Além dos 320 militantes da esquerda mortos "desaparecidos". No fim do governo Geisel existiam cerca de 10 mil exilados. As cassações atingiram 4.682 cidadãos. Foram expulsos das faculdades 243 estudantes" (CHIAVENATO, 1997, p. 131).

---

<sup>46</sup> Gilse Cosenza, ex-militante da Ação Popular (AP), era recém-formada em Serviço Social quando foi presa em 17 de junho de 1969, em Belo Horizonte (MG). Hoje, vive na mesma cidade, onde é assistente social aposentada. Fonte disponível em: <http://abstratoparasitismo.blogspot.com.br/2013/06/a-tortura.html>. Acesso em: 22 jan. 2013.

Hannah Arendt, em análise do holocausto nazista na Segunda Grande Guerra Mundial, teorizou aquilo que denominou como a “banalização do mal”, demonstrando a forma à qual a estrutura montada pelos nazistas ausente de qualquer princípio humanista possibilitou a banalização do assassinio em massa na Alemanha Nazista.

A ação bárbara do torturador para com o torturado se assenta em uma estrutura social e política que legitima e justifica essa ação. Existe uma espécie de legitimação do ódio coletivo que é constituído pelas Instituições voltadas a um determinado fim. Na ditadura civil-militar, o ódio coletivo se deu na caracterização dos críticos ao regime político imposto como uma espécie de “germes infiltrados” para desintegrar o país. Essa caracterização teve como objetivo naturalizar a violência física. A naturalização da violência nega uma sociedade composta por seres humanos que, independente das classes sociais e visões de mundo a elas inerentes, possuem interpretações heterogêneas e subjetivas daquilo que o mundo o é e pode ser.

A caracterização do crítico ao regime militar como um “germe social” teve a função não só de desqualificá-lo perante a sociedade, mas, demonstrá-lo como uma abstração que nega a sua própria humanidade. Na prática, coube ao governo civil-militar determinar aqueles que eram e os que não eram entendidos como humanos. Para Dowbor (2013):

Portanto, é essencial que não se trate mais de um semelhante, pessoa que pensa, chora, ama, sofre. É um judeu, um comunista, ou ainda, no jargão moderno da polícia, um “elemento”. Na visão da KuKluxKlan, um negro. No plano internacional de hoje, o terrorista. Nos

programas de televisão, um marginal. Até nos divertimos, vendo as perseguições. São seres humanos? O essencial, é que deixe de ser um ser humano, um indivíduo, uma pessoa, e se torne uma categoria. Sufocaram 111 presos nas celas? Ora, era preciso restabelecer a ordem<sup>47</sup>.

Nesse sentido se constrói uma relação em que os fins pretendidos acabam por justificar os meios. A utilização da força bruta, a intimidação e a perseguição de seres humanos acabam por serem os instrumentos utilizados pelos regimes ditatoriais para se consolidarem no poder.

As ditaduras são processos que atendem aos interesses de frações de classe burguesa do seu tempo. Para manter o seu apoio contínuo, faz concessões constantes a essas frações que lucram com a redução das resistências sociais e o crescente acúmulo de capital sob seu domínio, tal qual demonstraremos um pouco mais a frente. Uma luta de cunho ideológico se trava como desdobramento desse processo. Por mais que faça concessões às frações de classe burguesa que a apoiam, essas mesmas frações não correspondem à maioria na sociedade. Daí a necessidade de uma luta pelo convencimento em todas as classes sociais, um processo de cooptação de seres humanos movido pela construção de uma espécie de ódio coletivo de fundo metafísico, transforma-se em braços de segmentos políticos, seres humanos dotados de tal nível de alienação e estranhamento que desconhecem o próprio mundo em que vivem.

---

<sup>47</sup> Disponível em: <http://dowbor.org/2013/08/hannah-arendt-alem-do-filme-agosto-2013-3p.html/>. Acesso em: 23 fev. 2018.

Daí a relevância da totalidade como categoria que permita construir uma crítica maior daquilo que a sociedade o é. A utilização da categoria totalidade possibilita recuperar a mediação entre o sujeito, a sociedade e o próprio sujeito. Kotic (1969, p.49) entende que a dialética não é uma totalidade como um todo já feito e formalizado que determina as partes. À própria determinação de totalidade pertencem a gênese e o desenvolvimento da totalidade. Ela não é um todo já pronto recheado com conteúdo. Na qualidade das partes com suas múltiplas relações, a totalidade se concretiza e esta concretização não é apenas construção de conteúdo, mas também criação do todo. A sua criação como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se constrói realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes. A totalidade enquanto processo em construção tem como pressuposto a marcha da história e das lutas sociais produzidas.

A totalidade é um processo que se explica no movimento da história manifesto na centralidade da luta de classes. Isso implica a recuperação das aspirações, projetos e objetivos das classes que compõem a sociedade e, conseqüentemente, a composição heterogênea de suas frações, sendo a burguesia um exemplo. É assim que afirma Marx<sup>48</sup>:

As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acham edificadas, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, levam de arrastão desenvolvendo tu-

---

<sup>48</sup> Disponível em: <http://www.insrolux.org/textosmarxistas/metododaeconomiaipolitica.htm>. Acesso em: 24 fev. 2018.

do que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior<sup>49</sup>. A Economia burguesa fornece a chave da Economia da Antiguidade etc.

É por isso que a tortura imposta pelo governo civil-militar se entende na totalidade das relações sociais que a construíram. Remeter a tortura ao universo restrito do torturador reafirmando, sem qualquer pretensão de eximi-los do que fizeram, implica em desconsiderar o papel e o objetivo de quem os criou, garantindo, de certa forma, a omissão da ação de segmentos militares e civis como condição essencial para a existência dos próprios torturadores. Essa omissão garante que esses segmentos não sejam inabilitados socialmente para a continuidade em postos políticos centrais na sociedade. É a lógica da imortalidade do vampiro que não se compara à mortalidade dos seres humanos. Como imortal, sempre viverá, independente da idade do humano mortal, pois para ele o tempo não passou. É apenas uma questão de esperar uma conjuntura que permita que sua essência de ser vampiro e sua voracidade se manifeste novamente<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup>Grifos Nossos

<sup>50</sup> A conjuntura política atual na segunda década do século XXI é um rico exemplo dessa afirmação.

## 2.3 A repressão e sua legitimação jurídica

A repressão política imposta no Brasil no período militar se apresentou em um processo jurídico contraditório. Por um lado, o compromisso internacional assumido pelo país em preservar os direitos humanos em seu território. Por outro lado, a negação prática desses mesmos princípios. No ano de 1948, o Brasil assinou a Declaração Universal de Direitos Humanos merecendo destaque o seguinte enunciado: “[...] os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades [...]. Com referência ao art. XIX, a questão dos direitos humanos é assim entendida: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”<sup>51</sup>.

Em âmbito nacional, a Lei 4898 de 1965 regula a questão do abuso de autoridade.

Art. 3º. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- a) à liberdade de locomoção;
- b) à inviolabilidade do domicílio;
- c) ao sigilo da correspondência;

---

<sup>51</sup> Disponível em: [http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=12888](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12888). Acesso em: 24 fev. 2018.

- d) à liberdade de consciência e de crença;
- e) ao livre exercício do culto religioso;
- f) à liberdade de associação;
- g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;
- h) ao direito de reunião;
- i) à incolumidade física do indivíduo;
- j) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional. (Incluído pela Lei n. 6.657, de 05/06/79)

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;
- c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;
- e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;
- f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor;

g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;

h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal;

i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade.

Art. 5º Considera-se autoridade, para os efeitos desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração<sup>52</sup>.

Os artigos de Lei apresentados exemplificam a dimensão contraditória governamental quanto ao próprio cumprimento da Constituição Brasileira. Ao mesmo tempo em que se entendia como fiel condutor das Leis Nacionais, por outro lado agia no intuito do seu próprio descumprimento. Objetivava isso sim legalizar o processo repressivo, merecendo destaque a instauração gradativa dos Atos Institucionais.

## 2.4 Os Atos Institucionais

A utilização de Atos Institucionais fundamentou “legalmente” o uso da repressão e da censura no Brasil, demonstrando que as Leis não são neutras, mas expressões

---

<sup>52</sup> Disponível em: [http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=12888](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12888). Acesso em: 20 fev. 2018.

políticas da luta de classes do seu tempo. Como bem afirma Marx, a “[...] Lei não está desvinculada do dever geral de dizer a verdade, a natureza jurídica das coisas não pode comportar-se segunda a Lei, mas sim é a Lei que deve comportar-se segunda a natureza jurídica das coisas<sup>53</sup>.” Para Marx, a neutralidade é inaplicável nas Leis. A constituição jurídica e as instituições por ela legitimadas existem na superestrutura da sociedade justificadas pelas relações econômicas presentes na estrutura dessa mesma sociedade. As condições de existência da humanidade é que manifestam a constituição do Direito e das Leis Jurídicas, uma expressão das relações econômicas e sociais existentes. O advento da propriedade privada potencializa a atuação do Estado e a edição de Leis para legitimar os interesses de classe a ela vinculados.

Marx nega a existência de qualquer verdade absoluta. Em “A ideologia alemã” demonstra que as ideias dominantes do seu tempo são a expressão e visões de mundo das classes dominantes desse mesmo tempo. Para Marx “não existe nenhuma verdade em alguma lei; nenhuma lei tem qualquer relacionamento com qualquer certo ou errado absoluto, pois nenhum certo ou errado absoluto existe.” (Rushdoony, S/D)<sup>54</sup>

[...] a lei é simplesmente a vontade do Estado. Ela não tem nenhuma referência a qualquer certo ou errado absoluto, nem existe alguma lei superior além do Estado.

---

<sup>53</sup>Cf. Marx, Karl Heinrich. Debatten über das Holzdiebstahlgesetz. Von einen Rheinländer (Debates acerca da Lei sobre o Furto de Madeira. Por um Renano)(1º de Novembro de 1842), in : Marx und Engels Werke (Obras de Marx e Engels), Vol. 1, pp. 109 – 147. Disponível em: [http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP7Port.htm#\\_ftn1](http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP7Port.htm#_ftn1). Acesso em: 30 dez. 2011.

<sup>54</sup> Disponível em: [http://www.monergismo.com/textos/politica/a-lei-marxista\\_rushdoony.pdf](http://www.monergismo.com/textos/politica/a-lei-marxista_rushdoony.pdf). Acesso em: 24 fev. 2018.

A lei é simplesmente um sistema de regras prescritivas e obrigatórias que expressam a vontade totalitária e coercivado Estado. A partir disso, duas coisas já se tornaram aparentes. Primeiro, a lei marxista nega qualquer verdade absoluta, qualquer certo e errado final, e segundo, a lei é uma arma política para ser usada na destruição de inimigos e na reconstrução de seus subjugados. (Rushdoony, S/D)<sup>55</sup>

A crítica à ditadura civil-militar e seu aparato repressivo se sustenta na ausência de neutralidade legislativa. Sua legitimação ocorreu em ações em âmbito nacional, manifestas em Atos Institucionais que não eram neutros, mas expressão política dos interesses das frações de classes dominantes do seu tempo.

A negação da neutralidade das Leis está presente em várias passagens lamentáveis da história da humanidade. Tomando como referência massacres sociais, tais quais, os judeus e os ciganos, palestinos, a escravidão, as mortes no campo na URSS, etc., vemos que todos esses processos, apesar de sua barbaridade, foram legitimados por Leis de âmbito nacional.

A ditadura militar foi legitimada pela Justiça Federal. Suas ações ao serem acolhidas por essa mesma Justiça e, sendo elas, movidas pela “neutralidade positivista”, ganharam um tom “metafísico inquestionável”. Justiça, como tão bem denunciou Marx em Os Ensaio da Questão Judaica legitimada por um Estado de concepção sobrenatural que não passava de manifesto da ação dos homens divididos em classes sociais em

---

<sup>55</sup> Disponível em: [http://www.monergismo.com/textos/politica/a-lei-marxista\\_rushdoony.pdf](http://www.monergismo.com/textos/politica/a-lei-marxista_rushdoony.pdf). Acesso em: 24 fev. 2018.

disputa. Foi essa dimensão neutra e sobrenatural das Leis que foi utilizada pelos militares para a repressão à Greve dos Petroleiros de 1983.

O aparato “jurídico neutro” sustentou o governo militar-civil na instauração dos 17 (dezessete) Atos Institucionais desde o final da década de 1960 conforme demonstrados a seguir:

#### Atos Institucionais criados no Governo Civil-Militar

AI-1 – 9 de abril de 1964	Forneceu ao governo militar o poder de alterar a Constituição Brasileira, suspender direitos políticos por até dez anos, aposentar funcionários públicos e realizar eleições indiretas para a Presidência da República.
AI-2 – 27 de outubro de 1965	Manteve a eleição indireta para a Presidência da República, autorizou a demissão de funcionários públicos críticos ao regime e deu direitos ao governo de decretar estado de sítio por até 180 dias sem autorização do Congresso.
AI-3 – 5 de fevereiro de 1966	Editado por Castelo Branco, promoveu eleições indiretas para governador e vice-governador de estado, determinando que os prefeitos das capitais fossem indicados por esses governadores.
AI-4 – sete de dezembro de 1966	Determinou que o Congresso Nacional promulgasse a Constituição de 1967, revogando a Constituição de 1946, legitimando, com isso, via Constituição, os preceitos militares.
AI-5 – 13 de dezembro de 1968	Materializou a repressão de o governo militar-civil. Por ele, o presidente poderia fechar o congresso nacional, proibir manifestações de ordem pública, cassar mandatos parlamentares, decretar estado de sítio, instaurar o julgamento de crimes políticos por tribunais militares, entre outras ações. Foi a partir do ai-5 que o congresso nacional foi fechado.

AI-6 - 1 de fevereiro de 1969	Reduziu o número de Ministros do Supremo Tribunal Federal de 16, para 11 membros.
AI-7 - 26 de fevereiro de 1969	Suspendeu as eleições no Brasil até o mês de novembro de 1970, mantendo a lista de cassações de ministros no Brasil.
AI-8 - 24 de abril de 1969	Estabeleceu que estados, o Distrito Federal e os municípios da União, com população maior que duzentos mil habitantes, teriam o direito de realizar reformas administrativas regidas por decretos lei.
AI-9 - 25 de abril de 1969	Regeu sobre a reforma agrária, determinando ao presidente a desapropriação de terras e o valor das indenizações aos proprietários. Foram mantidas as cassações, atingindo pesquisadores e professores universitários.
AI-10 - 16 de maio de 1969	Intensificou as cassações, atingindo funcionários públicos e profissionais liberais.
AI-11 - 14 de agosto de 1969	Estabeleceu as normas para as eleições de Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, suspensas pelo AI-7.
AI-12 - 26 de agosto de 1969	Foi editado em virtude do estado doentio de Costa e Silva. Ao invés do então vice-presidente, Pedro Aleixo, assumir a presidência, determinou que uma junta de ministros militares assumisse o poder no Brasil.
AI-13 - 05 de setembro de 1969	Inspirado pelo sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, estabeleceu que pessoas consideradas nocivas ao regime militar seriam exiladas do Brasil.
AI-14 - 5 de setembro de 1969	Instaurou a pena de morte nos casos de guerra “revolucionária ou subversiva”.
AI-15 - 9 de setembro de 1969	Fixou as eleições municipais para 15 de novembro de 1970. Dentro dele foi publicado o decreto-lei n. 898, que instaurou uma nova lei de segurança nacional, através da qual o prisioneiro julgado e condenado à morte deveria ser fuzilado em no máximo trinta dias, caso não houvesse mudança da pena por parte do

	presidente da república. A lei determinou a prisão de jornalistas considerados nocivos ao regime.
AI-16 - 14 de outubro de 1969	Determinou a eleição indireta de Emílio Garrastazu Médici, com Presidente do Brasil, com mandato até quinze de março de 1977.
AI-17 - 14 de outubro de 1969	Passou para a reserva os militares que fizessem oposição dentro das Forças Armadas. Autorizou também a reabertura do Congresso Nacional.

O processo repressivo manifesto nos Atos Institucionais foi justificado pela adoção dos militares de um projeto de desenvolvimento centrado na recusa ao comunismo, na política de substituição de importações e o crescimento econômico. Essa concepção colocou o país em posição política restrita à defesa do modo de produção capitalista, mantendo alianças políticas e econômicas vinculados ao eixo estadunidense na guerra fria. E nesse sentido que se apresenta o conceito de “revolução de 1964” e não “golpe militar”.

A “revolução de 1964” foi entendida como negação à mudança de regime político no Brasil, país, até então, fundamental para manter o equilíbrio na conturbada América Latina no contexto da guerra fria. O conceito de revolução foi utilizado como condição de superação das condições de instabilidade econômica e política, reprimindo qualquer possibilidade de mudança no regime político nacional. Ela representou o fortalecimento do pensamento nacional burguês que elegeu os militares como atores do “consenso social” para manter intactos os interesses das frações de classe dominantes no país.

## 2.5 A Doutrina de Segurança Nacional – DSN.

A instauração dos Atos Institucionais se explica na concepção política dos militares manifesta na Doutrina de Segurança Nacional – DSN –. A elaboração da DSN teve início a partir das relações entre oficiais brasileiros e estadunidenses após o final da Segunda Grande Guerra Mundial. Essa relação deu subsídios para a Criação da Escola Superior de Guerra das Forças Armadas Brasileiras, cujos pressupostos seguiram a National War College estadunidense. A doutrina de Segurança Nacional foi desenvolvida no interior da Escola Superior de Guerra, virando Decreto-Lei n. 314/68, no ano de 1968 e constituindo o Serviço de Segurança Nacional. O Ato Institucional número 1 – AI-1 – foi o herdeiro desta concepção.

A DSN foi elaborada no Brasil com influência dos Estados Unidos e da França. Ela se apresentou

[...] como uma síntese total de todas as ciências humanas, capaz de oferecer um programa completo para a ação. É uma síntese política, econômica, e social e de estratégia militar. Ela cobre todas as áreas de ação, desde o desenvolvimento econômico até a educação e a religião e nelas determina os critérios fundamentais que devem ser levados em conta. (Uran, 1987, p.180)

A formação da Doutrina de Segurança Nacional se explica pelo receio da expansão do comunismo na América Latina. A Declaração de Caracas, em 1954, quando os Estados Unidos condenaram, junto à Organização dos Estados do Atlântico, a possibilidade de instauração e crescimento do comunismo no conti-

nente americano, objetivando intimidar as reforma agrária na Guatemala que afetava os interesses da empresa estadunidense United Fruit Company exemplifica esta afirmação. As mudanças na Guatemala relacionada à transformação do regime político cubano em 1959 influenciaram as ações na política externa estadunidense voltada à manutenção do equilíbrio entre os blocos econômicos e políticos presentes na Guerra Fria.

O avanço da revolução cubana acirrou as discussões sobre a segurança na América Latina entendida como intocável pelo comunismo de inspiração soviética. Ações inerentes à segurança interna dos países latino-americanos passaram a vigorar nas pastas geopolíticas de ação governamental, merecendo destaque o Brasil e o Chile. Para obter o apoio político de setores conservadores da sociedade e, tomando como referência a predominância religiosa manifesta em todo o continente pela matriz de colonização, a DSN produziu afirmativas voltadas à defesa do cristianismo e a negação do comunismo. Foram construídas ideologias críticas ao comunismo, atribuindo-o como propagador do ateísmo e negação da família.

A DSN foi fundada como uma forma específica de superar os adversários políticos internos. Na prática, sua utilização foi justificada pela existência de um “inimigo invisível” agindo em lugares não convencionais voltados à “desintegração nacional”.

Partindo da premissa de que o comunismo não seria estimulado via uma agressão externa, mas, sim, insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país, esse conceito é fundamental para explicar e legitimar as medidas tomadas pelos governos ditatoriais. [...] O

inimigo passa a ser visto como sinônimo desde grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime; ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar novos grupos como comunistas. Isto pode ser apreendido nas palavras do chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, Breno Borges Fortes, na X Conferência de Comandantes em Chefe de Exércitos americanos, em Caracas, no ano de 1973: ‘O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado’ (Fernandes, 2009: 838-839. Aspas do autor)

A “tipologia do inimigo invisível” permitiu aos militares demonizar seus críticos. O orgânico era constituído pelas frações de classe burguesa, setores da família e da propriedade, segmentos conservadores da classe média entre outros representados por um modelo de “super-heróis” nacionais tendo como essência as forças militares e civis. A patologia era composta pelos militantes de organizações sociais críticas ao regime. Nesse sentido, os militares não produziram nada de novo, recapitulando isso sim, passagens concretas existentes na história nacional e internacional de “justificativa divina” para o extermínio de milhares de seres humanos.

Chama-nos a atenção a discussão de Trotsky sobre a ação e pensamento militar. “A História militar pode e deve

determinar a interdependência social entre o exército e os métodos que ele utiliza. E, que faz a filosofia militar? Regra geral, estuda os métodos e os processos utilizados no decurso do período anterior, que considera verdades eternas finalmente descobertas pela humanidade e que devem conservar a sua importância por todos os tempos e por todos os povos”.

O conjunto dos “princípios militares” não forma uma ciência militar, pois esta última não existe — do mesmo modo que não há uma ciência de serralharia. Há toda uma série de ciências que o comandante militar deve conhecer, para se sentir absolutamente à vontade na sua arte. Mas a ciência militar não existe, há, sim, um artesanato militar, que pode se elevar até ao nível da arte militar.

A história científica da guerra não é a ciência militar, é uma ciência moral ou uma parte da ciência social. A história científica da guerra explica porque é que, numa época determinada, com uma organização social determinada, as pessoas se batiam de determinada maneira e porque é que tais processos levaram, nessa época, à vitória, enquanto que determinados outros processos originaram a derrota. A partir da situação geral das forças de produção, a ciência histórica da guerra deve ter em conta todos os fatores secundários, inclusive os planos e os erros do comando. Mas é absolutamente evidente que a história científica da guerra está, pela sua própria essência, eixada na explicação do que muda e do porquê dessas mudanças, e não no estabelecimento de verdades eternas<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup>Leon Trotsky. Saber Militar e Marxismo. Disponível em:

A DSN não distinguiu os conflitos internos e externos ao país. Um militante político exilado poderia exercer de fora influência em seu próprio país, ou mesmo no país em que habitava. Percebe-se a criação de fronteiras ideológicas transcendendo as fronteiras geográficas de uma nação, justificando, com isso, invasões militares, pressões comerciais, difamações, etc.

O crescimento das ditaduras militares na América Latina impulsionou o Brasil a exportar a doutrina. O país buscou acordos com a Bolívia, Chile, Peru, Equador e Colômbia e, ao mesmo tempo, estimulou movimentos fronteiriços de pressão demográfica e econômica na Guiana, Venezuela e Colômbia. Esse, “[...] assemelhava-se à que os Estados Unidos desenvolveram no México na primeira metade do século XIX. Desse modo, faz-se a pressão demográfica, em seguida a econômica e por fim a político-militar [...]” (Urán, 1987, p.200)

Inserida na questão do expansionismo brasileiro, é importante destacar a “Teoria do Cerco”, desenvolvida pela ESG, vinculando geopolítica e política externa à sua elaboração e aplicação. Através de concepções estratégico-militares, a ditadura brasileira, prevendo que a médio e longo prazo regimes contrários à sua política pudessem colocar em risco a segurança nacional, concebia esta teoria de expansionismo ideológica, na qual se intentava a neutralização dos seus vizinhos. Criou-se, então, a “Teoria do Cerco”, que postulava que a subversão estava nas fronteiras brasileiras e que a América Latina seria a base logística para o avanço do comunismo no Ocidente. Para os

---

<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1922/05/08.htm>. Acesso em: 12 jun. 2012.

militares brasileiros, o país se transformaria em uma fortaleza sitiada, tornando-se o defensor da civilização democrática e cristã no subcontinente latino-americano. (Fernandes, 2009: 846–847)

A DSN se justificou pela constatação da existência de guerra total contra o comunismo denominada como generalizada, fria e revolucionária:

A guerra generalizada prevê que ela é absoluta, logo, almeja a destruição do inimigo por uma questão de sobrevivência; a guerra atômica é sua última consequência. A guerra fria é uma nova forma de embate, que é travada em todos os campos, político, econômico, social, cultural, militar, ideológico, psicológico, mas evita o confronto armado direto. É a que estabeleceu a bipolaridade entre a potência capitalista, os Estados Unidos, e a potência socialista, a União Soviética. Já a guerra contra-revolucionária, ou contra-insurgente, foi a noção escolhida a fim de ser utilizada para a contenção no Terceiro Mundo, inclusive pelos militares latino-americanos [...] Na lógica da DSN, qualquer movimento, fossem guerras de libertação nacional ou de caráter reformista, era percebido como guerra revolucionária. Dentro dessa perspectiva, todas as lutas e formas de contestação eram percebidas como movidas pelo comunismo. Através da guerra revolucionária, a União Soviética estenderia seus domínios sobre o Terceiro Mundo. Segundo a Escola Superior de Guerra de Paris, a guerra revolucionária é: Doutrina de guerra, elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e praticada por movimentos revolucionários diversos que visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com a ajuda de técnicas particulares, apoiados numa mística e se-

guindo um processo determinado. Tal doutrina pode acomodar-se a todas as formas de guerra (Martins Filho, 2003: 110-111). (Fernandes, 2009: 840)

O entendimento de todas as guerras como revolucionárias fundamentou a concepção militar de que o comunismo poderia se estender a todos os lugares, transformando qualquer ser humano em inimigo interno potencial. Na prática, a sociedade era alvo de constante suspeita. O princípio positivista de interpretação da sociedade se apresentou veementemente: a doença social é globalizada, devendo os comprometidos com o bem comum estarem prontos a combatê-la.

Para garantir a segurança interna, abrangem-se as seguintes medidas: Diante do processo subversivo, compreende-se a importância de que a ação-resposta, de responsabilidade do Estado, se escude num quadro de defesa global visando a evitar, impedir e eliminar as ações subversivas, com vistas a garantir a Segurança Interna:

- O evitar significa uma ação para que não se crie e amplie no País o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo.
- O impedir significa uma ação para que não se forme ou atue no País o grupo subversivo.
- O eliminar significa uma ação para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes do processo subversivo em andamento.
- O garantir, finalmente, compreende toda a sorte de medidas, visando a aumentar o grau de Segurança Interna, indispensável à preservação e consecução dos

Objetivos Nacionais (BRASIL, 1976: 433-434). (Fernandes, 2009: 850)

O Estado, em períodos de agudização dos conflitos sociais, não poderia ser administrado pelos poderes Legislativo e Judiciário, mas sim, por organismos de segurança. O Estado era como um corpo biológico que deveria estar em constante segurança, uma forma social em que não existia o indivíduo, mas apenas a nação. Aplicando a doutrina no caso da América Latina, acreditava-se que o continente estava “[...] em estado de guerra contra o comunismo mundial. Seu lugar situa-se ao lado do mundo ocidental e naturalmente deve considerar como aliado seu, os países ocidentais.” (Urán, 1987, p.162)

A DSN visou à manutenção do regime político do Brasil colocando, a esse mesmo regime, a necessidade de desenvolvimento e crescimento econômico como forma de combater as promessas do comunismo. Estava em jogo a eficiência política como forma de manter os apoios conseguidos quando do “golpe militar”.

Numa sociedade que se está modernizando, Segurança significa Desenvolvimento. Segurança não é material militar, embora esse possa ser incluído no conceito; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. Segurança é Desenvolvimento e sem Desenvolvimento não pode haver Segurança. Rapidamente a ditadura brasileira adotou o binômio segurança e desenvolvimento, conforme pode ser percebido no discurso do presidente Castelo Branco: “a inter-relação entre o desenvolvimento e a segurança faz com que, por um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento econômico e, por outro lado, o

desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança” (Figueiredo, 2009: 851)

O binômio “Segurança e Desenvolvimento” é herdeiro epistemológico do pensamento de August Comte em que a “Ordem e o Progresso” significam a harmonia existente em uma sociedade responsável pelo seu caminhar. A “ordem” é a condição de existência manifesta na estática e o “progresso”, a condição essencial para a dinâmica social. A “harmonia” ocorreria pela relação causa e efeito entre a estática e a dinâmica, condição para o avanço sem rupturas sociais.

A construção de uma classe política especializada para o governo de uma nação foi justificada por Augusto Comte a partir da falta de confiança na capacidade da população e da classe política de uma nação para a condução do Estado. Esses argumentos foram utilizados pelo governo civil-militar, entendido como um segmento de classe acima das classes com vocação e formação, cujo destino era governar o Brasil.

A harmonia, expressão da relação “Segurança e Desenvolvimento”, justificou-se pela negação do comunismo através da repressão social legitimada pela efetividade econômica. A segurança associada ao desenvolvimento econômico propunha o controle social a fim de garantir às empresas internacionais o acesso a uma força de trabalho barata e domesticada. O crescimento econômico manifesto pela expansão do mercado interno foi o instrumento para a conquista das mentes da população.

A afirmativa do Brasil de se transformar em uma grande potência continental se aproximando dos países mais desenvolvidos em termos econômicos compôs as ideologias em

torno da eficiência do regime. Golbery Couto e Silva, um dos principais articuladores da DSN, entendeu que o país estava destinado a ser uma grande potência sendo fundamental a manutenção de uma aliança permanente com os Estados Unidos.

A aliança brasileira com os Estados Unidos, país entendido por Golbery, como principal ator contra o comunismo, colocaria o Brasil como o país mais importante da América Latina. “Que posição ocupa, afinal, o Brasil nesse Ocidente que importa, antes de tudo, definir? A defesa do Ocidente” (SILVA, 1981: 219). E oferece a seguinte conceituação de Ocidente, quando o define: “o Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue e em nossos músculos, em nossos corações e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos” (SILVA, 1981: 226).

Assim, na ‘luta contra o comunismo’ era necessária a criação de uma estratégia nacional, segundo Golbery do Couto e Silva: De qualquer forma, porém, pode-se bem falar hoje, sem forçar a expressão, de uma estratégia ocidental como um todo bem definido e coerente, válida para todo o âmbito mundial e duradoura no tempo. E essa estratégia merece o nome que já se lhe deu de ‘estratégia de contenção’, por mais que tal qualificativo lhe houvesse sido mais especificamente aplicado em determinada etapa de sua lenta e penosa formulação. Com efeito, o propósito fundamental, deliberadamente assentado, é nada outro que o de conter o expansionismo comunista em suas atuais fronteiras já dilatadas, impedindo-o de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela

penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada, tanto direta quanto indireta, e prevenindo o lançamento à distância de novos rebentos que venham, numa metástase de que só o comunismo e o carcinoma descobriram o segredo maligno, a promover, aquém da cortina de ferro, novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil depois (SILVA, 1981: 240-241)

Foram essas concepções manifestas nos Atos Institucionais embasados na Doutrina de Segurança Nacional que os articuladores do regime aparelhados no Estado justificaram o intenso processo repressivo em curso no país. Os lemas Brasil. Ame-o ou deixe-o e Este é um país que vai para frente apresentavam-se como alternativa para o combate ao comunismo como singular ao nacionalismo.

Todo o processo repressivo imposto no Brasil teve como contrapartida a construção de processos econômicos voltados a garantir a reprodução do capital do empresariado e o apoio da classe média. A luta contra o comunismo implicava na construção de alternativas viáveis em uma sociedade capitalista. A elevação do consumo fundamentado no fetichismo da mercadoria funcionou como ópio àqueles que apoiavam o regime. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento tiveram essa característica. Entendidos em uma totalidade do seu tempo, a conjuntura internacional expressa nas formas mundializadas reprodutivas do capital colocaram avanços e limites econômicos ao Brasil. O apogeu e a recessão econômica se apresentaram nas décadas de 70 e 80 do século XX. É o que abordaremos na próxima parte.

# III

## Os Planos Nacionais de Desenvolvimento e a geopolítica internacional

### 3.1 O I Plano Nacional de Desenvolvimento

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND –, instaurado em 1972, expressou a relação “Segurança e Desenvolvimento” presente na Doutrina de Segurança Nacional voltada a demonstrar a efetividade do regime militar. Por um lado, a legitimidade do governo instaurado para garantir a representatividade de frações de classe burguesa favoráveis ao golpe militar de 1964. Por outro lado, o crescimento de um intenso processo repressivo aos setores sociais discordantes de suas ações. Objetivou o fortalecimento do mercado interno nacional, a manutenção da política de substituição de importações, elevação da produção nacional e investimento em projetos agrícolas, merecendo destaque o Proterra na Amazônia. Ocorreu uma centralização política de base autoritária expressa no fortalecimento de grandes empresas estatais com objetivo de reforçar o regime.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) –1972–74 estabeleceu os seguintes objetivos (Lei n.º 5727 04/11/1971)

Primeiro – colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas.

Segundo – duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (em comparação com 1969), devendo verificar-se, para isso, crescimento anual do Produto Interno Bruto equivalente ao dos últimos três anos.

Terceiro – elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10% mediante: 1) aumento da taxa de expansão do emprego até 3,2%, em 1974, com uma taxa média de 3,1%, no período 1970/1974; 2) redução da taxa de inflação, permitindo alcançar-se relativa estabilidade de preços, ou seja, taxa de inflação da ordem de 10% ao ano, até o final do mandato do atual Governo; 3) política econômica internacional que acelere o desenvolvimento do País, sem prejuízo do controle progressivo da inflação. (Dias, 2007: s/p)

O Brasil viveu o “Milagre Econômico” entre os anos de 1968 a 1973. Ocorreu um amplo processo de modernização econômica no país proposto por programas a serem desenvolvidos em fases subsequentes. O que se observa foi que o I PND possuiu antecedentes históricos que traduziram uma ação elaborada do governo civil-militar em se consolidar no poder. Esses antecedentes foram compostos a partir de duas fases preliminares tal qual elucida Bitencourt (2009). A primeira fase – 1964 a 1966 – apostando na modernização nacional. A segunda fase – 1967 a 1971 – voltada à retomada do crescimento econômico do país. E por último, a terceira fase – 1972 a 1974 – no governo Médice, quando foi instaurado o próprio I PND.

As ações presentes no I PND reproduziram os objetivos criados no ano de 1967 em que Delfin Netto, como alto mandatário civil da política econômica nacional, adotou ações econômicas voltadas ao fortalecimento do Estado brasileiro. Entre elas, elevou o investimento na política agrícola e mudou a política cambial por meio de minidesvalorizações da moeda nacional para elevar a competitividade das empresas nacionais no capitalismo mundializado. A materialização da elevação dos processos acumulativos do capital fomentou o apoio do empresariado rural e urbano.

A elevação dos ganhos empresariais possibilitou a construção de um acordo tácito expresso entre as diferentes frações de classe que apoiavam o governo civil-militar. Ao mesmo tempo, o fomento às multinacionais e aos Bancos comerciais por meio da facilitação da captação de recursos a juros reduzidos possibilitou também o apoio dos segmentos empresariais internacionais. Ocorreu crescimento do volume de produção da indústria de transformação no período entre 1968 a 1973 com um crescimento na taxa média “[...] de 13,3%, com pico de 16,6% em 1973” (Koureiche, 2009, s/p).

A conjuntura econômica e política internacional favoreceu esse processo. A crise estadunidense em curso no final dos anos 60 e início dos 70 do século XX determinou mudanças em sua política bancária. Considerando as formas reprodutivas do capital em âmbito internacional, a política de crédito acompanhada pela elevação dos custos dos empréstimos pelos bancos nos Estados Unidos determinaram ações que redefiniram o valor dos títulos fora do país, condição essencial para a criação do Euromercado, um dos mercados de moedas mais importantes do capitalismo.

A grande versatilidade desse mercado e sua posição geográfica estratégica (permitia ao operador conversar com Tóquio pela manhã, com Nova York à tarde e com a Califórnia à noite) transformou a atividade bancária e abriu aos bancos a possibilidade de operar em escala mundial, com mais rentabilidade e quase nenhuma restrição. (Costa, s/d, 13)

A crise crescente internacional impactou em um amplo processo recessivo reduzindo a produção das empresas. Isso possibilitou o crescimento da disponibilidade do capital em sua forma financeira, elevando a oferta de crédito internacional. Os investimentos realizados pelos militares se explicam pelo acesso irrestrito a essas formas de crédito. A financeirização do capital sustentou ditaduras, sendo o próprio capital transformado em mercadoria<sup>57</sup>.

O acirramento da crise do petróleo no Oriente Médio mudou a ação bancária transnacional unindo os mercados financeiros internacionais que acabaram por agir gradativamente de forma independente das ações nacionais dos governos. Na prática, ocorreu uma reciclagem dos petrodólares, cuja abundância permitiu a elevação do volume

<sup>57</sup> [...] em 1964 existiam 11 bancos com agências no exterior operando em 181 cidades. Em 1974 esse número cresceu para 125 bancos, com um total de 732 agências; em 1979, 139 bancos estavam estabelecidos no exterior, com um total de 779 agências. O volume dos negócios também aumentou extraordinariamente: Em 1965, os bancos americanos tinham em torno de US\$ 377 bilhões em empréstimos registrados nos livros de suas agências domésticas e menos de US\$ 9 bilhões nas estrangeiras. Por volta de 1976, os ativos registrados nos livros das agências no exterior haviam crescido mais de 20 vezes, alcançando US\$ 219 bilhões, enquanto os empréstimos domésticos apenas triplicaram (20). Em outras palavras, os bancos passaram a apresentar, em termos de lucro, um desempenho cada vez maior no exterior. (Costa, s/d, 14)

de empréstimos disponíveis no mercado internacional<sup>58</sup>. A abundância de dólares no mercado internacional elevou o volume de relações financeiras entre os bancos e os países periféricos. Por um lado, sustentou temporariamente a elevação dos investimentos internos, como o I PND no Brasil. Por outro, propiciou o crescimento contínuo da dívida externa na periferia do capitalismo, algo que tomou contornos insustentáveis no início da década de 1980, período em que ocorreu a greve dos petroleiros de 1983<sup>59</sup>.

O acesso ao crédito irrestrito em âmbito internacional possibilitou ao governo civil-militar incrementar a economia brasileira. A “Petrobrás” e a Companhia “Vale do Rio Doce” cresceram em investimentos, criando várias empresas subsidiárias. De acordo com Koureiche (2009) no “milagre econômico”, foram criadas 231 empresas estatais. Ocorreu a elevação do crédito para pessoas físicas e jurídicas, bem como o incremento do Sistema Financeiro de Habitação voltado ao fomento do mercado imobiliário e a construção civil. O

---

<sup>58</sup> No princípio, os bancos emprestavam quase que exclusivamente aos países industrializados, mas em fins da década de 60 começaram a se interessar mais pelos países em desenvolvimento, que buscavam empréstimos para financiar suas economias em rápida expansão'. Foi o caso do Brasil e do México, além de outros países. Realmente, criou-se uma situação favorável para os empréstimos aos países do Terceiro Mundo. Havia um grande excedente de dólares no mercado e, por sua vez, esses países tinham necessidade premente de créditos. Juntou-se assim o útil ao agradável. Os banqueiros chegavam a argumentar que as transações entre um banco e uma nação eram mais seguras que os negócios com empresas, posto que um país não vai à falência, enquanto uma empresa[...] (Costa, s/d, 15. Aspas do autor)

<sup>59</sup> “[...] os débitos dos países do Terceiro Mundo eram de US\$179 bilhões em 1975. Em 1978 alcança o total de US\$ 336 milhões e em 1983 saltando para US\$ 650 bilhões.” (Costa, s/d, 15)

favorecimento dos negócios exportadores pela política cambial, o investimento no mercado interno e o incentivo aos bancos de captarem recursos no mercado externo para financiar o mercado interno caracterizaram o período em questão. Soma-se a essas afirmações a existência de um crescimento médio de 11,5% a.a. e a redução da inflação de 25% em 1968 para 16% em 1973.

As políticas expansionistas governamentais por meio do controle estatal de preços compensaram as possíveis distorções que pudessem ocorrer na economia. A elevação dos ganhos dos trabalhadores através de mudanças na política salarial atendeu principalmente as classes mais favorecidas do Brasil que haviam apoiado o golpe militar de 1964. As isenções fiscais e redução de juros atenderam as reivindicações dos segmentos empresariais do campo, mantendo intacta a aliança de frações de classe burguesas que apoiavam o golpe. Destacamos que a efetividade do regime se sustentava na manutenção da aliança de classes como forma de conter os conflitos sociais.

O intervalo entre os anos de 1968 a 1969 foi marcado pelo crescimento do volume de transações na maior parte das empresas de diferentes setores econômicos no Brasil tal qual demonstram os quadros a seguir.

Volume de transações na bolsa de valores de SP e RJ em dólares-  
1968 - 1969

<b>Empresa</b>	<b>1968</b>	<b>1969</b>
Metalurgia Aços Villares	1,6 milhão	2,2 milhões
White Martins	7,7 milhões	34,7 milhões
Brahma	27 milhões	131 milhões
Kibon	4,6 milhões	11,3 milhões

Souza Cruz	15 milhões	78 milhões
Brás. Petr. Ipiranga	2,1 milhões	14,4 milhões
Petrobrás	27 milhões	175 milhões
Petróleo União	606 mil	10 milhões
Supergasbrás	93 mil	1,3 milhão
Belgo-Mineira	14,5 milhões	65,2 milhões
Ferro Brasileiro	3,2 milhões	18,7 milhões
Siderúrgica Manesmann	768 mil	9,6 milhões
Siderúrgica Nacional	3,8 milhões	9,5 milhões
Vale do Rio Doce	13 milhões	89 milhões
Fábrica de Tecidos D. Isabel	1,7 milhão	15,7 milhões
Nacional Tecidos Nova América	2,3 milhões	21 milhões
São Paulo Alpargatas	4,2 milhões	14,6 milhões

Fonte: Carvalho, 2006, 46-47

Com referência aos anos de 1964 e 1967, o Banco do Brasil foi aquele que realizou o maior número de transações bancárias.

Volume de transações bancárias no mercado de capitais no Brasil em dólares - 1964 - 1967

<b>Banco</b>	<b>1964</b>	<b>1965</b>	<b>1966</b>	<b>1967</b>
Boa Vista	33 mil	41 mil	597 mil	557 mil
Banco do Brasil	349 mil	1,6 milhão	3,4 milhões	12,7 milhões
Crédito Real Minas	20 mil	13 mil	11 mil	9 mil
Banco Moreira Salles	21 mil	32 mil	85 mil	124 mil
Banco Português do Brasil	50 mil	7 mil	34 mil	79 mil

Fonte: Carvalho, 2006: 45

A mesma tendência ocorreu nos setores petroquímico, siderúrgico, mineração e energético no Brasil. O que se observa é que as empresas estatais foram as que realizaram o maior volume de transações, tal qual demonstra o quadro a seguir.

Volume de transações nos setores petroquímico, siderúrgico, mineração e energético no Brasil em dólares 1964 – 1967 em dólares

<b>Empresa</b>	<b>1964</b>	<b>1965</b>	<b>1966</b>	<b>1967</b>
Ipiranga	29 mil	103 mil	56 mil	306 mil
Petrobrás	137 mil	1,7 milhão	1,8 milhão	14 milhões
Ferro Brasileiro	1,6 milhão	2,8 milhões	1,1 milhão	1,4 milhão
Belgo-Mineira	13 milhões	12 milhões	6 milhões	11 milhões
CSN	459 mil	1,6 milhão	1,6 milhão	4,7 milhões
Vale do Rio Doce	823 mil	1,7 milhão	5,7 milhões	7,6 milhões
Brasileira Energia Elétrica	197,9 mil	1 milhão	717 mil	3,1 milhões
Força e Luz Minas	247 mil	350 mil	311 mil	2 milhões
Paulista Força e Luz	96 mil	1,5 milhão	1,7 milhão	6,2 milhões

Fonte: Carvalho, 2006: 45-46

A segunda fase do I PND foi marcada pelo crescimento generalizado em todos os segmentos econômicos conforme demonstra o quadro a seguir.

Volume de transações na bolsa de valores de SP e RJ em dólares –  
1970 – 1971

<b>Empresa</b>	<b>1970</b>	<b>1971</b>
Eberle	10 milhões	124 milhões
Acesita	66 milhões o/p e 66 milhões	588 milhões o/p e 588 milhões p/p em 1971.
Banco do Brasil	529 milhões	1,3 bilhão
Banco do Nordeste	52 milhões	184 milhões
Belgo Mineira	187 milhões	1,6 bilhão
C. Brás. de Roupas	39 milhões	107 milhões
Brahma	94 milhões	139 milhões
CBUM	436 mil	72 milhões
C. Paraíso	319 mil	59 milhões
CTB	1 milhão	26 milhões
C. Brasília	4,2 milhões	28 milhões
Docas Santos	55 milhões	331 milhões
Estrela	4,2 milhões	38,9 milhões
Hine	3,3 milhões	92 milhões
J. Olympio	3,3 milhões	25 milhões
Light	1 milhão	57 milhões
Lojas Americanas	49 milhões	96 milhões
LTB	21,3 milhões	100 milhões
Siderúrgica Manesmann	17 milhões o/p, e 3 milhões p/p	125 milhões o/p e 29 milhões p/p em 1971
Mesbla	9,8 milhões o/p, 14 milhões p/p	56 milhões o/p e 116 milhões p/p em 1971
Petrobrás	81 milhões o/n, 15 milhões p/p	640 milhões o/n e 715 milhões p/p
Postos Ipiranga	24 milhões	61 milhões
R. União	1,3 milhão	79 milhões

Fonte: Carvalho, 2006, 46-47

Os quadros anteriores elucidam as bases econômicas às quais se constituiu a aliança do governo civil-militar com setores civis brasileiros. Por um lado, o incentivo ao crescimento econômico interno garantiu o apoio político das frações de classe burguesas e de setores da classe média que foram alçadas à condição de consumo. Por outro lado, legitimou a repressão à organização e luta dos setores críticos ao regime, fortalecendo em virtude dos resultados econômicos a ideologia do ame-o ou deixe-o e a satanização do comunismo.

A ideologia de o Brasil ser um país aonde todos iriam para frente foi desmentida pela condição social e de vida dos pobres no Brasil. Contraditoriamente ao crescimento do acúmulo de capital e volume de transações empresariais demonstradas, a redução da pobreza foi tímida no Brasil e demais países latino-americanos, independente de serem ou não governados por ditaduras militares, tal qual demonstra o gráfico a seguir.

De acordo com dados da ONU – Cepal de 1985, a redução percentual de 6% no índice de pobreza é questionada quando relacionada ao crescimento populacional no Brasil. Na prática, o número total absoluto de pobres cresceu de 46,7 milhões por ocasião do milagre econômico, para 52,6 milhões nos anos de crise manifestos no início da década de 1980.

No Brasil foram 6,1 milhões de pessoas nessa condição econômica e social. Em 1970 existiam na América Latina 83,2 milhões de pobres crescendo para 103,8 milhões em 1980, uma elevação na ordem de 20,6 milhões.

Tomando como referência a população economicamente ativa e a distribuição de renda no Brasil, vemos que 50% dos segmentos populacionais mais pobres do Brasil detinham 14,9% da renda nacional em 1970, caindo para 13,5% em 1976 com nova redução para 12,6% em 1980. Por sua vez, os índices das camadas mais ricas do país apresentam dados superiores<sup>60</sup>.

O número de analfabetos na faixa acima de 15 anos saltou de 18.100 milhões em 1970 para 19.356 milhões em 1980. Tomando como referência a variação entre o número populacional e de analfabetos vemos que no intervalo entre 1950 e 1960 ocorreu uma redução na ordem de 10,71%, enquanto entre os anos de 1970 e 1980 foi de 7,8%<sup>61</sup>.

Chamam-nos a atenção os dados relativos ao segundo período inerente aos anos da ditadura civil-militar no Brasil. As propostas manifestas no I e II PND<sup>62</sup> sustentadas no crescimento da economia nacional não foram acompanhadas pela redução do analfabetismo. Enquanto os lucros e volume de negócios do empresariado tiveram elevação radical, a redução da pobreza e do analfabetismo sofreu caminho inverso.

### 3.1.1 O I PND e a crise internacional

O desenrolar do I PND foi acompanhado pelo crescimento de uma crise econômica internacional. O

---

<sup>60</sup> TEIXEIRA, Francisco M. P. & TOTINI, Maira Elizabeth História econômica e administrativa do Brasil. São Paulo, Atica, 1989.

<sup>61</sup>Fonte: IBGE.

<sup>62</sup> O qual abordaremos um pouco mais a frente.

financiamento obtido pela ditadura civil-militar manifestava incertezas quanto aos seus desdobramentos no futuro. A situação econômica interna dos Estados Unidos se deteriorou no final da década de 1960. O país foi fundamental na construção do equilíbrio econômico após o final da Segunda Grande Guerra Mundial através da construção e gerência do Sistema de Bretton Woods e a conseqüente criação do Fundo Monetário Internacional – FMI – e o Banco Mundial.

O que se verificou foi a construção de um sistema monetário internacional, supervisionado pelo FMI, baseado na paridade entre as “moedas nacionais, o dólar e o ouro” visando o equilíbrio das balanças de pagamentos e a estabilidade do câmbio. O uso do dólar como moeda internacional consolidou os Estados Unidos como gestor da economia capitalista mundial, impondo regras e projetos aos países a ele subordinados. Essa condição, por um lado, proporcionou a melhoria das condições de vida de parcela da população dos Estados Unidos e, por outro lado, não atingiu a todas as frações de classe do país. A sociedade estadunidense se hierarquizou entre consumidores e não consumidores. O Welfare State propiciou a consolidação de uma sociedade discriminatória quanto ao caráter étnico da população. A modernização:

[...] prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática, promovia a destruição das culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo, no campo da saúde), a não ser para uma elite nacional muito afluyente que decidiria colaborar

ativamente com o capital internacional (Harvey, 1996: p. 133).

Os sindicatos, um dos alicerces do compromisso social estadunidense, não conseguiram representar o coletivo da sociedade sob a ótica do trabalho uma vez os trabalhadores estavam confinados a segmentos da economia. A crítica dos movimentos sociais e culturais à situação econômica e política no país foi implacável. Os movimentos negro, feminista, estudantil, sem teto, entre outros, protestaram pelos limites de sua inclusão social. A política internacional foi contestada por movimentos de cunho cultural e político, merecendo destaque os Híppies em crítica à guerra do Vietnã.

As manifestações populares enfraqueceram a popularidade do governo estadunidense. O crescimento dos protestos e greves colocou em cheque o pacto social entre governo, trabalhadores e empresários em torno da estabilidade do sistema. Em resposta ao cenário recessivo e dificuldades eleitorais para derrotar o então candidato à presidência do Partido Republicano, Richard Nixon, o governo Lyndon Johnson elevou o desembolso de recursos públicos para o financiamento interno visando o aumento da popularidade governamental e superação da crise interna.

As eleições no final da década de 1960 ocorreram em uma situação econômica interna deteriorada. A elevação dos gastos somada ao elevado custo da guerra contra o Vietnã impulsionaram os Estados Unidos a um processo recessivo generalizado. Os Estados Unidos foram governados nessa década até então por candidatos do Partido Democrata – John F. Kennedy (1961–1963) e Lyndon B. Johnson (1963–1969). A

vitória eleitoral de George McGovern manteria o predomínio do Partido Democrata no início da nova década.

A redução acentuada dos índices de conta-corrente nos Estados Unidos entre os anos de 1968 e 1972 não surtiu o efeito esperado pelo Governo Johnson e elevou o processo recessivo. A transição entre os governos Johnson e Nixon – 1969 – 1974 – foi marcada pela elevação dos índices de conta-corrente de 1 bilhão de dólares de saldo positivo em 1968 para 5 bilhões de dólares de saldo negativo em 1972. O que se percebe foi que os índices econômicos estadunidenses – conta-corrente, inflação, deficit orçamental, juros domésticos e taxas de desemprego – apresentaram dados negativos<sup>63</sup>.

A elevação da taxa de juros domésticos restringiu o consumo interno. Os índices de desemprego subiram de 3,5% em 1970 para 6% em 1972. A inflação na década de 1970 variou entre 5,8 e 13,8%. O deficit orçamental estava em 3% negativo em 1969 reduziu o poder de intervenção do governo em reduzir a pobreza.

Esse crescente deficit no balanço de pagamentos americanos levaram à constatação de que havia dólares demais no mundo e que seu lastro em ouro era quase uma ficção, o que levou a uma grande insegurança aos países detentores da moeda americana e, conseqüentemente, à desconfiança no sistema cujo dólar era moeda central. Muitos países começaram a contestar o privilégio da moeda americana. (Costa, s/d: 11)

Com efeito, no dia 15 de agosto de 1971, o governo Nixon divulgou que os EUA, em face à difícil situação interna,

---

<sup>63</sup>Fonte: ONU. Organização das Nações Unidas.

não mais teriam condições de arcar com o sistema monetário internacional. A crise cresceu em larga escala uma vez que as taxas de câmbio fixas foram extintas. A crise interna estadunidense levou ao fim o sistema de Bretton Woods e a estabilidade econômica internacional se agravou com o desenrolar dos conflitos do petróleo no Oriente Médio acirrado pela Guerra dos Seis Dias em 1967.

Foi nesse contexto internacional que entrou em operação a Refinaria de Paulínia. Sua construção se deu em uma iniciativa de fortalecer a aliança política com setores preponderantes da região sudeste do Brasil como forma de evitar possíveis descontentamentos futuros. A instabilidade no centro do capitalismo promoveria inevitáveis impactos na periferia do capitalismo, cujos desdobramentos afetariam a hegemonia do governo civil-militar. Um amplo processo recessivo internacional se instaurou resultando em reestruturações políticas e econômicas internas e, no caso do Brasil, pondo fim ao I PND. A instauração do II PND atendeu a essas expectativas, tal qual demonstraremos na próxima parte.

### **3.2 O II Plano Nacional de Desenvolvimento**

A instauração do II Plano Nacional de Desenvolvimento no Brasil – 1975 a 1979 – ocorreu em uma conjuntura internacional expressa na queda do Sistema de Bretton Woods e a crise do petróleo no Oriente Médio.

O II PND foi elaborado como alternativa interna à crise internacional para a continuidade do crescimento econômico e controle dos conflitos sociais. Ele foi criado dentro dos

preceitos autoritários oriundos do governo Ernesto Geisel, expressos nas premissas filosóficas de Golbery do Couto e Silva, Osvald Spengler, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Da mesma forma, três Ministros merecem destaque na formulação política desse governo: Mário Henrique Simonsen, Severo Gomes e João Paulo dos Reis Velloso.

Esse plano expressou mudanças internas na política nacional como resposta à crescente oposição ao regime militar. Estavam em jogo mudanças na política econômica brasileira que em virtude da crise internacional não mais apresentava os índices referentes ao I PND. Na versão oficial, ele representou a racionalidade estatal através do ajuste macroeconômico na economia nacional acompanhado de investimentos e incentivos fiscais à produção como forma de manter o crescimento interno e a política de substituição de importações.

De acordo com Cavarzan (2008) o II PNB tinha entre os seus objetivos o crescimento do produto interno bruto nacional, do produto industrial, da agricultura e das exportações. Soma-se a isso o fortalecimento da política de substituição de importações, crescimento da produção nacional de petróleo, ampliação do setor energético, transporte ferroviário e telecomunicações. Suas principais ações voltaram-se à busca de investimentos no exterior, o incentivo à entrada do capital internacional, a transferência de poupança privada para os projetos interligados ao Plano e a utilização de parcela maior dos lucros das empresas estatais como instrumento nacional para o financiamento interno<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> “A viabilidade política e econômica do plano baseava-se em três princípios: 1) na visão da economia e sociedade como sistemas controláveis; 2) o autoritarismo que se justificava pelo desempenho anterior; e 3) o posiciona-

Investimentos do Brasil no exterior – 1973 – 1980 – US\$

<b>Ano</b>	<b>Valores</b>
1973	40
1975	125
1977	125
1979	200
1980	360

Fonte: Banco Central do Brasil

O aumento dos investimentos governamentais ocorreu por meio de formas de financiamento interno superiores à capacidade fiscal de arrecadação. Na prática, essa ação manifestou sério desequilíbrio nas contas internas brasileiras. A elevação dos juros devidos e a redução dos prazos de pagamento fragilizaram a economia nacional colocando em cheque o Milagre Econômico. O II PND foi responsável pelo crescimento do endividamento estatal, elevando, com isso, a dívida externa brasileira.

Soma-se a isso a variação que ocorreu na relação entre o PIB e os índices inflacionários. Ao mesmo tempo em que o PIB decresceu de 14% em 1973 para 6,5% em 1979 a inflação disparou estando na casa de 20% em 1973 e 80% em 1979.

---

mento da crise como uma conjuntura favorável à construção da nação potência. [...] Quanto ao setor de energia e transporte, prevaleceu uma enorme ambiguidade entre as ações voltadas ao objetivo de longo prazo e aquelas direcionadas à operação corrente da economia: se, por um lado, a crise do petróleo colocava como necessidade imperativa a superação da dependência externa, por outro lado, a mesma crise não foi capaz de engendrar medidas de contenção do consumo e de conservação energéticas. (Bijos, 2010: 86)

### Variação da taxa de inflação e PIB no Brasil – %

<b>Ano</b>	<b>Taxa de inflação</b>	<b>Crescimento do PIB</b>
1973	3	80
1975	5	32
1977	7	45
1979	14	40

Fonte: IGD – Ministério do Planejamento

[...] o governo subestimou a gravidade da crise que se transformaria em uma recessão mundial. Os resultados da análise quantitativa indicam que os choques externos tiveram influência modesta nas oscilações das despesas governamentais. Deve-se ressaltar, contudo, que os choques externos exerceram uma maior influência nas flutuações observadas na substituição de importações e na promoção das exportações. Ainda assim, mesmo essas duas variáveis foram mais influenciadas por choques internos do que externos. Além do mais, o baixo peso relativo de ambas variáveis na determinação da despesa governamental parece constituir uma evidência adicional de que o governo Geisel subestimou a profundidade e duração da crise internacional iniciada em 1973. (Santos; Colistete, 2010)

Para Lessa (1998) a crise econômica internacional afetou os objetivos do programa. A dificuldade de manutenção do apoio político nacional e a preferência de investimento em insumos básicos e bens de capital e não em bens de consumo duráveis criou sérios problemas políticos no Brasil. A estatização da dívida externa do Brasil comprometeu a capacidade de financiamento das empresas estatais brasileiras.

Os dados apresentados pelo Banco Central quanto a variação de empréstimos concedidos pelo Brasil demonstram que enquanto em 1973 os valores foram de 80 milhões de dólares, em 1980, salta para 1 bilhão e 700 milhões de dólares, ultrapassando o índice de 2000%.

#### Empréstimos concedidos pelo Brasil – US\$ milhões

<b>Ano</b>	<b>Valores</b>
1973	80
1978	400
1980	1700

Fonte: Banco Central do Brasil

A redução dos preços públicos praticados no mercado interno para conter a inflação impulsionou as empresas estatais a buscarem financiamentos junto a grupos financeiros no exterior, merecendo destaque a Petrobrás. Com isso, a dívida externa total brasileira saltou de 50 bilhões de US\$ em 1971 para 180 bilhões de US\$ em 1979 e 220 bilhões em 1983, tal qual demonstra o quadro a seguir.

#### Variação da dívida externa total brasileira 1971 – 1983 – Bilhões US\$

<b>Ano</b>	<b>Valores</b>
1971	50
1975	100
1979	180
1983	220

Fonte: Banco Central do Brasil

“A participação do setor público na dívida externa passa de 50% em 1974 para 69% em 1980.” (Cavarsan, 2008: s/p). Soma-se a isso duas ações adotadas pelo Banco Central do Brasil. A primeira delas faz referência à crescente tomada de empréstimos do BC junto aos bancos transnacionais e, a segunda, a utilização constante de depósitos em dólar como forma de controlar o câmbio atendendo aos interesses do setor privado.

### 3.2.1 O II PND e a crise internacional

As estratégias governamentais do II PND se explicam em um acirrado contexto de crise política e econômica internacional. A segunda metade do século XX foi marcada pela intensificação da mundialização do capital em sua forma financeira. Um conjunto de fatores oriundos dos anos 60 e 70 do século XX foram fundamentais para a intensificação do processo em questão. As contradições inerentes à própria lógica reprodutiva implicaram na construção de sucessivas crises cíclicas que afetaram o planeta, acirrando os conflitos e lutas de classes. A elaboração humana das crises cíclicas econômicas implicou na ação de frações de classe burguesas para a acumulação do capital independente dos custos sociais para esse fim. Em outras palavras, a salvação do seu "império financeiro" alicerçou-se na elevação da pobreza e supressão de frações de classe burguesas nos países periféricos. "Não esperemos do lobo nada além do que a própria essência de ser lobo."

A dependência da produção capitalista do petróleo árabe acentuou as disputas em torno da questão energética. O Oriente Médio estava em processo de intensa agitação política manifesta na gradativa negação aos interesses internacionais estadunidenses e a expansão do Islamismo.

Essas transformações em curso na região tiveram como pressuposto a negação do Estado de Israel, entendido como um aliado em potencial dos Estados Unidos. Isso se explica a partir do acirramento dos conflitos do Oriente Médio que teve seu ápice em 5 de junho de 1967 quando Israel abriu uma frente de guerra contra o Egito, a Síria e a Jordânia. Essa ação implicou a conquista militar da Faixa de Gaza e a Península do Sinai até então pertencentes ao Egito e a Cisjordânia e Jerusalém Oriental vinculados à Jordânia. Somam-se a esses territórios palestinos as Colinas de Golan pertencentes à Síria. Esse conflito denominado como Guerra dos Seis Dias foi encerrado a partir de um cessar-fogo comandado pela Organização das Nações Unidas. “Na sequência do ataque israelita, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou por unanimidade, em 22 de Novembro de 1967, a Resolução 242, utilizando, de entre 5 versões, o texto redigido pelo embaixador britânico Lord Caradon.” A resolução se baseou em 4 pontos principais.

1) Afirma que o cumprimento dos princípios da Carta exige o estabelecimento de uma paz justa e duradoura no Médio Oriente que deverá incluir a aplicação dos seguintes princípios:

(i) Retirada das forças armadas de Israel dos territórios ocupados no recente conflito;

(ii) Fim de todas as reivindicações ou situações de beligerância e respeito e reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de todos os Estados da região e do seu direito a viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas e livres de ameaças ou actos de força;

2) Afirma ainda a necessidade:

(a) Da garantia da liberdade de navegação nas águas internacionais da região;

(b) Da obtenção de uma solução justa para o problema dos refugiados;

(c) Da garantia da inviolabilidade territorial e da independência política de todos os Estados da região, através de medidas que incluam o estabelecimento de zonas desmilitarizadas;

3) Solicita ao Secretário-Geral a designação de um Representante Especial que siga para o Médio Oriente a fim de estabelecer e manter contactos com os Estados interessados com vista a promover o acordo e a ajudar nos esforços para obter uma solução pacífica e aceite conforme as disposições e princípios desta resolução:

4) Solicita ao Secretário-Geral que informe o Conselho de Segurança, tão breve quanto possível, sobre os progressos dos esforços do Representante Especial<sup>65</sup>.

O cessar-fogo não colocou fim aos conflitos no Oriente Médio. Seus termos não foram cumpridos a contento pelo Estado de Israel. A não devolução dos territórios palestinos invadidos no curto período da guerra fomentou a adoção de

<sup>65</sup>Fonte disponível em: <http://www.mppm-palestina.org/index.php/ocupacao-israelita/90-a-guerra-dos-seis-dias>. Acesso em: 14 out. 2016.

um conjunto de represálias pelos países árabes na década de 70 do século XX. Ocorreu no Sudão a reunião denominada como “Três não”: “não” negociar, “não” aceitar a paz e “não” ao Estado de Israel. Criou o princípio da guerra permanente contra o Estado Judeu cujo principal objetivo foi: os Estados que perderam territórios na guerra dos Seis Dias deveriam reconquistá-las a qualquer custo pela guerra.

Um conjunto de ações acompanhou a reunião dos países árabes ocorrida no Sudão. A estatização da maior parte das empresas petrolíferas líbias relacionadas à pressão dos demais países vinculados à OPEP levou à elevação do preço do barril de petróleo. Essa ação, além de objetivos econômicos, teve uma forte conotação política voltada ao enfrentamento do Estado de Israel. Em outras palavras, os países árabes, reconhecendo a aliança política entre Israel e os Estados Unidos, utilizaram a dependência industrial energética estadunidense como arma para desestabilizar esta relação. O preço do barril de petróleo saltou de U\$\$ 2,48 dólares no início da década de 1970 para U\$\$ 35,69 no final da mesma década.

Variação do preço do barril de petróleo 1972 – 1983

<b>Ano</b>	<b>Preço do barril de petróleo</b>
1972	2,48
1973	3,29
1974	11,58
1978	13,60
1979	30,06
1980	35,69
1981	34,28

1982	31,76
1983	28,77

Fonte: OPEP

O crescimento dos conflitos levou à radicalização dos países do Oriente Médio manifesto pela posição iraquiana de estatizar todas as empresas petrolíferas estadunidenses existentes em seu país, bem como a retirada de todo dinheiro árabe existente nos bancos estadunidenses, estratégia esta que afetaria sobremaneira a cotação do dólar.

Essa ação se explica no entendimento marxiano da composição do capital bancário e seus impactos sociais. Marx, em o livro III de “O capital”, demonstrou que o dinheiro existente nos Bancos Centrais Nacionais é composto em parte pelo dinheiro estatal e, em outra parte, pelo depósito de dinheiro dos bancos privados. Essa composição mista do capital bancário estatal traz implicações ao sistema financeiro, uma vez que a crise do sistema privado afeta o sistema estatal e vice-versa, pois ambos são relacionados. As formas de composição do capital bancário expressas na organicidade entre o estatal e o privado fundamenta as relações econômicas e políticas entre os bancos demonstrando que a dificuldade de um segmento pode levar ao colapso de outro segmento bancário.

Marx afirma que parte do capital bancário é, pois, investida nesses assim chamados papéis portadores de juros. Ela mesma constitui parte do capital de reserva que não funciona no negócio bancário real. A parte mais importante consiste em letras de câmbio, isto é, promessas de pagamento de capitalistas industriais ou comerciantes,

[...] Para o prestamista de dinheiro, essas letras de câmbio são papéis portadores de juros: ao comprá-las, ele deduz o juro pelo tempo que falta até o vencimento. Isso é o que se chama descontar. Depende, pois, da taxa de juros em cada momento a grandeza da dedução da soma que a letra de câmbio representa. (Marx, 1988: 6)

A outra parte do capital bancário é formada pela reserva em ouro ou mesmo dinheiro. Essa é a condição do banco para garantir a disponibilidade dos depósitos aos depositantes. O capital bancário está sempre em flutuação, uma vez que quando são retirados depósitos por alguns, por outros, nova quantia é depositada.

Os fundos de reserva dos bancos, em países de produção capitalista desenvolvida, expressam sempre, em média, a grandeza do dinheiro existente como tesouro, e parte desse tesouro consiste, por sua vez, em papéis, meros direitos sobre ouro, mas que não constituem valores em si. A maior parte do capital bancário é, portanto, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos de dívida pública (que representam capital passado) e ações (direitos sobre rendimento futuro). Não se deve esquecer que o valor monetário do capital que esses papéis nas caixas-fortes do banqueiro representam – mesmo à medida que são direitos sobre rendimentos seguros (como no caso dos títulos da dívida pública) ou à medida que são títulos de propriedade de capital real (como no caso das ações) – é completamente fictício e que é regulado de modo a se desviar do valor do capital real que, pelo menos parcialmente, representam; ou onde representam mero direito a rendimentos e não capital, o direito ao mesmo rendimento se expressa num montante sempre variável

de capital monetário fictício. Além disso, esse capital fictício do banqueiro, em grande parte, não representa seu próprio capital, mas o do público, que o deposita com ele, com ou sem juros. (Marx, 1988: 7)

O entendimento da composição do capital bancário em âmbito transnacional e sua influência nas economias nacionais foi uma arma utilizada pelas lideranças vinculadas à OPEP no enfrentamento a Israel e aos Estados Unidos. Soma-se a essa questão o cenário da Guerra Fria em curso no planeta que definia alianças e disputas políticas.

As disputas em curso implicaram a construção de uma nova guerra entre Israel e o Egito, mesmo com a tentativa do último em negociar a paz em troca da devolução do deserto do Sinai. Fundamentado na superioridade bélica manifesta na “Guerra dos Seis Dias”, o Estado de Israel negou qualquer possibilidade de acordo desencadeando uma nova guerra, denominada como “guerra do Yon Kippur”. A superioridade bélica israelense acenou para a derrota do 3º Exército Egípcio apoiado pela União Soviética. Com efeito, a continuidade do conflito armado no Oriente Médio apontava para um conflito aberto entre os Estados Unidos e a União Soviética, pois ambos não pretendiam perder apoio político junto aos quais eram países aliados. Os EUA e a União Soviética se colocaram em posição direta de ataque, situação que não acontecia desde a crise dos mísseis soviéticos instalados em Cuba no ano de 1962.

A possibilidade de construção de uma guerra em larga escala acirrou a ação diplomática voltada a resolver o impasse em questão. O conflito nuclear não interessava a nenhum dos lados em disputa, pois seus desdobramentos seriam catastróficos. Após intensas negociações diplomáticas o

conflito no Oriente Médio chegou ao fim. O cessar-fogo foi assinado e com ele, anulada a possibilidade de uma guerra em nível internacional.

O impacto na economia internacional foi considerável. Mesmo com o fim dos conflitos do Oriente Médio em maio de 1974, os desdobramentos da crise foram implacáveis. As disputas no mundo árabe permaneceram, tomando novos contornos e trazendo à tona outros atores sociais. A questão da Palestina, a “satanização” do Islamismo e a resistência de parcela do mundo árabe aos interesses expansionistas estadunidenses acirraram os conflitos na região.

O conflito do petróleo marcou a queda da soberania das empresas petrolíferas anglo-americanas no mercado petrolífero internacional. As empresas internacionais não vinculadas ao grupo das “Sete Irmãs” possuíam em 1950 apenas 1,8% do mercado de petróleo, passando, em 1980, para 70% do volume de negociações, um crescimento na ordem de 68,8%. As “Sete Irmãs” que em 1950 possuíam 98,2%, 30 anos após obtiveram o índice de 30%, contabilizando uma redução de 68,2%<sup>66</sup>.

### 3.3.2 O II PND e os petroleiros de Paulínia

As ações propostas não foram suficientes para equilibrar a economia brasileira. A crise internacional e o fracasso do II PND fragilizaram o governo e suas propostas de eficiência econômica, potencializando, em processo oposto, o fortalecimento dos movimentos sociais críticos ao regime. Em

---

<sup>66</sup> Fonte: MACKILLOP, 1989

outras palavras, a fracassada iniciativa do II PND de superar a crise internacional por meio de soluções domésticas fragilizou a eficiência do binômio “Segurança e Desenvolvimento”. A “dimensão positivista” dos militares como segmento político pautado ao governo de outras classes gradativamente perdeu sua legitimidade de criminalizar os movimentos sociais e segmentos críticos ao regime.

A crescente fragilidade econômica acompanhada da dificuldade em prover parcelas consideráveis da população catalisou a ação dos movimentos sociais e sindical. O sindicalismo autêntico ganhou impulso com esse processo, influenciando a atuação política do então jovem Sindicato dos Petroleiros de Paulínia que gradativamente se desvinculou do corporativismo. Os ideais de “empresa família” passaram a ser questionados, com os petroleiros adotando uma postura crítica ao governo e a situação do país: a criatura começava a se revoltar contra o criador.

A luta pelos direitos dos negros, das mulheres, pela educação, entre outros potencializaram o debate em torno da reconstrução do movimento social e sindical no Brasil, tendo como ponto central o debate sobre a cidadania negada pelo aparato militar. O conjunto de movimentos sociais cresceu em contradição à repressão imposta pelo governo militar-civil. “Mulheres, homossexuais e negros, por exemplo, passaram a formular diferentes estratégias para o desenvolvimento de políticas da diferença, levantando uma nova ordem de demandas relativas aos modernos direitos sociais, que

impuseram o tema da identidade como central nessas demandas.” (Bem, 2006: 1152)<sup>67</sup>

Gohn (s/d) analisou os diferentes movimentos sociais que eclodiram nas décadas de 1970 e 1980, destacando aqueles ligados à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1971, foi alvo de resistência dos trabalhadores docentes. “Em 1973 ocorre a transformação da APENESP na APEOESP. A Confederação dos Professores Primários do Brasil deu origem a Confederação dos Professores do Brasil, a CPB (que só terá densidade nacional após a Constituição de 88). (Gohn, S/D: p.1)” Em 1976 foi criado o Movimento Unificado de Professores – MUP – abrangendo professores militantes de diferentes tendências revolucionárias<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> [...] o Movimento Feminista, iniciado em 1975, que refletiam dinâmicas desencadeadas numa perspectiva internacional. O questionamento do modo universalista de organização da classe trabalhadora levou à realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, no ano de 1978, em São Bernardo do Campo, abrindo o caminho para uma revisão das estratégias de luta da classe trabalhadora em vários campos e forçando a incorporação de particularidades de gênero, “raça”, cultura etc., na formatação do ideário das lutas. [...] É do mesmo período o movimento de organização das favelas, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, fato que forçou o diálogo do Poder Público com as representações de interesses constituídas, em substituição ao tratamento social-darwinista dado a esses moradores, considerados marginais e criminosos. (Bem, 2006: 1151)

<sup>68</sup> Outro movimento social importante que surgiu na década de 70 foi o Movimento de Lutas por Creches em São Paulo e em Belo Horizonte, criados em 1979. No conjuntural destacam-se: a organização das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, a influência do Movimento Feminista e do Movimento da Anistia. Em S. Paulo a Luta pela Creche pressionou o estado, por meio de ações da Prefeitura Municipal, a expandir a rede de creches públicas, então com quatro unidades apenas, para um plano de 500 unidades. [...] Finalmente, ainda nos anos 70, na área da educação desta-

Quanto à organização dos camponeses foi criado, no final da década de 1970, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O MST possibilitou a construção de processos educativos críticos à vigência da ditadura e da propriedade privada capitalista com grande inspiração marxista expressa, principalmente, pelo pensamento de Pistrak.

A crítica social ao regime cresceu no interior da própria ditadura civil-militar, demonstrando que a luta de classes não se elimina por repressão, decretos ou teorias. A resistência na sociedade é um processo material que se transforma com o próprio caminhar da história. Quanto maior a repressão, contraditoriamente, maior a resistência.

Os metalúrgicos do ABCD insurgiram-se como atores a partir do ano de 1978 reestabelecendo as lutas sindicais no Brasil. Com ele um conjunto de lutas contra a exploração do trabalho e o arrocho salarial colocando em cheque os princípios de eficiência e controle militar no país. A influência do novo sindicalismo no jovem sindicato dos petroleiros foi notável. O crescimento das manifestações populares contra o empresariado e a falta de liberdade transformou a concepção política do Sindipetro no sentido de não mais adotar a neutralidade frente aos embates com o governo civil-militar. O crescente endividamento das empresas estatais manifesto no II PND reduziu a capacidade da Petrobrás em se autofinanciar, cujá fragilização poderia ser o caminho para a sua futura cam-se a atuação de algumas entidades, a exemplo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, e suas reuniões de 1976 a 1980, que representaram momentos de resistência ao regime militar e de contribuição à luta pela redemocratização do país; a criação de entidades nacionais de pesquisa na área da Pós-Graduação que se implantara no país de forma mais estruturada nos anos 70.

privatização. Este processo implicou a precarização das condições de trabalho dos petroleiros, colocando-os em choque contra as pretensões econômicas dos militares.

A construção gradativa da percepção das condições de trabalho dos petroleiros demonstrou que sua ação sindical deveria negar o corporativismo. As decisões que afetavam a Petrobrás e, conseqüentemente, os petroleiros, eram de cunho econômico político e a resistência dos trabalhadores deveria se nortear pelo mesmo caminho.

[...] a gente conseguia conversar com a categoria, ampliar as assembleias, começaram com dez, oito caras, até quatrocentas, seiscentas pessoas, esta coisa foi motivando, e o próprio movimento sindical irradiava a questão de São Bernardo do Campo e não era um sindicato corporativista, era um sindicato das causas gerais dos trabalhadores, porque senão teria uma posição acomodada como os outros sindicatos do petróleo do país. Um sindicato que avançava, à exceção de Cubatão que avançava um pouco, mas, mesmo assim, o presidente, ligado ao PCB, tinha a sua visão. Nós éramos independentes, o sindicato do petróleo de Paulínia tinha liderança nos encontros, ia irradiando [...] (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro, 20 de setembro de 1995)

A transformação ocorreu externamente ao sindicato, através da conquista dos trabalhadores para a causa sindical, e internamente através da unidade dentro da diretoria sindical. O objetivo era a formação política educativa de todos os diretores nos princípios do sindicalismo autêntico e combativo. Iniciou-se uma luta pela representação dos trabalhadores. A

direção da Petrobrás tentando manter os pressupostos da “empresa família”. A direção sindical visando construir uma sólida ligação política com a base representativa, entendendo que a luta dos petroleiros se relacionava com a luta de todos os trabalhadores do Brasil.

Uma nova militância foi formada no local de trabalho por meio de um processo educativo não formal. Atores sociais defendendo projetos alternativos de sociedade, protestando e inibindo aqueles que se alinhavam com as ideias governamentais e empresariais conservadoras. Na preparação desta militância havia um grupo de trabalhadores para debater temas como a conjuntura nacional e o sindicalismo, a preocupação com a construção de um novo saber que permitisse transformar o cotidiano fabril<sup>69</sup>.

[...] muitas posições devem ser mudadas, pois se faz necessário uma nova estratégia. Temos que partir para um trabalho de base, sem o qual nada se consegue. Temos que incentivar o trabalhador a participar, a discutir, a vir ao sindicato. A mínima tentativa de participação do trabalhador, temos que encostar nele para que se desenvolva. Seja qual for o movimento, o sindicato deve intervir, sendo tudo analisado no sentido de unir forças, porém, a decisão deverá ser sempre do

---

<sup>69</sup>Como exemplos, citamos a ANPED em 1977 e a ANPOCs em 1976. Em 1978 foi criada a ANDE- Associação Nacional de Educação. Entidades voltadas à pesquisa, como o CEDES, da UNICAMP, tiveram papel importante na articulação com a ANPED e a ANDE na organização das Conferências Brasileira de Educação, CBE. Em 1981 ocorreu a fundação da ANDES – Associação Nacional de Professores do Ensino Superior –, ela nasceu da união das Associações Docentes das universidades, principalmente públicas e comunitárias. (Gohn, S/D: p.3)

trabalhador [...]. (ata sindical dos petroleiros de Paulínia, 05/05/78)

A influência sindicalismo autêntico foi notória. Os metalúrgicos do ABCD influenciaram as ações do sindicato dos petroleiros, transformando suas principais lideranças em atores para a formação do Partido dos Trabalhadores e, na executiva, Pró-CUT.

Eu fiz um curso para dirigentes sindicais no centro de treinamento da OIT, Organização Internacional do Trabalho que fica em Firense. Nesse curso que durou três meses, tinham pessoas da Nicarágua, El Salvador, Argentina e Colômbia. Nós, dentro deste grupo, conseguimos fazer outro grupo, o dos autênticos. Na Nicarágua tinha uma divisão, caras que defendiam as forças reacionárias e, aqueles que defendiam posturas revolucionárias. O orientador percebeu esta questão. Era no meu quarto que o pessoal mais autêntico se reunia. Mas, no meio dos autênticos tinha um cara que gostava de mim, aí a gente ia fazendo a cabeça. [...] o movimento sindical era uma luta dos trabalhadores, dos petroleiros, dos metalúrgicos, e foi aí que começou a grande discussão do surgimento da CUT, uma entidade de massa. (Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro, 20 de setembro de 1995)

A aproximação do Sindipetro com as concepções políticas do sindicalismo autêntico do ABCD implicou a realização de um conjunto de mobilizações durante a segunda metade da década de 1970 e início da seguinte.

Existia uma ditadura em decadência também, ela não sabia como devolver o bastão para a democracia, existia

um desgaste muito grande da ditadura, agora isto, a construção de uma política de inserção na sociedade de uma linha mais combativa, ela dependeu muito mais do perfil dos companheiros que estavam na frente do sindicato na época. [...] Eu acho que o perfil dos companheiros que assumiram o sindicato na época era responsável, companheiros que entendiam que deveria ter uma central sindical no país, que queiram construir um partido também ligado a classe trabalhadora e o trabalho deste pessoal na base, naquela época tinha mais na base, todo mundo ia à assembleia, mas não tinham uma participação dinâmica no sindicato, era o de construir a formação através das reuniões setoriais, discussões dentro do local de trabalho. Entrevista Dirigente Sindical Petroleiro (15/12/1995)

Porém, em todo o sistema Petrobrás, apenas o sindicato dos petroleiros de Paulínia adotava os pressupostos políticos do sindicalismo autêntico. Apesar de se referenciar entre os outros sindicatos combativos no Brasil, possuía dificuldades em organizar uma luta contra o governo civil-militar dentro do sistema Petrobrás, formado, em sua maioria, por sindicatos “pelegos”. Somente no início dos anos oitenta do século XX, o sindicato dos petroleiros de Mataripe passou a contestar o Estado sendo os dois únicos autênticos no ramo do petróleo no país.

Foi em um contexto marcado pela existência de poucos sindicatos combativos no sistema Petrobrás, mas com debates em torno da construção de uma greve geral contra o arrocho proposto pelo governo militar que se construiu a greve dos petroleiros de 1983.

Apesar de que quase todas as refinarias são importantes, mas em Campinas o problema é muito grande. Por exemplo, Cubatão tinha uma diretoria que sempre jogava no recuo, não apostava no enfrentamento, em São José a mesma coisa, no Paraná, com a entrada do Stika, já vem junto com a gente, porque antigamente era só em Campinas, era nós contra o mundo, Rio Grande do Sul era pelego, o nordeste era pelego. É lógico, não tinha, se pegar o histórico do sindicato, a Replan era uma refinaria nova, de 73, Cubatão vinha desde antes de 64, a Bahia também. São sindicatos mais antigos, anos mais de experiência, mas com uma direção que não apostava no confronto. Campinas não, o Jacó pegou o bonde da história. Ele entra na carona do movimento sindical do ABCD, então esta é a diferença de outros sindicatos. [...] Campinas é uma base que se diferenciou das outras pelo aspecto político, um movimento em ascensão contra o regime militar, o que não fazia os outros sindicatos. De certa forma quando Campinas falava da greve dava problema, era só discurso, em Cubatão era ligado ao PCB, era diferente, uma tradição sindical diferente, e o PCB não apostava no enfrentamento, era um processo de estar dentro da máquina, negociação, são contra o regime, mas não tão contra assim. Queria espaço dentro do regime, uma linha diferente da CUT, vamos tomar a máquina por dentro. Ai já veio o Paraná, uma oposição forte na Bahia, o fortalecimento da CUT, as conquistas de diretorias por dentro do movimento que foi modificando. Aqui tinham algumas pessoas que conseguiam, pelo fato de ser uma unidade pequena, mas era uma unidade de volume grande, mas isso tudo facilitou. (Entrevista de um Dirigente Sindical Petroleiro, 10/11/1995).

Ela foi marcada pelo enfrentamento a um governo enfraquecido pela crise internacional do capitalismo, bem como pelo abandono dos pressupostos do I e II PND, das políticas de substituição de importações e da construção do III PND. Uma greve que foi duramente reprimida por um governo militar de cunho bonapartista enfraquecido em nível nacional e internacional.

O início da década de 1980 marcou a mudança de atuação do Fundo Monetário Internacional, a redução do crédito internacional, a elevação das taxas de juros da dívida externa e a possibilidade concreta da moratória dos países periféricos. A falência do Estado de Bem Estar Social e as estratégias construídas como forma de superação da crise econômica e recomposição das taxas de acumulação do capital ganharam fôlego no período em questão. O governo civil-militar abandonou a política de substituição de importações, apontando a possibilidade concreta de privatização das empresas estatais. Estavam postos os fundamentos que levaram à construção da greve dos petroleiros de 1983.

### **3.3 O III Plano Nacional de Desenvolvimento**

A greve dos petroleiros de 1983 se explica como reação às ações econômicas e políticas construídas pelo governo Figueiredo. Essas mediações por sua vez se explicam nas mudanças na economia e política mundial, às quais atores centrais ganham relevância, merecendo destaque o Fundo Monetário Internacional e os credores internacionais.

A greve dos petroleiros de 1983 teve uma dimensão maior do que aparentou ser. Em que pese o número reduzido de trabalhadores que dela participou, não foi um movimento isolado, restrito aos interesses de uma categoria profissional, mas sim representou o primeiro enfrentamento ao projeto neoliberal ainda embrionário que se instaurava no Brasil fruto de profundas mudanças internacionais expressos na reestruturação produtiva do capital.

A crise internacional marcou o início do governo de João Batista Figueiredo. No Brasil, acompanhando a tendência de outros países periféricos e endividados, essa conjuntura implicou a diminuição do crescimento econômico e possibilidade concreta de instauração de uma recessão generalizada. O novo governo civil-militar teve como desafio administrar toda uma crise econômica, agravada pela conjuntura internacional que enfraquecera sobremaneira a economia brasileira. Entre as ações propostas estava a diminuição do crescimento econômico por meio da instauração de um processo recessivo com duração de um ano.

A abundância de recursos oriundos dos petrodólares existentes no período do I PND já não mais existia, e as taxas de juros para os empréstimos internacionais sofriam elevação contínua. Esse foi o contexto em que o governo Figueiredo tomou posse por via indireta no Brasil, em 15 de março de 1979, tendo como Secretário do Planejamento, Mário Henrique Simonsen e, como Ministro da Agricultura, Delfin Neto e Ministério da Fazenda, Karlos Heinz Rischbieter, sendo substituído por Ernane Galvêas em janeiro de 1980. No mesmo ano de tomada de posse do novo governo, turbulências

políticas internas levaram à saída de Ministro Simonsen da Secretaria de Planejamento sendo substituído por Delfin Netto.

A entrada de Delfin Netto apresentou uma leitura distinta àquela apresentada pelo seu antecessor. Delfin apresentou um diagnóstico da economia nacional, especialmente no que se referiu à aceleração inflacionária em curso no país. A falência do projeto estatal de substituição de importações, o crescimento da dívida externa e a caótica situação econômica no Brasil foram as justificativas utilizadas pelo governo Figueiredo para impor mudanças na economia brasileira. No desenvolvimento do III PND, a “Segurança e o Desenvolvimento” foram substituídos pela defesa aberta ao combate à inflação.

Ao contrário dos seus antecessores, não apresentava simpatia com referência às empresas estatais. Essa posição se justificou pelo contexto internacional através da qual os credores internacionais representados pelo FMI passaram a exigir a liberalização da economia dos países periféricos como condição para a concessão de novos empréstimos. O temor do FMI e dos prestamistas internacionais, em face à fragilização das economias periféricas, era da possibilidade concreta de “calote da dívida externa”

O FMI foi fundado em 1944, a partir da Conferência de Bretton Woods sob a liderança política dos Estados Unidos coordenado pelo seu então presidente, Franklin D. Roosevelt. De acordo com Ohlweiler (1980) a ação do FMI pode ser definida em três etapas principais. A primeira etapa desde o início da década de 1950 até o final da década seguinte. A segunda, durante a década de 1970 até o início dos anos 80. A terceira, desde o início da década de 1980 até os dias atuais.

A primeira etapa foi marcada pelo poder de intervenção do FMI, subdividindo-se em duas subetapas. Na primeira ocorreu a abertura da economia dos países latino-americanos ao capital produtivo internacional, predominantemente estadunidense que entre 1950 a 1966 praticamente triplicou. Na segunda, desenvolvida a partir de 1967, ocorreu o crescimento da influência do Fundo Monetário Internacional na América Latina e expansão de suas atividades em outros continentes. Na segunda etapa ocorreu uma redução gradativa da centralidade do FMI. A crise interna da economia estadunidense anunciada anteriormente, a crescente desvalorização do dólar e a ampliação do mercado de eurodólares dispuseram maiores facilidades de obtenção de crédito internacional pelos países periféricos.

Na terceira etapa, que se inaugura como decorrência da crise financeira, o FMI recupera seu papel mediador no quadro dos problemas de pagamentos ou de realização das elevadas dívidas extremas em que se afundaram os países subdesenvolvidos. Já em 1980, enquanto ainda corria fácil a expansão do crédito internacional, o reembolso das dívidas anteriores foi gerando a necessidade de contrair progressivamente novas e mais vultosas dívidas. Assim, a capacidade de importação, por exemplo, da América Latina, foi sendo cada vez mais determinada pelos processos de refinanciamento do que pelo poder de compra oriundo das exportações. (Ohlweiler, 1987: 199)

A crise internacional manifesta na terceira etapa foi marcada pela mudança de atuação do FMI. A estratégia de frações de classe burguesa voltada à reprodução do capital em sua forma financeira fortaleceu o imperativo em torno da

necessidade de um órgão gestor que garantisse o retorno dos investimentos realizados. O FMI foi galgado a principal ator do processo em questão, gerindo, fiscalizando e impondo condições para a concessão de novos empréstimos aos países periféricos. Na prática, o FMI se transformou no principal representante da burguesia financeira internacional agindo em seu nome e interesse.

Ressaltamos que os Estados Unidos, mesmo com impossibilidade de garantir o Sistema de Bretton Woods, mantiveram a hegemonia no FMI. A composição das cotas do Fundo como critério para tomada de decisões confirma esta afirmação. O poder do montante de votos nas decisões tomadas no FMI é definido pelo potencial econômico de cada nação associada. Em que pese a redução gradativa das cotas estadunidenses – 33,7% em 1951, para 20,6% em 1983 – sua predominância permaneceu, especialmente quanto ao poder de veto nas decisões mais importantes do Fundo. De acordo com Ohlweiler (1987) até o ano de 1981, as decisões quanto às estratégias do Fundo requeriam 80% dos votos dos países integrantes. Mesmo com a elevação deste patamar para 85%, em virtude do aumento das cotas da Arábia Saudita, a articulação política estadunidense com os demais países centrais assegurava o veto nas decisões mais importantes. Esse contingente de votos se chocava ao poder reduzido dos países periféricos contando apenas com um terço dos votos.

A mudança da ação do FMI se materializou nos critérios de concessão de empréstimos, especialmente, aos países periféricos, consolidando a hegemonia política estadunidense. Os Estados Unidos e os demais países prestamistas centrais utilizaram o FMI como agente financiador para a superação de

sua crise interna por meio do acesso a recursos financeiros com menor exigência econômica e juros reduzidos. Ao mesmo tempo, utilizou o Fundo para pressionar os países periféricos, impondo duras exigências para a liberação de novos empréstimos e garantias para o pagamento dos juros devidos. A estabilização do centro impacta no empobrecimento e perda da soberania na periferia do capitalismo.

Este processo foi fundamental para a recuperação das contradições e mediações internacionais que fomentaram a greve dos petroleiros de 1983. A luta de resistência desses trabalhadores se deu em crítica às exigências internacionais impostas pelo FMI e seus possíveis impactos à economia brasileira. A postura dócil e submissa do governo civil-militar aos prestamistas internacionais colocava em cheque o futuro do país, visto que promovia, cada vez mais, reestruturações em âmbito nacional para atender os imperativos do FMI.

Essa condição colocou o governo Figueiredo em conflito com segmentos nacionalistas e os trabalhadores de empresas estatais, merecendo destaque os petroleiros que se aproximavam de forma gradativa à corrente dos autênticos liderada pelos metalúrgicos do ABCD paulista. A greve dos petroleiros inaugurou a década da resistência e crescimento dos movimentos sociais no Brasil. O crescimento dos movimentos sociais, os desdobramentos da Anistia e a reconstrução partidária no Brasil, associada a uma conjuntura totalmente desfavorável em nível internacional, acuraram o governo Figueiredo nas diferentes frentes políticas em disputa. Apesar da amplitude da economia brasileira na América Latina, sua constituição não se traduzia em avanços nas negociações internacionais. Essa afirmação se explica em um contexto

maior ao qual a crise econômica não foi apenas um fenômeno nacional, ou mesmo inerente apenas aos países periféricos, mas sim atingiu também os países centrais merecendo destaque os Estados Unidos.

A crise internacional, as alternativas para sua superação e seus impactos no Brasil foi o embrião do futuro conflito entre o governo militar-civil e os petroleiros na greve de 1983. A política de substituição de importações, responsável pela fundação e investimento na Petrobrás foi gradativamente substituída por princípios neoliberais voltados à centralidade do mercado como gestor das trocas e estratégias de controle e reprodução social. A mudança no cenário político internacional impulsionou o governo Figueiredo como gestor da liberalização do Estado Nacional, processo este que ganhou novos capítulos nas décadas subsequentes.

A política de substituição de importações consequente da liberalização da economia brasileira teve como principal desdobramento o início das privatizações de empresas controladas pelo Estado Nacional.

O processo inflacionário e o crescente endividamento interno fragilizaram o Brasil nas negociações com os credores internacionais. O país ofereceu um conjunto de garantias manifestas na redução da liquidez e restrição monetária Como forma de efetivar as negociações. Ocorreu a redução do crédito interno em 15%, foram proibidas novas contratações no setor público e uma maxidesvalorização do cruzeiro na faixa de 30%. Porém, a expectativa governamental voltada ao equilíbrio da economia brasileira não se concretizou. Em 1980, ao contrário do que esperava a equipe econômica brasileira, ocorreu a

aceleração contínua do processo inflacionário ultrapassando o índice de 100%.

A especulação financeira cresceu e com ela a situação das contas nacionais. A saída governamental encontrada foi a adoção de ajustes econômicos voltados à obtenção de superávits primários como forma de garantir os suplementos econômicos para o pagamento da dívida externa. A elevação da taxa de juros internacionais dificultou o acesso ao crédito afetando tanto o Brasil como os demais países periféricos, fragilizando suas economias concretizando o pânico no mercado internacional de um eminente calote generalizado do pagamento da dívida externa.

O ano de 1982 concretizou essas previsões. A crise econômica se instaurou no México, Argentina, Polônia, Brasil, entre outros. A Guerra das Malvinas e a crise da Polônia Socialista afetaram o sistema financeiro internacional. A situação econômica mexicana foi a mais dramática. O país decretou a moratória, afirmando publicamente que não mais possuía condições de arcar com o pagamento dos juros da dívida externa. A moratória mexicana impulsionou os setores prestamistas internacionais a restringirem a concessão de empréstimos acirrando a recessão nos países periféricos.

Essa ação afetou sobremaneira a economia brasileira. “O quadro, para o Brasil, foi, sem qualquer exagero, o de ruptura do sistema financeiro internacional: de janeiro a setembro as captações de recursos externos mantiveram-se na faixa de US\$ 1,35 a US\$ 1,55 bilhão ao mês (totalizando pouco mais de US\$ 13 bilhões); de outubro a dezembro a média mensal reduziu-se para US\$ 392 milhões.” (Macarini, 2008: 36-37). A necessidade de reestruturação da dívida interna e a necessidade de elevar o

superávit primário tornaram-se imperativas. A ação governamental voltada à redução dos salários acirrou o descontentamento social no Brasil fomentando o crescimento dos protestos e greves dos trabalhadores.

O crescimento da crise internacional refreou a atividade econômica nacional negando as expectativas governamentais. "[...] as exportações registraram em 1982 uma queda de US\$ 3,1 bilhões (algo que não ocorria desde o início da década de 60), enquanto o saldo da balança comercial ficava abaixo de US\$ 1 bilhão [...]". (Macarini, 2008: 35)<sup>70</sup>.

O agravamento do quadro econômico e político solidificou a política recessiva imposta pelo governo Figueiredo. As dificuldades no equilíbrio da balança comercial, bem como a escassez de crédito internacional fragilizaram o Brasil no cenário internacional. Mesmo a tentativa governamental em acelerar os projetos econômicos e sociais oriundos do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento – não foi suficiente para amenizar a crise interna. O investimento em Carajás, Projeto Jari, as extensões dos contratos de risco no ramo petrolífero e os investimentos em energia elétrica através do fim das obras da hidroelétrica de Itaipu não conseguiram fomentar a economia nacional.

Foi no contexto da ineficácia das ações internas para conter a crise interna que o governo civil-militar iniciou nego-

---

<sup>70</sup> Em setembro, num momento crítico, novas medidas sinalizavam um aprofundamento da orientação restritiva: o depósito compulsório incidente sobre os depósitos a vista têm uma forte majoração, passando de 28 para 36% (bancos pequenos), de 31 para 40% (bancos médios) e de 35 para 45% (bancos grandes); e um recolhimento compulsório de 5% foi instituído sobre os depósitos a prazo. (Macarini, 2008: 36)

ciações com o FMI visando obter empréstimos na ordem de US\$ 88 bilhões. Em 1983, ocorreu uma reunião entre representantes brasileiros e dos bancos credores para comunicar a incapacidade brasileira em pagar os juros da dívida externa, reafirmando a necessidade de novos empréstimos. A carta de intenções promovida pelo governo Figueiredo marcou a submissão do país aos imperativos do Fundo Monetário Internacional e os credores por ele representados. A redução de investimentos públicos, cortes salariais e de subsídios a serviços essenciais foram as estratégias utilizadas.

A greve dos petroleiros de 1983 ocorreu em meio às negociações governamentais com os prestamistas transnacionais voltadas a gerir a combalida economia brasileira. Ao atuar contra o governo Figueiredo, resistiu aos próprios interesses de corporações transnacionais que buscavam garantias para conceder empréstimos com juros cada vez mais elevados, garantindo o processo de acumulação do capital bancário em sua forma financeirizada.

As negociações com o Fundo Monetário Internacional mantiveram os fundamentos de 1982, sendo o Brasil um ator subordinado nas negociações com os credores internacionais.

[...] com um superávit comercial de US\$ 6 bilhões almejava-se reduzir em 1983 o deficit em transações correntes de 4,5% do PIB (estimativa para 1982) para 2,2%, prosseguindo em queda nos anos de 1984 e 1985; confirmada a tendência, esperava-se lograr uma lenta recuperação das reservas internacionais, criando espaço para uma modesta recuperação. Havia um segundo objetivo, claramente secundário: reduzir a inflação de 99% (1982) para 70% (1983), convergindo para 20% em

1985. [...] Um ajuste fiscal dessa magnitude seria obtido com uma contribuição majoritária da administração federal: 3,3% do PIB, envolvendo aumento da receita (1,9% do PIB), através de modificação na lei do imposto de renda e da elevação de alguns impostos, e corte da despesa (1,4% do PIB), atingindo custeio, investimento e transferência para as empresas estatais. Estas contribuiriam com 1,8% do PIB, parte via aumento de receita (com a política “realista” de preços e tarifas) e parte via contenção de despesa, atingindo mais fortemente os investimentos; aliás, com a exceção do projeto Carajás, nenhum investimento novo de vulto seria iniciado em 1983, alguns seriam desativados (Itaipu) e desacelerados vários projetos em andamento. (Macarini, 2008: 40-41)

A subordinação aos imperativos prestamistas nas negociações internacionais e a crescente incapacidade de resolver os sérios problemas econômicos nacionais. Sua posição de negociação era totalmente subordinada, resumindo-se apenas a uma ação de convencimento à nação sobre a inexistência de outros caminhos que superassem a grave crise econômica instaurada no país.

A moeda de troca passível de negociação consistia no enfraquecimento de sua própria soberania, manifesta na abertura do mercado nacional aos interesses internacionais através de projetos privatizantes. A saída que se apresentava implicaria o empobrecimento do Brasil, acompanhando a tendência da periferia do capitalismo.

A posição subordinada do Brasil nas negociações com o FMI que apostava em um projeto de eficiência governamental cujos resultados, contraditoriamente, consolidariam o cresci-

mento da pobreza submissão aos interesses dos prestamistas internacionais. A mudança no cenário político internacional provido do empobrecimento radical dos países periféricos reportou a importância do Brasil apenas como provedor contínuo para as formas reprodutivas do capital em sua forma financeira.

A suposta salvação pelo FMI manifesta pelo então governo Figueiredo não implicaria a retomada do crescimento econômico interno, mas sim por formas gradativas de um crescente endividamento, cujo interesse internacional último era garantir os interesses bancários transnacionais, a resolução da crise nos países centrais e a abertura de novos mercados para empresas também transnacionalizadas. O segredo para esse sucesso seria o abandono das políticas de substituição de importações, venda gradativa de empresas estatais e subordinação do Estado Nacional aos interesses internacionais.

A repressão à Greve dos petroleiros de 1983 se orienta nestes pressupostos. A iniciativa subordinada brasileira junto ao FMI implicou o potencial desmonte da Petrobrás. As ações econômicas inerentes às empresas estatais acirraram contradições entre os petroleiros e o governo brasileiro. As negociações governamentais em universo subordinado e fragilizado trouxe à tona propostas neoliberais ainda embrionárias e não compreendidas em sua totalidade pelos movimentos sociais brasileiros.

O acirramento dos conflitos entre o governo civil-militar e os petroleiros foi acompanhado pela ineficácia governamental em cumprir as metas acordadas com o FMI. Devemos notar que até o Governo Figueiredo foram assinadas 6 (seis) cartas de intenções com o FMI, sendo a última em 28 de

setembro de 1983, tendo o país dificuldades em cumprir as metas propostas em todas elas.

A dificuldade brasileira em cumprir os acordos assinados com o FMI devendo-se, principalmente, à crescente fragilização da economia nacional, implicou reações dos prestamistas internacionais que, em 1983, suspenderam a liberalização da segunda parcela de empréstimo concedido acelerando a crise interna brasileira.

O enfrentamento com os petroleiros ocorreu no intervalo entre a suspensão da liberação da segunda parcela do empréstimo pelo FMI e a desesperada tentativa governamental para a retomada das negociações, cujo final deu-se apenas em setembro de 1983.

Foi nesse processo em curso que o governo civil-militar reprimiu a greve dos petroleiros de 1983. Estavam em jogo 3 (três) fatores essenciais. Em primeiro lugar, o receio que a greve dos petroleiros expusesse a fragilidade governamental em resolver conflitos internos. Em segundo lugar, o enfraquecimento político do governo civil-militar em face às pressões civis pelo fim da ditadura podendo levar à derrota eleitoral dos segmentos aliados, merecendo destaque a construção gradativa das Diretas-Já. Por último, os pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional que além de entender as refinarias de petróleo como segmento estratégico do país, se sustentava nos princípios aos quais os movimentos sociais exemplificavam uma anomia social.

A fragilidade governamental trouxe à tona um processo pouco compreendido no Brasil, cuja discussão estava restrita aos segmentos acadêmicos. A submissão brasileira a um pro-

cesso de reestruturação em âmbito internacional objetivado em reformas estruturais através das quais os países periféricos deveriam criar políticas internas que incrementassem formas reprodutivas do capital em sua forma financeirizada mundializada. Na prática, a adoção do neoliberalismo enquanto parceiro econômico e epistêmico iniciou sua fase embrionária no Brasil, cujos desdobramentos maiores se deram no início da década de 1990 do século XX.

### 3.3.1- O embrião neoliberal no Brasil e a influência dos Chicago Boys.

A instauração do III PND marcou o flerte de setores do pensamento econômico brasileiro com o neoliberalismo. Esse flerte não ocorreu ao acaso. Ele foi influenciado por um processo material manifesto na experiência chilena na década de 1950, o embrião do projeto neoliberal na América Latina.

As bases filosóficas do neoliberalismo chileno são oriundas do denominado “Projeto Chile” que, no ano de 1956, foi responsável pelo financiamento dos estudos de 100 estudantes de economia chilenos na Escola de Chicago, nos Estados Unidos, berço epistemológico econômico de Hayek e Friedman. Esses alunos foram denominados como “Chicago Boys”. A formação em economia oferecida foi resultado de um projeto conjunto desenvolvido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e a Fundação Ford até o ano de 1970, visando a difusão do pensamento liberal no Chile e, posteriormente, na América Latina.

Albion Pattersonm, no período, o responsável pela cooperação administrativa entre os EUA e o Chile, acompanhado de Theodore Schultz, convidou Milton Friedman para formar um coletivo de trabalho para o desenvolvimento desse projeto. Financiado pelos Estados Unidos, tinha por objetivo mudar os pressupostos formativos na área econômica chilena, trazendo à tona os pressupostos da Escola de Chicago. Na prática, a ideia foi introduzir no Chile ideias econômicas defensoras da centralidade do mercado como forma de gestão das trocas das economias capitalistas, um contraponto ao nacionalismo e estatismo presente na maior parte da América Latina. O objetivo foi a construção de um projeto educacional transformando o Chile em uma espécie de laboratório de experiência econômica onde Friedman poderia verificar a efetividade de suas teorias. Em 1965, o programa foi aberto para outros países, merecendo destaque a presença de estudantes brasileiros, mexicanos e argentinos.

O projeto “Chicago Boys” foi financiado pela Fundação Ford, formando 100 (cem) estudantes e 50 (cinquenta) alunos em nível de Pós-graduação *Stricto Sensu* entre 1957 e 1970. Entre esses alunos estava: Jorge Cauas (Ministro das Finanças, 1975 – 1977); Sergio de Castro (Ministro das Finanças, 1977 – 1982); Pablo Baraona (Ministro da Economia, 1976 – 1979); José Piñera (Ministro do Trabalho e Aposentadorias, 1978–1980, Ministro das Minas, 1980–1981); Hernán Büchi (Ministro das Finanças 1985 – 1989); Alvaro Bardón (Ministro da Economia, 1982–1983); Juan Carlos Méndez (Diretor do Orçamento, 1975–1981); Emilio Sanfuentes (Conselheiro Econômico do Banco Central); Sergio de La Cuadra (Ministro das Finanças, 1982–1983); Miguel Kast (Ministro do Planejamento, 1978–1980); Juan

Ariztía Matte (Superintendente do Sistema de Previdência Privada 1980–1990)<sup>71</sup>. Parte desses alunos, depois de formados, retornou ao Chile fundando o curso de Economia junto à Universidade Católica de Santiago, transformando-a em uma espécie de filial na Universidade de Chicago, um berço epistêmico conservador voltado à formulação e difusão de princípios neoliberais tanto no Chile, como na América Latina.

A centralidade política dos “Chicago Boys” como intelectuais dos setores conservadores chilenos cresceu com a oposição ao governo Salvador Allende, eleito como representante das forças progressistas e nacionalistas do país em 1970. Entre as propostas de Allende estavam a nacionalização das minas de cobre Serra, Anaconda e Kennecott controladas por grupos econômicos estadunidenses responsáveis por 80% das exportações chilenas.

As propostas em torno da nacionalização de empresas chilenas fomentaram a ação de empresários apoiadas de forma indistinta pelo governo dos Estados Unidos a utilizar todos os meios possíveis para influenciar, ou mesmo depor o governo recém-eleito. As ameaças eram bem reais, passando “[...] pelo bloqueio econômico e todo tipo de boicotes e conspirações que condicionassem a governo de Allende ou mesmo a sua queda. Mas já antes, logo que Allende tomou posse, Nixon deu ordem à CIA para que esta fizesse “a economia gritar de dor”[...]” (Vaz e Silva, 2011: s/p)

A proposta de Allende visou a construção do socialismo pelo incremento democrático. Essa proposta acirrou os conflitos com os Estados Unidos em virtude dos desdobramentos da

---

<sup>71</sup> Steve Kangas. The Chicago Boys and the Chilean 'economic miracle. In Country Strategy Paper 2007–2013, European Commission, 11 abr. 2007

Guerra Fria. A experiência da vitória da Revolução Cubana em 1º de janeiro de 1959, instaurando o socialismo na América Latina era temida pelos formuladores de políticas estadunidenses. Sua ação visou conciliar o interesse das classes em disputa no Chile, buscando a aliança com a Democracia Cristã e os movimentos sociais chilenos.

O governo Allende teve como pressuposto a realização de mudanças econômicas no Chile atendendo à dimensão constitucional do país. Essa proposta de aliança foi negada por todos os setores em disputa. As frações de classe empresariais criticavam quaisquer reformas que atentassem às formas reprodutivas do capital. Os movimentos sociais de orientação socialista entendiam que a única forma de superar a dimensão classista do Estado era a sua superação via processo revolucionário. Essas diferentes concepções em disputa e a dificuldade em conciliar interesses inconciliáveis fragilizaram o governo Allende.

Essa fragilidade fundamentou a construção do golpe militar liderado por Pinochet em 11 de setembro de 1973, seguindo a tendência que se alastrava na América Latina de instauração de ditaduras militares. Uma onda de terror e assassinatos de militantes e simpatizantes de Allende ocorreu no país. Enquanto o golpe militar ganhou corpo na sociedade chilena, nos bastidores políticos, os Chicago Boys preparavam a execução de um programa econômico denominado como “O Tijolo”. O golpe e a decretação de uma das ditaduras militares mais violentas da América Latina materializaram a oportunidade de pôr em prática o experimento de Friedman, Hayek e demais seguidores da Escola de Chicago: o neoliberalismo.

A influência dos “Chicago Boys” e de um grupo de empresários chilenos liberais foi notável no governo Pinochet.

[...] privatizações, abertura de fronteiras às importações, fim das barreiras alfandegárias que protegiam os produtos chilenos, autorização da especulação financeira e, no fundo, todas essas medidas que tanto agradam aos agiotas, mas que muito custam à maioria da população. (Vaz e Silva, 2011: s/p)

Hayek realizou várias visitas ao Chile entre os anos de 1970 e 1981, demonstrando apreço pelas iniciativas econômicas de Pinochet, onde se tornou presidente honorário do “Centro de Estudios Públicos” chileno. Suas relações políticas com o Chile o levaram a aconselhar a Primeira-Ministra Britânica, Margaret Thatcher, a utilizar este país como referência para a construção do modelo neoliberal na Inglaterra em substituição ao Estado de Bem Estar Social inglês. Ao mesmo tempo, após receber o prêmio Nobel de Economia com o livro “O caminho da servidão”, no início da década de 1970, Hayek se consolidou com referência internacional, justificando o convite para a conferência no Brasil em 1981 acompanhada de toda sua conotação política e propagandística de expansão do neoliberalismo na América Latina.

O neoliberalismo chileno foi instaurado no interior de uma ditadura militar, uma contradição ao pensamento liberal hayekiano. O pensamento de Hayek negava todo e qualquer processo ditatorial como forma de gestão de governos, entendendo que esse caminho se constituía em um “caminho da servidão” do indivíduo perante a coletividade. A construção do Governo Pinochet significou, por um lado, o experimento maior dos pressupostos hayekianos na América Latina, balão

de ensaio do neoliberalismo inglês e, por outro, a negação do seu maior fundamento epistemológico: a construção de uma sociedade movida pela lógica da concorrência manifesta pelo mercado e potencializada por um Estado não totalitário.

A década de 1970 e início da seguinte foram marcados pela redução do Produto Interno Bruto, crescimento do desemprego, elevação da dívida externa e redução real dos salários e das aposentadorias. De acordo com Gross (2003) o governo chileno promoveu um amplo processo de privatização das empresas públicas. No ano de 1973, por ocasião do golpe militar de Pinochet, o Chile contava com 507 empresas públicas, sete anos após, com apenas 15 empresas públicas o que gerou um amplo processo de desemprego no setor.

A abertura da economia chilena ao mercado internacional foi acompanhada na redução dos impostos de importação de mercadorias internacionais e a retirada de restrições econômicas com relação ao investimento e crédito externo, facilitando a reprodução financeira do capital privado internacional. Esse processo elevou a concentração de riquezas dos grupos dominantes nacionais associados aos internacionais. Ocorreu uma grande “concentração do poder econômico nos grupos mais poderosos, sobretudo nos financeiros. Em 1982, apenas dois grupos controlavam 30% do capital e das reservas do total das instituições financeiras e 42% do crédito” (Gross, 2003: 42)

O governo Pinochet promoveu a reforma da legislação trabalhista em 1979, beneficiando o patronato em detrimento dos trabalhadores. As federações e centrais sindicais foram

proibidas. Ao mesmo tempo ocorreu uma pulverização de sindicatos enfraquecendo, sobremaneira o poder de negociação dos trabalhadores. Foram retirados direitos sindicais dos trabalhadores públicos e de setores essenciais através da proibição de greves e manifestações. Para os trabalhadores de outros setores foi reconhecido o direito de greve com restrições e limites quanto a sua duração. As greves poderiam se estender em no máximo de 60 dias, sendo que as que excedessem esse período facultariam o direito empresarial de demissão sumária sem qualquer indenização.

O fundamento da Escola de Chicago referente à retirada do Estado de setores sociais com conseqüente transferência à iniciativa privada se concretizou no Chile. A reforma da previdência social ocorrida no ano de 1981 retirou o critério de solidariedade, substituindo-o por uma poupança e capitalização individual do contribuinte.

O Estado garante um mínimo anual que não é fixo, pois é dependente da rentabilidade média do setor financeiro [...]. O mecanismo perverso dessa reforma está em transformar os trabalhadores em sócios indiretos da companhia de previdência para a qual contribuem, o que os transforma imediatamente em investidores interessados no sucesso do sistema financeiro e das administradoras dos fundos de pensão. [...] Outra consequência da privatização da previdência foi que, por essa reforma, as administradoras privadas de fundos de pensão passaram a controlar o destino de uma enorme soma de fundos de investimento em longo prazo, correspondente a 20% do PIB chileno. Ao fim de poucos meses de aplicação dessa reforma em 1981, os dois principais grupos econômicos

chilenos controlavam 75% do total desses fundos [...].  
(Gross, 2003: 43–44)

O conjunto de reformas políticas do governo Pinochet implicou a construção de um aparato jurídico legitimado por uma nova Constituição chilena em 1980. Elevação dos poderes do Presidente da República, controle sobre o Parlamento, fortalecimento das Forças Armadas e o aumento da autonomia ao Tribunal Constitucional, Banco Central Chileno e o Conselho de Segurança Nacional marcaram o período em questão.

O projeto chileno desenvolvido pelos Chicago Boys e sua adoção, posterior, na Inglaterra, legitimaram os princípios hayekianos sobre a eficiência do projeto neoliberal como forma de superar as crises capitalistas. Apesar do elevado custo social, a eficiência do modelo econômico para restaurar a acumulação do capital mundializado foi notável.

A tentativa de difusão do neoliberalismo hayekiano na periferia do capitalismo justificou sua vinda ao Brasil e ao Caribe onde desenvolveu um conjunto de conferências voltadas à divulgação do monetarismo como alternativa ao processo de crise econômica e altas taxas inflacionárias. Hayek centrou os debates em torno da crítica ao socialismo, à importância do mercado como gestor responsável pela existência e alimentação dos trabalhadores e centralidade da economia neoclássica como forma de gestão internacional do capitalismo.

A conotação política desta visita foi considerável, uma vez que, em nível acadêmico, ganhava corpo no território brasileiro as concepções econômicas e políticas voltadas à centralidade do mercado, questionando, de forma direta, os

trabalhadores públicos e das empresas estatais. O crescente entendimento deste segmento de trabalhadores como responsáveis diretos pela crise econômica instaurada no Brasil acirrou os conflitos no período em questão, fundamentando as disputas com os petroleiros.

Estava em jogo a demonstração da efetividade do neoliberalismo à parcela da academia econômica brasileira. O neoliberalismo ressurgiu das cinzas da política de substituição de importações como uma “fênix” despertada do sono profundo.

A efetividade do neoliberalismo na instauração do III PND teve como pressuposto problematizar a atuação do Brasil no processo de profunda reorganização econômica e social em curso no capitalismo internacional, um debate restrito ao meio acadêmico e pouco conhecido pelos movimentos sociais brasileiros. Isso se explica na luta interna dos movimentos sociais. Na prática, dado a este contexto nacional, os movimentos não atentaram a um processo de reestruturação internacional que tinha potencial de transformar em refém o Estado brasileiro, independente do regime político. Um “ovo da serpente” com potencial de definir o futuro de um país.

A subordinação brasileira aos imperativos do FMI proporcionava a gradativa implantação processual do neoliberalismo no país. Os ensinamentos de Hayek tinham como fundamento o entendimento que a construção de uma sociedade de cunho liberal era o caminho para um modelo de sociedade baseado na eficiência individual e competitividade.

Tenho, por conseguinte, sugerido que se passe a utilizar a palavra demarquia, baseada no mesmo princípio do

qual derivam as palavras anarquia e monarquia. Quase todas as outras formas de governo são derivadas da palavra grega archt'a, em vez de kratúl. E foi apenas por um simples acidente histórico que, no caso da demokratia, se tenha chegado ao termo democracia. Assim, minha sugestão é no sentido de que se faça uma campanha em prol do governo livre, propondo-se uma nova solução, que eu chamo de demarquia. (Hayek, 1981: 42)

A saída para Hayek (1977: p.16) era o Estado proteger a livre concorrência, administrar a justiça e realizar funções às quais a iniciativa privada não poderia fazer. Na prática, não desvirtuar o regime de livre concorrência, evitando intervir no mercado a fim de impor um plano arbitrário concebido pela política do bem-estar social. A iniciativa privada é tida como fundamental, pois traz consigo o princípio da concorrência, ou seja, a forma que Hayek acredita ser possível para o melhor uso das forças de competição como um meio de coordenar os esforços humanos. Sem a concorrência, amplos setores da sociedade ficavam reféns das ações conjuntas dos capitalistas monopolizados e dos “trabalhadores das indústrias mais bem organizadas”. A tentativa de controle de preços pelos chamados grupos econômicos “priva a concorrência da sua capacidade de proporcionar uma efetiva coordenação dos esforços individuais, porque então as alterações de preço deixam de registrar todas as alterações importantes das circunstâncias e não mais fornecem uma orientação segura para as decisões dos indivíduos”. (Hayek, 1977: p. 36)

Na concepção neoliberal, os governos devem combater os monopólios. A ordem do mercado se limita somente a uma

parte das atividades econômicas dos homens. Isto é em grande medida a consequência das restrições da competência impostas por governos deliberadamente. Para Hayek (1983) o governo ao criar monopólios, promove medidas protetoras que impedem a concorrência no mercado.

Esses argumentos foram utilizados para a crítica à política de substituições de importações e a centralidade das empresas estatais imperantes no I e II PND, merecendo destaque o monopólio estatal do petróleo. O entendimento hayekiano de crítica aos monopólios e abertura das economias ao mercado internacional atendia aos interesses de grupos produtivos e prestamistas transnacionais que buscavam novos mercados para a sua atuação.

A busca de novos mercados atentava à contradição manifesta no próprio sentido da concorrência. Ao contrário da elevação desta mesma concorrência, condição essencial segundo a economia política para a redução dos preços e socialização do acesso às mercadorias, ocorreu processo distinto. Por um lado, não havia mais empresas competindo, mas sim, o seu contrário expresso na redução, privatização e incorporação de empresas a segmentos produtivos maiores. A guerra entre as empresas implicaria na destruição daquelas com menor capacidade de investimentos, seja pela sua extinção ou incorporação, cujo desdobramento se dava na fragilização dos parques industriais nacionais deixando-os dependentes do mercado financeiro internacional. Por outro lado, essa fragilização potencializaria o sucesso das negociações do FMI com o Brasil e demais países periféricos. Na prática, resultaria na dependência da periferia ao centro do capitalismo, cujas saídas apresentadas pelo primeiro

implicariam na fragilização econômica e elevação da pobreza do segundo. O objetivo eram as garantias de reprodução do capital tanto em sua forma produtiva, como financeira, condicionando a superação da crise dos países centrais ao custo da miséria econômica e social nos periféricos.

A reestruturação produtiva internacional e seus impactos na periferia justificam a greve dos petroleiros de 1983. A mudança de atuação do Estado-Nação atentava à própria existência desta categoria profissional. Soma-se a essa questão o nacionalismo imperante no ramo produtivo, resultante da própria história da Petrobrás. O que nos chama a atenção é a dimensão expressa no movimento paredista de 1983. Os petroleiros, ao travarem luta em defesa da Petrobrás contra os interesses dos prestamistas internacionais representados pelo FMI, tiveram como algozes os próprios dirigentes da estatal, edificando um conflito de trabalhadores contra outros trabalhadores. Esses algozes guiados pelo governo civil-militar atuavam como meros executantes, ou seja, marionetes do monetarismo internacional. A repressão aos petroleiros fundava-se em uma ditadura em decadência que remetia as lutas dos trabalhadores como estratégias comunistas para desestabilizar o Brasil.

O entendimento das greves como doenças sociais ganhou corpo com o incremento de uma teoria que rejeitava a luta de classes como motor da história, afirmando que a teoria marxiana do valor e a economia socialista perderam o sentido de existir. Seus fundamentos estão em Hayek e nos demais seguidores do “Círculo de Viena vinculados a Escola Austríaca de Economia em negação a qualquer sociedade antagônica ao capitalismo.

Werner Sombart (1863–1941)<sup>72</sup> afirma que a teoria do qual o valor trabalho é inessária e prescindível. Tendo como referência a subjetividade masculina expressa na busca do controle do poder feminino<sup>73</sup>, aponta a busca incessante do acesso ao luxo como maior desafio. O lucro irrestrito, entendido como motor do capitalismo, é o caminho para a conquista do luxo.

Comerciante. É uma pessoa que quer fazer negócios lucrativos, cujo mundo concepcional e sentimental está todo direcionado para a importância pecuniária de situações e ações e que, por essa razão, converte continuamente todos os fenômenos em dinheiro. Para ele, o mundo é um grande mercado com oferta e procura, com conjunturas e chances de ganhos ou perdas. [...] A esfera das ideias do comerciante abrange sempre um só negócio, em cuja finalização vantajosa ele concentra toda a sua energia, em vista de cujo êxito ele analisa e avalia a totalidade das relações de mercado. (SOMBART, 2014, p. 245)

Em seu entendimento ufanista quanto ao funcionamento da sociedade, Sombart aponta que a exploração do trabalho foi um fenômeno inerente apenas ao início do capitalismo, algo meramente conjuntural que desaparecerá no

---

<sup>72</sup> Werner Sombart., *Socialismo y Movimiento Social*. Madri: Ediciones Ercilla, 1935.

<sup>73</sup> A ideia do refinamento da vida veio do Renascimento para os tempos modernos, e gerou uma produção de luxos de todos os tipos, criando então o comércio e a indústria, bem com a exploração das colônias, de uma maneira inimaginável. Antes o gasto que a poupança – eis aí o espírito do luxo como espírito do capitalismo, antes que qualquer espírito religioso. Ghiraldelli, P. *Werner Sombart e a mulher no comando do capitalismo*. São Paulo: 2016

futuro da sociedade. A elevação contínua da qualificação dos trabalhadores reduziria a exploração do trabalho expressa pela obtenção do valor, promovendo uma socialização crescente no próprio capitalismo de forma distinta ao que acreditava o pensamento marxiano e marxista.

O entendimento das relações entre os consumidores e os produtores como agentes inerentes a funções diferenciadas na sociedade proporcionava a miopia de Sombart sobre o funcionamento e divisão social do trabalho pertinente à sociedade capitalista. A crescente qualificação dos trabalhadores como ferramenta de inclusão social acabou por ser desmentida na relação social entre os trabalhadores e as máquinas. O princípio de uma sociedade composta por indivíduos obscurece a relação classista expressa no controle da ciência e a tecnologia como expressão do trabalho, mediação da espécie humana com a natureza.

O capitalismo se consolidou por meio do controle de uma classe social sobre os resultados do trabalho. O domínio sobre o que produzir e para que produzir, centrada na predominância do valor de troca sobre o valor de uso possibilitou que uma classe social comprasse a força vital de outra classe. Esta relação possibilitou o avanço tecnológico por um lado e o empobrecimento intelectual dos trabalhadores por outro. Por mais que os trabalhadores passem por cursos de capacitação profissional, dominam apenas fragmentos da tecnologia. A formação no universo da razão instrumental e raciocínio binário não os capacitam para entender o princípio científico que formulou a própria máquina.

A dinâmica do capital produtivo composto pelas relações entre o capital constante e variável expressa na

exploração do trabalho pela obtenção da mais-valia materializa um processo diverso do que imaginava Sombart. Esta afirmação se explica em um complexo processo de mediação manifesto no impacto da tecnologia com a constituição produtiva do maquinário capitalista e a velocidade reprodutiva do capital.

Os componentes do capital produtivo apresentam velocidades diferenciadas quanto a sua reprodução, sendo a do capital constante inferior ao variável. Tendo como referência a maquinaria como parte do capital constante, o empresariado ao investir em maquinário, tem seus investimentos presos nas máquinas. Ele não tem como delas se desfazer, pois implicaria a descontinuidade da produção.

Por sua vez, as máquinas se pagam por depreciação, cuja velocidade reprodutiva de circulação de capitais é menor. A redução da velocidade reprodutiva é compensada na outra dimensão do capital produtivo, ou seja, o capital variável ao qual se encontra a força de trabalho. A utilização de novas formas de organização técnica da produção, merecendo destaque o toyotismo autêntico e o híbrido, possibilita a racionalização da produção e intensificação do trabalho elevando a obtenção tanto da mais-valia absoluta como relativa.

Diferente do que imaginava Sombart, a elevação de ganhos de mais-valia absoluta e relativa potencializa formas elaboradas de exploração do trabalho ao qual, em seu âmbito formal, se vê radicalmente reduzido. Não só os trabalhadores são desqualificados por estarem no universo de braços de máquinas mais elaboradas, como essa desqualificação se manifesta na exploração máxima de suas capacidades, uma

exploração que transcende a jornada de 8 horas englobando o seu tempo livre, aspirações e sua própria energia vital.

A escola austríaca também tece críticas à composição do valor expresso na dinâmica entre o capital financeiro e produtivo por meio da obtenção de juros. Boehm-Bawerk (1851-1914)<sup>74</sup>, ao contrário de Marx, afirma que os juros não significam um ganho imerecido. Os juros possuem uma origem cosmológica e não ética. Essa dimensão cosmológica se explica no sentido da vida humana, expressa por seus valores, perspectivas de vida e de morte.

O fator tempo é entendido como fundamental para a interpretação e ação de uma sociedade, ou seja, a predominância do consumo presente sobre o consumo futuro. As críticas de Marx referente ao juro como expressão do parasitismo humano são refutadas por Boehm-Bawerk. Entendendo o círculo da economia como um movimento presencial, entende que o valor não constitui em exploração, mas sim no entendimento heterogêneo subjetivo de cada ser humano.

A subjetividade individual a-histórica nega o valor como processo de exploração do trabalho. Boehm-Bawerk apresenta uma interpretação idealista sobre a sociedade que despreza o passado e desconsidera o futuro. O império de uma sociedade no presente justificada por elementos postados na inexistência da história permitem consolidar seres humanos como espectros de si mesmos. A chave para a interpretação

---

<sup>74</sup> Eugen Böhm-Bawerk., Karl Marx and the close of his system IN SWEEZY,Paul(ed.) Karl Marx and the close of his System Böhm-Bawerk, Böhm Bawerk's Criticism of Marx Hilferding.

crítica de uma sociedade está na mediação com o passado, cujas contradições edificam o presente.

A desconsideração dessa mediação fundamenta a negação da teoria do valor expressa por Marx, uma vez que nega a luta de classes e com ela a própria mediação com a natureza expressa pelo trabalho. Uma sociedade entendida pelo valor apenas no presente materializa o fetichismo, cujo deslumbre não transcende as fronteiras da alienação e o estranhamento do trabalho.

O entendimento dessas mediações dá sentido ao próprio futuro a se construir, pois materializa fundamentos do que se negar no passado–presente e como evitá-lo no futuro. Em posição distinta a Boehm-Bawerk, a obtenção do valor não é um fenômeno subjetivo individual expresso no desejo ou não pelo consumo, nem os juros não são percebidos sem a história dos processos circulantes que os criou. A negação da história fornece elementos para negar a exploração do trabalho e seus desdobramentos, uma afirmação de Boehm-Bawerk que é desmentida pelo movimento material da sociedade.

Para a Escola Austríaca a negação da exploração do trabalho se sustenta na crítica centrada no ufanismo e ineficiência da economia socialista, sendo exemplos Ludwig Von Mises e Hayek.

Ludwig Von Mises (1881–1973)<sup>75</sup> em obra, publicada em 1922, denominada “Socialismo: analisis economico y sociologico” demonstrou que a ausência do mercado livre no sistema socialista não permite a organização de um cálculo

---

<sup>75</sup> Ludwig Von Mises Socialismo: analisis economico y sociológico. Traducción de Luis Montes de Oca. Buenos Aires: Instituto Nacional de Publicaciones de Buenos Aires, 1968

econômico responsável pela definição das perdas e utilidades criadas. O socialismo é entendido como uma ferramenta que gera ditadores, sendo Stalin e Mao Tsé-Tung os maiores exemplos.

Para Mises, a distribuição de bens proposto pelo socialismo é inviável. Tomando como referência a existência de uma sociedade de indivíduos com gostos e aspirações distintas, o próprio exercício do emprego é heterogêneo em uma sociedade. Ao possuírem heterogêneas funções com variados níveis de qualidade e dificuldade na produção de produtos, os trabalhadores devem ter remunerações diferenciadas. A qualificação do trabalho é o critério essencial para a sua remuneração, sendo a desconsideração desse critério, um erro básico da economia socialista. Em outras palavras, a remuneração oferecida deve ser medida a partir do próprio valor subjetivo que um produto tem perante a sociedade. Na prática, afirma Mises, a economia socialista peca em estabelecer o mesmo valor para todos os produtos, desconsiderando sua subjetividade e complexidade produtiva.

De acordo com Mises, o dinheiro transmite valor aos produtos, um econômico, cujo valor não é estável. Essas flutuações existentes no valor expresso no dinheiro variam de acordo com o nível de estabilidade de uma economia. Essas variações por sua vez expressam a possibilidade que os indivíduos têm em dispêndio de dinheiro motivado pelo valor subjetivo dos produtos produzidos ou que ainda serão no presente.

A constituição de um conjunto de produtos de diferente relevância não é compreendida de forma singular por todos os indivíduos. Este argumento é utilizado para refutar os

princípios socialistas voltados à homogeneização de todo o tipo de trabalho e produção de produtos. A subjetividade dos indivíduos sobre os produtos exemplificam a heterogeneidade dos trabalhadores manifestas nas diferenças intelectuais relativas ao trabalho.

Para Mises, o socialismo nega a essência humana manifesta em múltiplas subjetividades. A racionalidade humana se justifica na centralidade da propriedade privada e da produção, no uso do dinheiro para satisfazer as distintas subjetividades.

A racionalidade econômica só é possível por meio da participação dos indivíduos tanto do consumo, como da produção. A determinação do consumo como ponto de partida potencializa um conjunto de relações às quais a harmonização de uma sociedade passa pela capacidade de satisfazer as necessidades por produtos, algo que só é possível em uma relação econômica à qual o consumo mediado pelo dinheiro subordina a produção.

O valor é entendido por Mises como sinônimo da subjetividade do ato da compra de mercadorias. Isso permite conceber um modelo de sociedade composto por competências diferenciadas, cuja capacidade de comprar se resume no sucesso individual. Uma sociedade composta por consumidores e produtores proporciona a elaboração de teorias às quais a exploração do trabalho inexistente. Isso possibilita a negação da existência das classes sociais e suas lutas na história em prol de um modelo societal centrado na equidade social.

A equidade social plena nos parece a negação de um modelo de sociedade centrado no acúmulo irrestrito de capital. A expansão incontrollável do capital acompanhada do também

incontrolável acúmulo de capital cada vez mais centralizado em poucos impactando em severas crises cíclicas econômicas cuja duração tende a crescer nega a equidade.

São as formas constitutivas expressas na relação entre o capital produtivo e o financeiro, tal qual demonstraremos na parte IV deste trabalho que produzem um cenário de exclusão e miséria que colocam em cheque a subjetividade do ato de consumo como valor, visto que um número crescente de seres humanos perde a capacidade de consumir. A tendência imperante da Escola Austríaca da subjetividade do consumo como expressão do valor assume dimensão utópica em que a mão invisível realmente se torna invisível, nula e inexistente.

As formulações de Mises fundamentam o pensamento econômico de Hayek. De acordo com Hayek (1983) o socialismo carece de uma organização social – correspondente a um sistema de incentivos – capaz de orientar os recursos onde mais se precisa. A população enquanto massa consumidora perde a possibilidade de determinar o destino das massas produtivas. A direção de uma economia socialista planejada adquire o privilégio de impor valores e preferências a uma população sem meios de expressão aos processos de consumo à sua volta. É impossível a reprodução de um sistema de preços com burocratas estatais atuando como empresários, pois suas ações atuariam em um sistema ao qual não arriscariam seus próprios capitais.

Hayek se apoiou nas teses de Mises às quais um sistema de preços é um veículo de transmissão de informações e conhecimentos dispersos na população. No socialismo descentralizado a iniciativa privada, para descobrir os procedimentos mais baratos para servir os consumidores,

encontrará obstáculos na necessidade de convencer as autoridades transformadas em empresários por conta própria.

O socialismo, entende Hayek (1983), tem dificuldade morais, sociais, culturais e políticas em virtude das ações coercitivas impostas para conservar o Estado centralizado. Esse mesmo Estado planejado central é um mecanismo antidemocrático e antiliberal, cujos fins justificam os meios para os planejadores manterem suas relações de poder perante a maioria. O socialismo se constitui em uma forma de organização política responsável pela chegada ao poder de governantes “inescrupulosos”. Uma forma política autoritária posta em prática com medidas rígidas condenadas pelos próprios socialistas.

A crítica ao socialismo proposto pelos pensadores da Escola Austríaca vai de encontro aos pressupostos civis-militares de demonizar concepções antagônicas ao capitalismo. Essa demonização vista como mão única, omitia as ditaduras espalhadas pelo planeta que promoviam a repressão e execução de milhares de seres humanos.

Parece-nos que os pensadores da escola austríaca tinham dificuldade em conceber outros modelos de governos ditatoriais, concebendo-os apenas no campo da economia e dos países socialistas. Conforme já afirmamos, o projeto Chicago Boys e governo Pinochet exemplificam esta afirmação. Hayek quanto entrevistado e questionado sobre o seu apoio à ditadura chilena Hayek afirmou: "Pessoalmente eu prefiro um ditador liberal para um governo democrático"<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> Carlos Lucena. Hayek, liberalismo e formação humana. Campinas: Alínea, 2011.

“Diga-me qual os óculos que utilizo e as circunstâncias que me convém que te digo qual é o mundo que vejo”. A crítica aos limites do socialismo impactava a dificuldade de conceber os limites existentes dentro do próprio liberalismo. Daí a afirmação da aproximação do neoliberalismo com o Fascismo. O neoliberalismo como uma fábrica de desigualdades como tão bem demonstrou Ianni<sup>77</sup>.

A descaracterização do socialismo acaba por fundamentar a repressão de ditaduras, seja pela inferência aos seus limites, seja por sua resignificação, concebendo-o como sinônimo de corrupção e promoção do caos social. A ineficácia do socialismo é apresentada como demonstração da incompetência daqueles que o defendem. É nesse sentido que ocorre a crítica ao socialismo no período em estudo.

O crescimento dos movimentos sociais e sindical em curso no Brasil se inseria em uma ação voltada à manutenção do apoio de setores conservadores ao regime e redução da subordinação governamental. Os metalúrgicos do ABCD, a formação do PT, a anistia e os movimentos sociais acentuaram as vozes dos descontentes que se fizeram ouvir com veemência. Estava em jogo uma legitimação teórica voltada a descaracterizar a utopias de transformação do modo de produção como alternativa política, econômica e social.

Esse debate é central, especialmente quando se toma por referência o caráter bonapartista do governo Figueiredo. Em face ao processo de crise internacional o empresariado teve seus lucros reduzidos a patamares inferiores ao I PND. A crítica ao governo civil-militar partiu das diferentes classes sociais

---

<sup>77</sup> Octávio Ianni. Neoliberalismo e nazi-fascismo. In Revista Crítica Marxista. São Paulo : Xamã, no 7. pp. 112-120, 1998.

existentes no país, apostando em projetos antagônicos para esse fim. O que estava em jogo era a sucessão do governo militar e os rumos econômicos e políticos a serem adotados no Brasil.

O cenário da década perdida dos anos 80 do século XX se consolidou em uma tentativa desenfreada de setores empresariais nacionais em participar da recomposição das formas acumulativas do capital transnacionalizado independente dos prejuízos ao país. Em um contexto de expansão incontrolável do capital em âmbito internacional, as frações de classe burguesa queriam apenas participar do negócio, não correndo o risco de ficar aliados da reestruturação das trocas capitalistas em nível internacional, independentemente que essa ação atentasse contra sua própria existência.

A negação do socialismo e a resistência ao crescimento dos movimentos sociais organizados levaram as frações de classe burguesas brasileiras representadas por seus intelectuais no meio acadêmico a elegerem Hayek como seu principal referencial epistêmico. O neoliberalismo foi entendido como um fenômeno de eficiência internacional a ser alcançado a qualquer custo no Brasil. Todo este processo remete a greve dos petroleiros de 1983 a um contexto maior e mundializado inerente às formas de reprodução do capital em sua dimensão produtiva e bancário, superando as disputas internas com a direção da Petrobrás e o governo Figueiredo.

### 3.3.2 O governo Figueiredo e o FMI

A visita de Hayek ao Brasil ocorreu em um cenário econômico recessivo marcado pela subordinação política nacional em termos da negociação junto ao FMI para a liberação de empréstimos voltados à continuidade dos pagamentos dos juros da dívida externa. A queda da produção agrícola, a redução da produção industrial e o processo inflacionário crescente colocaram sérias dificuldades à economia brasileira.

O que este período demonstrou foi a utilização crescente e gradativa de ações econômicas internas voltadas à elevação do superávit primário como forma de garantir o pagamento da dívida externa brasileira.

Algumas ações governamentais merecem destaque. Entre elas, a redução das importações, os cortes nas compras internacionais dos setores público e privado e a redução do orçamento da Nuclebrás. A taxa inflacionária chegou aos 100% e o crescimento do Produto Interno Bruto foi negativo, na ordem de -1%. As taxas de juros bancários foram elevadas, transformando o Brasil em um dos países com maior taxa de juros do planeta. Ao mesmo tempo, o poder de compra da classe média foi atingido pela redução dos salários, acirrando as disputas entre o governo Figueiredo e a oposição.

O governo brasileiro sempre teceu relações econômicas e políticas com o FMI. A abundância de petrodólares no mercado financeiro internacional possibilitou a entrada de capitais internacionais no Brasil fundamentando o “milagre

econômico brasileiro” no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX.

Dos quase 570 milhões de dólares concedidos no período em oito operações anuais, o Brasil sacou apenas 150 milhões (em duas tranches de 75 milhões cada, as primeiras, sem condicionalidades), contentando-se o governo com o aval do FMI para fins de renegociação da dívida com credores oficiais. O BIRD, a partir dessa época, também passou a emprestar com maior liberalidade ao Brasil, assim como a AID, a agência oficial de ajuda ao desenvolvimento do governo dos EUA, ou o Eximbank. Entretanto, no Brasil, a condução do processo de entendimentos com o Fundo foi bastante errática e irregular: logo depois do descumprimento das metas acertadas no acordo de facilidades ampliadas (EFF) do início de 1983, nova missão do FMI veio ao Brasil para tentar convencer as autoridades brasileiras a desindexar a correção automática dos salários, além obviamente de estabelecer metas precisas para a redução da inflação. Como relatado em uma história oficial do FMI cobrindo esse período, os brasileiros tinham resistência a esse tipo de requisito e o seu duradouro e altamente influente diretor executivo, Alexandre Kafka, reclamou que esse nível de envolvimento estrutural na política econômica era pouco apropriado e não tinha precedentes. (Almeida, 2002: s/p)

De acordo com o IBGE, entre os anos de 1978 e 1983, a inflação subiu de 77,2% em 1979 ao ano para 211% em 1983. A poupança de governo de 5,21% do PIB para 1,25% em 1983. Estes índices expressam a fragilidade econômica do Governo

Figueiredo na primeira metade da década de 1980. O crescimento do endividamento nacional, a elevação dos juros internacionais e o crescimento da contestação do regime militar no Brasil se chocavam com um processo maior, através do qual os desdobramentos da crise internacional eram maiores do que aparentavam ser.

### 3.3.3 O FMI e a dívida externa dos países periféricos

O Brasil se inseriu em um complexo processo de crise econômica marcada pela elevação das taxas de juros internacionais, depressão e crescimento do montante devido da dívida externa. A crise mexicana de 1982 exemplifica esta afirmação. Ela demonstrou o empobrecimento dos países latino-americanos em face às dificuldades em se adaptar às mudanças em curso na economia capitalista, desdobramento da crise do petróleo e a falência do Estado de Bem Estar Social em âmbito internacional.

A crise financeira que atingiu os países em desenvolvimento a partir de 1982 foi o resultado de um movimento especulativo de concessão de crédito a tomadores soberanos que começou no início dos anos 70, com o primeiro choque do petróleo. O súbito aumento do preço do petróleo permitiu aos países exportadores obter expressivos superavit comerciais e acumular grandes volumes de reservas em dólares, enquanto os países consumidores amargaram deficit sucessivos que precisavam ser financiados. A partir de então, as operações internacionais de crédito para tomadores soberanos explodiram, caracterizando uma

verdadeira bolha financeira. Os lucros dos grandes bancos nas operações internacionais causaram um verdadeiro ‘efeito manada’, no qual o interesse individual de cada banco era emprestar grandes volumes de recursos, independentemente do risco objetivo dos tomadores, para manter um nível de lucratividade similar à dos outros bancos que estavam no mesmo mercado. (Cordeiro, 2010, 3 Aspas do autor)

O entendimento das crises cíclicas em intervalos de tempo menores, tal qual demonstrou Marx em “O capital” é fundamental para a análise do período histórico em questão. Essas crises têm como essência a contradição manifesta entre o apogeu e a depressão econômica e vice-versa. As crises não são sobrenaturais, mas sim constructos de classe cuja saída consiste na ação destas mesmas classes. Em outras palavras, é a intensificação das lutas de classe que cria, acirra e constrói alternativas para a superação das crises por ela mesma criada. Por ser expressão das contradições manifestas na reprodução do capital, as ações políticas para sua superação não contemplam de forma igualitária todas as classes em questão, privilegiando aquelas que no período possuem maior poder de organização.

A ação do Fundo Monetário Internacional com referência às taxas de juros cobrados nos empréstimos é um exemplo. As condições de empréstimos aos países centrais eram mais vantajosas do que os países periféricos. A fragilidade econômica dos países periféricos os colocou como os principais atores para a superação da crise nos países centrais tendo o FMI papel central no processo em questão.

A reestruturação econômica nos países periféricos expressou essa relação. A utilização das “Cartas de Intenção” entre o FMI e os governos que recorriam a empréstimos materializou os pressupostos monetaristas nas economias dos países periféricos, centrados no controle do crédito interno, política de câmbio, liberalização da economia, estabelecimento de metas quanto aos gastos internos, privatizações, entre outros, foram as exigências feitas voltadas a garantir os interesses reprodutivos do capital em âmbito internacional. O quadro abaixo demonstra as principais ações exigidas pelo FMI como condicionantes para a liberalização de empréstimos.

#### Exigências do FMI para concessão de empréstimos

<b>Medidas</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>Medidas concretas</b>
Deflação	Desacelerar o crescimento da procura interna para reduzir as importações e o déficit público	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Controle estrito da oferta de moeda e redução da disponibilidade de crédito. Aumento da taxa de juro e eliminação de subsídios ou empréstimos preferenciais (por exemplo, créditos para camponeses)</li> <li>– Redução do deficit fiscal, o que implica: cortes na despesa pública corrente e de investimento (exceto os pagamentos da dívida) nos sectores sociais, redução do número de funcionários e congelamento dos seus salários, eliminação dos subsídios (a transportes, fertilizantes, bens de consumo popular...), aumento das tarifas dos serviços básicos da abasteci-</li> </ul>

		<p>mento (água, energia...)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforma fiscal para aumentar as receitas, basicamente com o aumento dos impostos indiretos ou ao consumo (IVA) e cortando nas taxas marginais dos impostos diretos ao rendimento, ao patrimônio e aos lucros empresariais</li> </ul>
Desvalorização	Para reduzir o deficit comercial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas de contenção salarial</li> <li>- A desvalorização da moeda encarece as importações, a procura no mercado nacional reduz-se, e tende-se a promover as exportações (ao reduzir internos aumenta-se a competitividade internacional e incentiva-se os produtores nacionais a vender em mercados externos, onde se obtêm divisas e receitas superiores)</li> </ul>
Desregulamentação	Para dar aos mercados o papel principal na atribuição dos recursos e conseguir assim “preços corretos”	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eliminação dos subsídios e dos controles de preços e salários. Eliminação dos controles cambiais e liberalização dos mercados financeiros.</li> <li>- Desregulamentação dos mercados laborais, reduzindo a cobertura das prestações sociais. Reformulação das relações laborais, diminuindo o poder dos sindicatos e a negociação coletiva</li> </ul>
		<p>.- Redução do papel do Estado na direção e/ou na planificação da economia. Privatização das empresas estatais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Abertura comercial, redução das</li> </ul>

		<p>pautas alfandegárias e desmantelamento das medidas de proteção à produção nacional, eliminação das restrições e regras sobre o investimento estrangeiro.</p>
Políticas setoriais	<p>No quadro do ajustamento, são frequentes algumas políticas setoriais orientadas para a transformação da estrutura da economia ou para atenuar os custos sociais do ajustamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção do sector exportador, especialmente os chamados sectores “não tradicionais”, como as “maquilas” ou indústrias de montagem, ou a “agricultura de mudança” (vegetais de inverno, plantas ornamentais e frutas frescas), mediante isenções fiscais e aduaneiras (como os “certificados de abono tributário” ou isenção de tarifas), e medidas legislativas como a criação de “zonas francas” nas quais as empresas estrangeiras não pagam impostos e não se aplicam as leis laborais. Estas medidas se relacionam com a promoção do investimento estrangeiro nestes sectores.</li> <li>- Apoio ao sector privado e às suas instituições (organizações empresariais) reforçando a sua capacidade de negociação face aos poderes públicos. Melhoria da eficiência das instituições estatais (capacity building na terminologia do BM).</li> <li>- Desde 1987, políticas de compensação social de carácter temporário, como os programas de emprego de emergência, saúde primária, subsídios alimentares, etc..., orientados para os sectores mais pobres (segmentação ou targeting), mediante Fundos de</li> </ul>

		“Investimento Social” (FIS) ou de “Emergência Social” (FES).
--	--	---

Fonte: Sanahuja (1994), pp. 67-69.

O crescimento da dívida externa dos países periféricos implicou em uma conversão crescente do montante em devido em capital fictício, colocando, como prerrogativa, a garantia da composição do seu valor expresso em juros. No ano de 1982, com o acirramento da crise internacional e a dificuldade na captação de recursos para o pagamento dos juros da dívida externa, colocou-se em questão a necessidade do pagamento efetivo dos valores devidos.

Esse processo fragilizou o Brasil no início dos anos 1980. A redução dos investimentos nas empresas estatais como condicionante de novos empréstimos acirrou os conflitos entre os trabalhadores petroleiros e o combalido governo civil-militar quanto às negociações internacionais. Estavam em disputa estratégias voltadas para a redução da presença estatal nas economias nacionais dos países periféricos, criando oportunidades reais para o investimento do capital de origem privada.

### 3.3.4 A crise dos países latinos americanos e a dívida externa.

O empobrecimento dos países periféricos concretizou a possibilidade de uma moratória generalizada no pagamento dos juros da dívida externa. O anúncio da moratória mexicana

materializou a possibilidade concreta de um calote generalizado no pagamento da dívida externa pelos países periféricos, uma vez que Polônia, Argentina e Brasil mostravam tendências similares<sup>78</sup>.

A crise se estendeu por toda a América Latina atingindo também o centro do capitalismo, especialmente os bancos dos Estados Unidos<sup>79</sup>. Até então, antes do risco do calote generalizado, os bancos eram os atores que mais se beneficiavam com os empréstimos internacionais que ofereciam maior retorno e taxas de juros do que os empréstimos nacionais. A crescente transnacionalização dos bancos acompanhada da elevação da acumulação do capital em sua forma bancária implicou a entrada crescente de novos atores nesse mercado independente dos riscos inerentes aos países devedores<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> Na manhã de 12 de agosto de 1982, o ministro da Fazenda do México, Jesus Silva Herzog, fez três telefonemas para Washington. Ligou, em primeiro lugar, para o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan. A seguir, telefonou para o presidente do Federal Reserve, Paul Volcker. Por fim, ligou para o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière. Aos três, transmitiu a mesma mensagem: as reservas externas do México estavam virtualmente esgotadas e se não recebesse ajuda do governo dos EUA ou do FMI, o país não poderia realizar os pagamentos agendados para a segunda-feira seguinte, 16 de agosto. (Cordeiro 2010, 73)

<sup>79</sup> Naquele momento, o total de empréstimos concedidos (exposição) por bancos norte-americanos aos países da América Latina correspondia a 119% do capital destes bancos. A posição dos nove maiores bancos era ainda mais vulnerável: sua exposição aos países da América Latina era de 176% de seu capital. Como, pela legislação norte-americana, um banco era considerado insolvente

<sup>80</sup>e poderia ser liquidado pelo Fed quando suas perdas em empréstimos iguaissem seu capital, os principais bancos dos Estados Unidos corriam risco de falência se os devedores se recusassem a pagar mais do que 40% do valor de face de seus empréstimos. (Cordeiro 2010: 73)

Com a crise do petróleo esse processo sofreu severas restrições. A elevação dos preços internacionais do barril de petróleo somados ao “Choque Volker” elevaram o endividamento dos países periféricos fragilizando as suas economias e com elas a capacidade de continuidade do pagamento dos juros da dívida externa. O crescimento do endividamento dos países da América Latina é demonstrado no quadro abaixo:

Relação entre a dívida externa, exportações e PIB

	Relação dívida/exportação (%)		Relação Dívida PIB (%)	
	1980	1982	1980	1982
Argentina	242,4	447,3	48,4	83,8
Brasil	304,8	95,4	30,6	36,1
Colômbia	117,1	204,3	20,9	26,9
México	259,2	311,5	30,3	52,5
Venezuela	131,9	159,8	42,1	41,4

Fonte: Cordeiro, 2010.

O México teve sua economia fragilizada já no início do ano de 1982. A falência da capacidade de pagamento e a crescente crise econômica nacional limitaram a possibilidade de superação da crise com recursos próprios<sup>81</sup>. As preocupações

<sup>81</sup> No dia 4 de agosto, o Banco do México usou os US\$ 700 milhões de sua linha de swap com o Federal Reserve. Ao contrário de outras três operações similares já realizadas no mesmo ano no final de abril, de junho e de julho, desta vez o Banco do México solicitou três meses de prazo para restituir o dinheiro utilizado [...]. No dia seguinte, foi instituído um sistema de câmbio em dois níveis, que visava a isolar as operações comerciais das operações especulativas. No dia 9, negociações entre México e FMI começaram formalmente com vistas a um pacote de três anos no âmbito do ExtendedFundFacility no valor de US\$ 3,6 bilhões. (Cordeiro, 2011: 83)

em torno da crise mexicana se davam pelo temor dos seus possíveis impactos no sistema bancário estadunidense. Isso se deveu à própria composição do capital existente FED, composto capital estatal e privado. Na prática, a moratória poderia levar à falência o sistema bancário privado, afetando, em sobremedida, o FED e, conseqüentemente, a economia estadunidense.

O quadro abaixo demonstra o montante de empréstimos realizado pelos bancos privados estadunidenses aos países da América Latina até o final do ano de 1982:

Índice percentual de capital dos seis maiores bancos estadunidenses investido na América Latina ao final de 1982

	<b>Argentina</b>	<b>Brasil</b>	<b>México</b>	<b>Venezuela</b>	<b>Chile</b>	<b>Total</b>
Citibank	18,2	73,5	54,6	18,2	10,0	174,5
BankofAmerica	10,2	47,9	52,1	41,7	6,3	158,2
Chase Manhattan	21,3	56,9	40,0	24,0	11,8	154,0
Morgan Guaranty	24,4	54,3	34,8	17,5	9,7	140,7
ManufacturesHanover	47,5	77,7	66,7	42,4	28,4	262,8
Chemical	14,9	52,0	60,0	28,0	14,8	169,7

Fonte: Cordeiro, 2010: 85

Os principais bancos estadunidenses emprestaram ao México mais de 40% do seu capital. Caso esses percentuais de empréstimos não fossem pagos pela amortização e retorno em juros, haveria a possibilidade de falências em grandes bancos dos EUA, pondo em risco a credibilidade da economia estadunidense. Por sua vez a intervenção do FED através do

fornecimento de crédito a esses bancos elevaria a recessão nos Estados Unidos.

Um intenso processo de negociações bilaterais se desenvolveu visando resolver a crise mexicana. O que estava em debate era a busca de alternativas para que o México continuasse a pagar os juros da dívida externa.

No sábado, os norte-americanos propuseram uma operação cujo custo financeiro, para o México, equivalia a 35%. A delegação mexicana entrou em contato com López Portillo, que julgou os termos inaceitáveis. No domingo, a delegação norte-americana fez nova proposta, na qual os juros eram nominalmente reduzidos para 18%, mas o Tesouro cobraria uma taxa antecipada, a título de “administração”, de US\$ 100 milhões. Os mexicanos se enfureceram: a cobrança de uma taxa de administração era uma tática comum e pouco criativa para embutir juros numa operação de empréstimo sem declará-los explicitamente. Neste caso, os custos financeiros dos novos termos propostos eram idênticos aos da proposta do dia anterior. Silva Herzog ligou para López Portillo, explicou a proposta e pediu permissão para abandonar as negociações. López Portillo concordou: “deixe Roma queimar”, disse. (Cordeiro, 2010: 88)

O impasse foi resolvido a partir do empréstimo de US\$ 1,5 bilhão ao México obtido junto ao Banco Central Japonês e de países europeus. Os Estados Unidos arcaram com a metade desta quantia, tendo como condicionante, a negociação com o FMI e o pagamento de um custo de operação de 30% do valor emprestado. Os desdobramentos dessa negociação foram implacáveis para os países da América Latina.

A Argentina vivia um processo de crise econômica com a elevação da dívida externa, aceleração inflacionária e crescimento da pobreza. Os desdobramentos da guerra das Malvinas foram implacáveis ao país levando-o à beira da falência total de sua economia.

O Brasil passava por sérias dificuldades econômicas no período em questão. O ano de 1982 marcou o ápice de uma severa crise nacional atingindo todo o sistema bancário brasileiro, situação que não teve melhora mesmo com o socorro econômico na ordem de U\$\$ 1,25 bilhão. Contudo, em que pese o Brasil estar em situação similar ao México, as formas de negociação e os montantes envolvidos para a “ajuda econômica” foram diferenciadas. O socorro ao México e o endurecimento do tratamento econômico ao Brasil se explica pela existência de um volume maior de exportações estadunidenses em solo mexicano. Soma-se a essa questão as preocupações em termos do acirramento das questões fronteiriças manifestas na possibilidade concreta de fuga de mexicanos em busca de emprego nos Estados Unidos.

A fragilidade econômica e política dos países periféricos os colocaram em condição subordinada quanto às exigências do FMI, sendo o último eleito como o principal gestor da dívida externa na América Latina. O aumento do poderio do FMI possibilitou forçar os países endividados a seguir novos fundamentos que norteariam suas economias em troca de novos empréstimos. A mudança de atuação do FMI acompanhada do crescente endividamento dos países periféricos determinou severas mudanças em suas economias. O cenário da competição internacional expresso pela regulamentação crescente do mercado

implicou a busca desenfreada por investimentos, acirrando a competição capitalista, tal qual as predições liberais. “Os países em desenvolvimento que não liberassem seus mercados financeiros corriam o risco de não atrair investidores estrangeiros. A liberalização, embora inevitável, agravou a dificuldade de manter as âncoras cambiais, levando um número crescente de países em desenvolvimento a deixar flutuarem a suas moedas.” (Eichengreen, 2000: 184).

A pressão internacional em torno da liberalização dos mercados internos foi a premissa imposta ao combalido governo Figueiredo. Com efeito, este governo promoveu o abandono das políticas de substituição de importações por estratégias liberalizantes do mercado. Consolidou-se uma nova relação econômica e política em que estavam em disputa as garantias para o pagamento dos juros da dívida externa pelos países periféricos como forma de assegurar a reprodução e acumulação do capital financeiro nos países centrais.

### 3.3.5 O Segundo Choque do Petróleo

A disputa demonstrada foi acompanhada por uma nova crise internacional expressa pelos conflitos entre o Irã e o Iraque com início em 1980 e termino oito anos após. O Irã, até então aliado dos Estados Unidos, vivia uma ditadura governada pelo Xá Reza Pahlevi. A existência de comunistas e de etnias religiosas xiitas acabou por colocar esses grupos contra o governo Pahlevi e sua posição favorável aos EUA na guerra fria. Uma guerra civil teve início em 1970 estendendo-se até a

queda do governo Pahlevi em 1979 e a instauração da República Islâmica do Irã sustentada pelo nacionalismo e o antiamericanismo.

Esse período foi acompanhado pela instabilidade econômica interna expressa no forte deficit orçamental dos EUA, a elevação da taxa de juros domésticos e o crescimento da recessão interna no país.

Esse cenário fragilizou a presença estadunidense no Oriente Médio. O receio dos EUA era que o Irã influenciasse outras nações a promover insurreições internas para a extensão de governos Islâmicos e antiestadunidense. Para os Estados Unidos, o Iraque, em virtude de suas fronteiras com o Irã, tinha potencial de ser um desses países. Apesar de o Iraque ser constituído com maioria islâmica xiita, Saddam Hussein não era hostil aos EUA. Estes foram elementos para que o governo estadunidense influenciasse as lideranças políticas iraquianas que a guerra evitaria a eminente invasão pelo Irã.

As retaliações tiveram início com a revogação de um acordo pelo Iraque que cedia ao Irã uma área territorial próxima à fronteira ao norte do canal de Shatt-al-Arabe, recebendo como contrapartida a retirada do apoio iraniano às minorias curdas residentes na nação iraquiana. Essa ação foi acompanhada pela invasão do exército iraquiano, em 22 de setembro de 1980, na zona ocidental do Irã. Além do controle do Estreito de Ormuz, o Iraque visou a anexação do Khuzistão, província iraniana rica em reservas petrolíferas.

O avanço do Iraque encontrou forte resistência bélica do exército iraniano provendo baixas e provocando o recuo das tropas invasoras. O exército iraquiano tomou a cidade de

Khorramshahr, no ano de 1981, levando o Irã a intensificar a defesa do seu território.

O apoio dos EUA ao Iraque foi acompanhado de negociações com os iranianos para a venda de armamentos e troca de reféns. Um fato presente na política externa estadunidense se manifesta na aposta constante da divisão e acirramento dos conflitos como forma de enfraquecer todos os atores em disputa. A ideia do conflito constante materializa não só a possibilidade do controle de todas as nações em conflito, bem como potencializa a abertura de mercados comerciais para a venda de mercadorias. Tomando como referência a expansibilidade incontrollável das formas reprodutivas do capital, tal qual demonstrado por Marx em “O livro terceiro de O Capital”, o controle de diferentes regiões do planeta impacta na manutenção da hegemonia política e econômica estadunidense nas próximas décadas.

Essas ações são entendidas em uma totalidade, cujos interesses ultrapassam as fronteiras de um país. Por um lado, abre mercado para empresários estadunidenses fazerem negócios tanto no mercado formal, como no informal e, por outro, possibilita manter o apoio aos governos desses setores nas fronteiras estadunidenses. Um exemplo desta afirmação está na relação internacional ocorrida entre a Guerra Irã e Iraque e a Nicarágua, mesmo estando em locais distantes no planeta.

O segundo mandato do Presidente Ronald Reagan foi marcado pela preocupação em controlar a política na Nicarágua contendo o avanço dos sandinistas. Em processo, denominado pela mídia Irã-Contras, determinou que a CIA negociasse com o Irã o recebimento de armas do mercado

informal em troca de libertação de reféns estadunidenses ligados a setores oposicionistas ao sandinismo presos pelo Grupo Islâmico Hezbollah.

O dinheiro obtido da venda de armas ao Irã foi utilizado para financiar soldados e mercenários anticomunistas na Nicarágua que lutavam em uma guerra civil instaurada no país. Ao mesmo tempo, as armas obtidas pelo Irã nessa negociação fortaleceram o seu exército, possibilitando a recuperação dos territórios perdidos, o avanço no interior das fronteiras iraquianas e o ataque direto a Bagdá.

A possibilidade de expansão do conflito para todo o Golfo Pérsico acirrou as disputas bélicas e políticas. Em que pese o escândalo dos “Irã-Contras”, os Estados Unidos e a Arábia Saudita mantiveram publicamente o apoio ao Iraque enquanto a Síria e a Líbia apoiaram o Irã. A União Soviética, até então parceiro comercial do Iraque, mudou de posição intensificando a venda de armas para o Irã. O governo civil-militar brasileiro, por sua vez, vendeu armas para o Iraque.

O crescimento da resistência iraniana e a presença de navios estadunidenses no Golfo Pérsico levaram a um conjunto de negociações presididas pelo Conselho de Segurança da ONU, por meio de seu representante, Perez de Cuéllar, pondo fim à guerra. O conflito entre o Irã e o Iraque durou oito anos – 1980 – 1988 –, estimando-se que ocorreu a morte de 1 (um) milhão de militares e civis acompanhado de 1 milhão e meio de feridos em ambos os países com um custo total de U\$\$ 150 bilhões.

O impacto da guerra foi considerável na economia internacional. A elevação do preço do barril do petróleo, mere-

cendo destaque o ano de 1979, afetou todos os países de forma indiscriminada, fragilizando as economias periféricas.

As mudanças impostas pelo desdobramento da crise do petróleo modificaram as relações econômicas e políticas entre o centro e a periferia do capitalismo. A financeirização do capital em âmbito internacional impactou em ações de frações de classe burguesa vinculadas aos países centrais. Tendo como referência a transnacionalização das formas reprodutivas do capital em sua forma financeira, promoveram reestruturações que foram vorazes aos países periféricos.

O contexto econômico acima apresentado é essencial para o debate das contradições que levaram à construção da greve dos petroleiros de 1983. A luta contra o “pacote das estatais” expressou a negação à subserviência do governo militar e o fisiologismo de frações de classe nacional ao FMI e credores internacionais, bem como o arrocho salarial através do III PND.

O endurecimento do FMI em termos das condições de novos empréstimos acuou o governo civil-militar em suas relações políticas e diplomáticas em âmbito internacional. Da mesma forma, frações de classe nacional apoiavam essas formas de negociação totalmente desvantajosas ao Brasil, pois se preocupavam apenas com seus interesses fisiológicos. O questionamento dos petroleiros dos acordos realizados junto ao FMI e aos credores internacionais foi de encontro à prerrogativa máxima governamental que, subserviente aos imperativos econômicos internacionais e herdeiro do fracasso do II PND, possuía limitado poder de negociação junto aos credores internacionais.

A greve dos petroleiros de 1983 ocorreu em resistência a interesses nacionais e internacionais. Ela foi contra essa política internacional, um processo complexo e não percebido em sua amplitude pelos trabalhadores que dela participaram.

O “pacote das estatais” foi a expressão da fragilidade brasileira aos credores internacionais, que visou esconder a dimensão bonapartista governamental por meio da repressão aos petroleiros de Paulínia e Mataripe. Em outras palavras, o governo civil-militar reprimiu a greve dos petroleiros como forma de demonstrar força política no cenário nacional e internacional, objetivando uma salvação por meio do FMI que na realidade se constituía no mito da Barca de Caronte: novos empréstimos para pagar os juros dos empréstimos realizados, elevando, ainda mais, a dívida externa e o empobrecimento do país. A salvação imediata como expressão do inferno.

# IV

## A greve dos petroleiros de 1983 e o FMI: considerações teóricas.

**M**arx afirma em “A Miséria da Filosofia” que as categorias econômicas não são senão expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção. Entende que as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas formas produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, eles mudam todas as relações sociais.

Essa formulação fundamenta a análise da greve dos petroleiros de 1983 como uma totalidade, manifesta por rupturas e continuidades, um processo dinâmico e em transformação impulsionado pelos conflitos humanos expressos pela luta de classes. Marx, em o “Método da Economia Política” apontou que os elementos isolados não se explicam por si só, mas sim em uma ampla relação existente nos sistemas econômicos:

[...] que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida,

ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também, da intuição e da representação<sup>82</sup>.

A heterogeneidade de frações de classe burguesa expressou os conflitos entre o governo Figueiredo e o FMI. Ambos são segmentos da burguesia com interesses diversificados em disputa entre si. A fragmentação da burguesia nacional e internacional não implica necessariamente na negação da dimensão reprodutiva do capital, mas seu contrário. Na prática, ao mesmo tempo em que é fracionada e em disputa por interesses antagônicos, em períodos em que sua hegemonia é ameaçada, se unem em torno da defesa do interesse comum. A fragmentação e a conciliação são as expressões maiores da composição interna da classe burguesa.

Marx em “O Capital” demonstrou que quanto maior é a concorrência e a competição no interior da classe dominante, maior será a concentração do capital. A centralização levará a crises que ocorrerão em intervalos cada vez mais curtos. “[...] a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (Marx; Engels, 1983, p. 23)

Em “As Lutas de classes na França (1848–1850)” e, principalmente, em o “O dezoito brumário de Luís Bonaparte”, Marx demonstrou a relação de representação do Estado para com a burguesia. A burocracia estatal desenvolve formas de cooptação dos trabalhadores, produzindo uma burocracia que se

---

<sup>82</sup>Karl Marx, disponível em: <http://www.insrolux.org/textosmarxistas/metododaeconomiaipolitica.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

estende além da consciência burguesa. Suas ações se justificam na manutenção da ordem e formas de reprodução e acumulação do capital, mesmo que firam os interesses burgueses em determinado período da história. Entre as formas de representação do Estado aos interesses burgueses se destaca duas atuações principais. Primeiro, a existência de uma burocracia civil-militar representante dos interesses da burguesia, seja na preservação da ordem, seja por financiamentos, contratos, etc. Segundo, através do oferecimento de serviços sociais como forma de evitar, ou mesmo controlar a luta de classes.

Marx aprofundou o debate sobre a existência de uma burocracia civil-militar estatal em o “O dezoito brumário de Luis Bonaparte”. Foi nessa obra que apontou a composição fracionária e em disputa da classe dominante em virtude da reprodução material na sociedade.

Isso se explica em virtude de alguns fatores. Em primeiro lugar, a dominação burguesa se dá na lógica da aliança de classes com a própria sociedade, o Estado e pequena burguesia. Em segundo lugar, a utilização do Poder Judiciário e Legislativo e da burocracia estatal como forma de exercício e representação dos seus interesses. Em terceiro lugar, o uso das forças armadas como estratégia para garantir os seus interesses. Em quarto lugar, a busca de uma base social de sustentação política dos seus interesses, merecendo destaque o campesinato e o lumpem proletário. Em quinto lugar, a utilização do clero como intelectuais desta concepção de Estado<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup>Barbosa S/D. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/humanidades/index.php/revista-numero-3/160>. Acesso em: 15 mar. 2017.

A composição fracionária da burguesia manifesta nas disputas entre o governo Figueiredo e o FMI fundamenta a greve dos petroleiros de 1983. Em que pese o caráter fragmentário da burguesia nacional e internacional, uma ação comum unificou todas as suas frações: a negação à resistência e às lutas dos trabalhadores em qualquer país gerido pela lógica reprodutiva do capital.

A greve dos petroleiros de 1983 teve contra si a repressão do decadente Governo Figueiredo expressa pelo combalido III Plano Nacional de Desenvolvimento, manifesta por ameaças e demissões dos trabalhadores que dela participaram. Estava em questão um governo bonapartista que procurou se afirmar através da produção de ideologias de criminalização da resistência, tendo parcela considerável da mídia como grande aliada no período em questão.

A greve dos petroleiros se contrapôs ao Fundo Monetário Internacional, representante dos prestamistas internacionais que apostavam na liberalização das economias dos países periféricos como forma de superar a crise econômica nos países centrais. Na realidade, a ação subordinada do governo Figueiredo no cenário político internacional o colocou como um mero instrumento que garantisse os interesses produtivos e financeiros internacionais.

Marx afirma que o estudo de uma sociedade bonapartista implica a superação da aparência dos processos sociais, remetendo-os à essência daquilo que eles realmente são. Na prática, esse processo é possível através da própria formação da burguesia, recuperando suas frações de classe e remetendo-as na produção e, ao mesmo tempo, nas relações de produção que elas estabelecem na superestrutura da sociedade.

Essa é a condição em que se apresenta a complexidade da luta de classes e projetos de sociedade nela inseridos.

O Governo Figueiredo, os movimentos sociais, a crise do petróleo, o FMI, a recessão estadunidense, a crise econômica mundial e a liberalização das economias dos países periféricos como condição para a obtenção de empréstimos para o pagamento de juros da dívida externa não eram entendidas como um movimento em sua totalidade. As mediações acima foram entendidas como isoladas e não como um amplo processo de reestruturação do capitalismo. Da mesma forma, a discussão sobre as contradições internas e externas manifestas no empobrecimento dos países periféricos e seus impactos na economia e na política estadunidense eram restritas a centros acadêmicos estando distantes do debate sobre a formação política dos trabalhadores brasileiros, merecendo destaque, os petroleiros.

A não compreensão desse processo deu um tom metafísico às disputas em questão. O FMI foi entendido como um agente que se explicava por si mesmo, cuja resolução de todos os problemas nacionais passaria apenas por sua negação, algo que apenas não se concretizava por ausência de vontade política governamental. A ausência de compreensão do processo em questão atribuiu ao governo Figueiredo um poder e autonomia política que não tinha e um ator central que não era.

A pauta de reivindicações dos petroleiros teve por objetivo pressionar o governo civil-militar a não embarcar na “Barca de Caronte” e seus efeitos nefastos para o Brasil. Contudo, o que os trabalhadores não perceberam era que o país já embarcara nesta “viagem” há quase uma década e dela não

tinha como desembarcar, visto que os interesses das frações de classe burguesa apoiavam os rumos tomados.

Podemos dizer que enquanto os lucros e dividendos dessas frações burguesas foram elevados, ocorreu o apoio ao governo civil-militar, porém, com o cenário da crise internacional, a entrada do país em crise e a ineficiência governamental em manter os índices de desenvolvimento fizeram com que esse apoio fosse gradativamente retirado.

As frações de classe burguesa têm como objetivo a reprodução do capital e concentração de riquezas sobre o seu domínio. Não importa que para isso os projetos governistas sejam de âmbito nacional ou transnacional, ditaduras ou democracias, partidos políticos conservadores ou não. Enquanto seus lucros proliferam, e viva a Doutrina de Segurança Nacional e aos Atos Institucionais, quando isso não mais ocorre Apoio às Diretas Já , Viva a democracia.

Na prática, a greve parcial de uma única categoria profissional tinha poder político limitado em barrar este processo mundializado, cuja resistência teria possibilidade maior de êxito por meio de uma organização dos trabalhadores em âmbito internacional. Os petroleiros estavam em luta contra frações de classe burguesa vinculadas à reprodução do capital, principalmente, em sua forma financeira cuja ação se explica na circulação do capital em âmbito internacional.

A composição mista – estatal e produtiva – do capital dos bancos centrais dos países credores é fundamental para a interpretação dos processos que estavam em disputa. Essa composição mista do capital bancário estatal traz implicações ao sistema financeiro, uma vez que a crise do sistema privado

afeta o sistema estatal, pois ambos são relacionados. Esse é o sentido ao qual se explica o temor do FED sobre a possibilidade de calote da dívida externa do México e demais países periféricos. Tomando como referência uma sociedade mundializada em termos econômicos e globalizada culturalmente, as formas reprodutivas do capital tomam uma dimensão internacional através da qual a resolução dos problemas de um país passa pela inviabilização de outro.

A greve dos petroleiros de 1983 confrontou esse processo internacional com dimensão maior do que aparentou ser. Ela atentou contra um amplo processo de reestruturação capitalista em curso desde o final dos anos 60 do século XX manifesto em um processo gradativo do crescimento reprodutivo do capital em sua forma financeira. Essas formas reprodutivas do capital bancário implicaram a garantia do retorno dos investimentos incorporando ao valor-trabalho a acumulação em forma de juros.

Marx teorizou em o Livro III de “O capital” as formas reprodutivas ao afirmar que parte do capital bancário é investida em papéis portadores de juros. Ela mesma constitui parte do capital de reserva que não funciona no negócio bancário real. A parte mais importante consiste em letras de câmbio, isto é, promessas de pagamento de capitalistas industriais ou comerciantes

“[...] Para o prestamista de dinheiro, essas letras de câmbio são papéis portadores de juros: ao comprá-las, ele deduz o juro pelo tempo que falta até o vencimento. Isso é o que se chama descontar. Depende, pois, da taxa de juros em cada momento a grandeza da dedução da soma que a letra de câmbio representa.” (Marx, 1988: 6)

A outra parte do capital bancário é formada pela reserva em ouro ou mesmo dinheiro. Essa é a condição do banco para garantir a disponibilidade dos depósitos aos depositantes. Esse capital bancário está sempre em flutuação, uma vez que quando são retirados depósitos por alguns, por outros, nova quantia é depositada.

Os fundos de reserva dos bancos, em países de produção capitalista desenvolvida, expressam sempre, em média, a grandeza do dinheiro existente como tesouro, e parte desse tesouro consiste, por sua vez, em papéis, meros direitos sobre ouro, mas que não constituem valores em si. A maior parte do capital bancário é, portanto, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos de dívida pública (que representam capital passado) e ações (direitos sobre rendimento futuro). Não se deve esquecer que o valor monetário do capital que esses papéis nas caixas-fortes do banqueiro representam – mesmo à medida que são direitos sobre rendimentos seguros (como no caso dos títulos da dívida pública) ou à medida que são títulos de propriedade de capital real (como no caso das ações) – é completamente fictício e que é regulado de modo a se desviar do valor do capital real que, pelo menos parcialmente, representam; ou onde representam mero direito a rendimentos e não capital, o direito ao mesmo rendimento se expressa num montante sempre variável de capital monetário fictício. Além disso, esse capital fictício do banqueiro, em grande parte, não representa seu próprio capital, mas o do público, que o deposita com ele, com ou sem juros. (Marx, 1988, 7)

As formas de composição do capital bancário expressas na organicidade entre o estatal e o privado fundamenta as relações econômicas e políticas entre os bancos demonstrando que a dificuldade de um segmento pode levar ao colapso de outro segmento bancário. As expressões demonstradas por Marx justificam o temor de frações de classe dos países centrais do calor dos países periféricos levando o FMI a assumir o papel de gestor da dívida externa com apoio da burguesia internacional. Por um lado, o endurecimento das condições para a concessão de novos empréstimos como garantia do retorno do investimento através de capital financeiro composto de juros. Por outro lado, a naturalização do FMI como uma espécie de intermediário honesto impondo, como alternativa, a liberalização das economias dos países periféricos como forma de superar a crise no centro do capitalismo.

Essa liberalização da economia atendia aos interesses do capital internacional em busca de facilidades para o acesso às matérias primas, fomento a produção e, conseqüentemente, a circulação mundializada das mercadorias produzidas em suas fronteiras.

A greve de 1983 se contrapôs para além do embate com o governo civil-militar, atingindo os interesses dos prestamistas internacionais e a estratégia burguesa voltada à estabilidade econômica e política dos EUA, cuja conta deveria ser paga pelos países periféricos dependentes de fundos internacionais para equilibrar a balança de pagamentos. Os petroleiros se contrapuseram a um vantajoso negócio internacional por meio do qual o próprio dinheiro se transformava em mercadoria. A concessão de novos empréstimos aos países periféricos tinha como objetivo

garantir a continuidade do pagamento dos juros expressos em uma dívida crescente. Em outras palavras, uma ciranda financeira expressa em juros cobrados sobre outros juros preexistentes, gerando a necessidade de novos empréstimos, e assim adiante.

[...] Enquanto a dívida externa dos 17 países em desenvolvimento mais endividados subiu de US\$ 392 bilhões em 1982 para US\$ 528 bilhões em 1990 [...] os empréstimos comerciais a esses países oscilaram, no mesmo período, de US\$ 219 bilhões para US\$ 232 bilhões [...] Desta forma, a participação dos empréstimos privados no endividamento total destes 17 países caiu de 56% em 1982 para 44% em 1990. Enquanto a dívida externa dos países em desenvolvimento pulou de US\$ 647 bilhões em 1982 para US\$ 1,018 trilhão em 1990 [...] os empréstimos de longo prazo dos bancos comerciais mantiveram-se praticamente constantes, oscilando de US\$ 247 bilhões em 1982 para US\$ 245 bilhões em 1990 [...] A exposição dos nove maiores bancos norte-americanos ao Terceiro Mundo caiu de assustadores 255% do seu capital em 1982 para confortáveis 79% em 1990. (Cordeiro, 2010, 40)

Marx desenvolveu em “o Livro III de O capital” reflexões sobre o acúmulo do capital remetendo-o a processos maiores inerentes às formas de circulação e a obtenção de mais-valia. As reflexões de Marx sobre as crises cíclicas do capital são fundamentais para a recuperação de suas formas de reprodução expressas nas mediações entre a taxa de lucros e juros nas transações comerciais. Tomando como referência os pressupostos expressos no “Método da crítica à economia política” por meio do qual o particular se explica no geral, a formulação

do capital e suas formas de reprodução se explicam pelas contradições que o antecederam manifestas na constituição do trabalho, tanto na sua forma produtiva, como improdutiva.

Esta discussão ganha relevância nas formulações teóricas elaboradas por Marx tanto no Livro II de O Capital, como no Livro III, onde se destaca a teoria marxiana monetarista. A problematização histórica do capital portador de juros é percebida através dessa complexidade.

Marx recupera as origens do capital financeiro demonstrando que sua questão central consiste na transformação do dinheiro em capital e este capital como à expressão pertinente à produção capitalista que através da exploração da compra da força de trabalho obtém mais-valia do trabalho alheio.

O trabalho produtivo produz não só o valor necessário à reprodução da força de trabalho do trabalhador, como também a mais-valia, o valor excedente do qual se origina o lucro dos diferentes capitais, os juros, aluguéis e rendas de todos os tipos, além dos gastos improdutivos tanto públicos como privados. Entre estes gastos improdutivos se incluem até mesmo o salário dos trabalhadores improdutivos. Assim, os salários pagos aos trabalhadores improdutivos implicam uma dedução do excedente produzido na sociedade. Não só não produzem mais-valia, como reduzem (ou melhor, consomem parte da) a massa total dela gerada pelos trabalhadores produtivos. Além disso, todos os gastos de materiais, sejam matérias primas e auxiliares, sejam os referentes à depreciação do capital fixo que implicam, também constituem destruição de excedente real produzido pelos produtivos, redução, portanto da massa

de mais-valia disponível para distribuição entre as diferentes camadas da sociedade que dela recebem seus rendimentos. (Carcanholo, 2008: 205)

A recuperação dessas relações é relevante para a crítica às formas de acumulação vigentes na sociedade capitalista, especialmente quando tomamos por referência o crescimento do capital especulativo que redefine a relação entre nações, acentua a luta de classes e impõe formas perversas de obtenção de mais-valia oriundas do trabalho. Marx demonstrou em “O capital” uma formulação crítica de como o capital se reproduz, sua composição e, conseqüentemente, os processos desumanizantes por ele criado. Para isso, desenvolveu formulações voltadas a explicar a organicidade compositiva do capital. Entre essas formulações merece destaque a constituição do capital produtivo.

O capital produtivo é aquele vinculado às indústrias onde se dão a compra da força de trabalho e a produção de mercadorias. Em o livro III de “O Capital” demonstrou a complexidade do conjunto de relações comerciais executadas na sociedade. “De outro ponto de vista, a atividade comercial é mais ampla do que normalmente se considera. Ela inclui uma série de operações relacionadas com o dinheiro como guarda, pagamentos e recebimentos, cobrança, compensação, que são típicas do setor bancário. Marx chama o capital dedicado a essas operações de capital de comércio de dinheiro (forma de capital comercial)”. (Carcanholo, 2008: 218).

O dinheiro percorre então um circuito no qual parte das mãos daquele a quem Marx se refere como prestamista ou

capitalista monetário, pelo fato de ser proprietário de determinada quantia de dinheiro a ser aplicada como capital pela pessoa que o receberá como empréstimo – o capitalista industrial ou funcionante. Ao ser aplicado como capital na obtenção de maquinaria para uma fábrica, por exemplo, esta quantia de dinheiro permite que haja produção de mercadorias em bases capitalistas de produção e, desse modo, extração de mais-valia no movimento expresso como  $D - M - D'$ . Neste movimento, o dinheiro (D) assume a forma de capital, já que dinheiro como dinheiro é diferente de dinheiro como capital. (Vedroni, s/d: 3)

O entendimento das questões acima apresentadas é fundamental para a recuperação do conceito de juros expresso nas reflexões marxianas. Marx afirma que no lugar:

[...] da efetiva transformação de dinheiro em capital desponta apenas sua forma sem conteúdo. Como no caso da capacidade de trabalho, o valor de uso do dinheiro se transforma no valor da capacidade de criar valor de troca maior do que o possuído. É emprestado como valor que se valoriza a si mesmo, mercadoria, mas uma mercadoria que se distingue da propriedade como tal precisamente por essa propriedade, possuindo, portanto, também, uma forma particular de alienação [...] O que de fato é vendido é seu valor uso, que neste caso consiste em pôr valor de troca, produzir lucro, produzir maior valor do que o possuído por ele próprio. Como dinheiro, não se modifica pelo uso. Mas como dinheiro é gasto e como dinheiro reflui. (Marx, 1978, p. 135)

Marx demonstra ainda em “O capital” que a relação entre o juro e a mais-valia se explica na circulação do capital manifesta na relação econômica de empréstimos concedidos ao capital industrial para ser investido na produção. Esse movimento cria uma relação através da qual dos próprios lucros gerados pela obtenção da mais-valia no processo produtivo, uma parte é retirada para o pagamento dos juros dos empréstimos realizados. O capital monetário é o desdobramento desse processo. Ele não se constitui em mera abstração, mas assume uma relação social em suas formas reprodutivas similares àquelas existentes na circulação de mercadorias.

A demanda de capital monetário provém da necessidade de alguns capitalistas de acelerar a rotação do seu capital (o capital monetário é usado para antecipar a transformação do capital-mercadoria), ou então, como capital adicional, que será transformado em meios de produção para uma reprodução ampliada. A oferta de capital monetário provém do dinheiro ocioso, que pode ser colocado a cargo de capitalistas atuantes, para que se dê sua valorização. Os mecanismos pelos quais o capital monetário é ofertado estão mais bem descritos na análise do sistema financeiro. (Chociay; Neves, S/D, p.3)

As mediações entre o capital comercial e o capital financeiro, demonstradas por Marx em O Livro III de “O Capital”, constituem fundamentos para a recuperação da origem de formas de reprodução expressas pelo capital manifesto na constituição de juros. “O comércio de dinheiro atinge seu pleno desenvolvimento, o que sempre se verifica nas suas origens, quando às suas demais funções se associam as de

emprestar, de tomar emprestado e de negociar com crédito.”  
(Marx, L. III, cap. XIX, p. 369)

Ao longo de vários circuitos do capital o prestador recebe uma parte do lucro obtido pelo empreendimento na forma de juros sobre o capital emprestado. Se o seu empréstimo produz um título que atesta o empréstimo realizado, esse título pode ser vendido a alguém que queira aplicar seu dinheiro. O título nas mãos do primeiro prestador atesta o seu direito a uma série de pagamentos. O capital, no entanto, já foi aplicado pelo empreendimento industrial e existe agora seja na forma de mercadorias a serem vendidas ou na forma de capital produtivo. Mas na mão do prestador parece adquirir uma segunda existência já que pode ser vendido e o capital de empréstimo ser recuperado. No entanto o que existe na mão do prestador é o direito a uma soma de pagamentos e não o capital inicial. Para o comprador desse título tudo funciona como se ele fosse o prestador original já que o direito ao recebimento agora passa às suas mãos. Esses títulos são capital fictício porque não existem como duplicação do valor original emprestado, mas apenas enquanto direito ao recebimento de juros sobre o valor original emprestado. É esse direito que é vendido. O preço desse direito é o juro capitalizado à taxa corrente de juros, valor que recupera para o prestador original o valor adiantado ao capitalista comercial ou industrial. (Cipolla, 2008: 15)

O desenvolvimento do capital fictício é impulsionado pelo sistema de crédito proporcionado pelos bancos atuando no mercado. Isso se explica por um também complexo processo de circulação através do qual os próprios capitalistas fornecem

a um banco seu dinheiro, em forma de depósitos e contraem deste mesmo banco crédito através de empréstimos. Marx em o Livro III de “O capital” demonstrou que todo o valor monetário convertido em depósito bancário acaba por se tornar em capital monetário para empréstimos, gerando capital fictício. “Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título da dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse “capital monetário” é puramente fictícia” (Marx, 1983d, p. 14).

A capitalização é o alicerce para a criação do capital fictício. A criação de uma taxa de juros preestabelecida promove uma inversão nas formas de reprodução do capital. Em outras palavras, no capital real, o valor real do futuro rendimento é conhecido à priori, antes do próprio rendimento. No capital fictício, ao contrário do primeiro, são capitalizados rendimentos futuros com valores nem sempre definidos. Esse movimento expressa o crescimento da volatilidade deste mesmo capital.

O capital portador de juros é a base material de um capital especulativo que separa a compra e a venda, especulando os valores futuros a serem adquiridos nas transações comerciais e de empréstimos. “Quando o capital portador de juros passa a operar com a especulação, com a acumulação futura, descolada de sua base real, material, como no caso dos títulos públicos, tem-se o capital fictício, que se origina daquela forma de capital. O capital fictício constitui-se na forma ilusória que adquirem os rendimentos que parecem provir do capital portador de juros.” (Silva, 2009: 27)

Mesmo que inicialmente pudesse se tratar de capital-dinheiro “real”, de verdadeiro capital a juros, ao comprar títulos da dívida pública, converte-se em capital fictício, sempre e quando se converta, no setor público, em gastos correntes. Esses títulos representam, pura e simplesmente, um direito de apropriação sobre parte da receita pública proveniente, em grande parte, dos impostos a serem cobrados, papéis que dão direito aos que os possuem, de receberem parte das receitas do Estado, recolhida na forma de impostos. São fictícios, ilusórios, pois os valores emprestados ao Estado já foram despendidos, não como capital, e o que se prevê é a arrecadação futura dos valores tomados de empréstimo. A emissão de títulos e ações visa ampliar a acumulação e valorização do capital, e, se o juro que remunera o capital que porta juros só pode provir do lucro, a especulação constitui-se em uma forma de aumentar a exploração da força de trabalho, fonte de criação de toda a riqueza. [...] Os processos gestados no seio da ordem burguesa na qual impera a lógica especulativa do capital portador de juros camuflam a relação da valorização deste capital com a exploração da força de trabalho. (Silva, 2009: 27)

O processo citado fundamenta a construção de ideologias sobre a existência de um mundo sobrenatural das finanças, através do qual a criação da riqueza ocorre independente do capital produtivo e, conseqüentemente, a exploração da força de trabalho através da exploração da mais-valia. Essa afirmação contradiz o entendimento do juro como propriedade restrita do capital, independente do trabalho. O juro, gerado e constituído pela mais-valia, faz parte de sua formação e origem.

“Uma vez explicado o movimento no qual percorre o capital portador de juros bem como o que é pago ao capitalista monetário, devemos acrescentar que para Marx a origem do juro está na separação entre capitalista monetário e capitalista funcionante. É a parte da mais-valia que este último retira de seu lucro que será o montante pago ao capitalista monetário pelo empréstimo de dinheiro aplicado como capital.”  
(Vedroni, s/d: 5)

A constituição do capital composto de juros implica a autoexpansão do valor por ele mesmo criado. Marx, em o Livro III de “O capital” apresentou essa relação à transição da mercadoria em dinheiro e, conseqüentemente, da reprodução do dinheiro em dinheiro. É assim que a circulação  $D - M - D'$ , com o incremento da reprodução do capital intermediada pelos juros, acaba por criar formas de reprodução que precedem do intermédio da mercadoria, manifesto na formulação  $D - D'$ .

Marx representou a relação entre o capital bancário e o produtivo através da elaboração de uma equação expressa da seguinte forma:  $D - D - M - D' - D'$ . Nas relações entre os capitalistas, aqueles vinculados ao monetarismo – os prestamistas – emprestam dinheiro a outros capitalistas garantido pelas vias jurídicas para esse fim. O prestamista “A” ao emprestar dinheiro para o capitalista ativo “B” promove uma forma de circulação de capital, por meio da qual, em poder de “B”, o dinheiro se transforma em capital, percorrendo o circuito  $D - M - D'$ , voltando ao capitalista “A” como  $D'$ . Em outras palavras, é devolvida ao capitalista inicial não o lucro inteiro, mas apenas parte do lucro, o juro. “Na realidade é somente a separação dos capitalistas em capitalistas

monetários e capitalistas industriais que converte parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria do juro (Marx, 1983: 277).”

Mas, além da soma de capital, B tem de entregar a A parte do lucro obtido com essa soma de capital sob o nome de juro, pois A só lhe deu o dinheiro como capital, isto é como valor que não apenas se conserva no movimento, mas cria mais-valia para seu proprietário. Permanece nas mãos de B apenas enquanto é capital funcionante. E com seu refluxo – no fim do prazo estipulado – deixa de funcionar como capital. Como capital não mais funcionante tem de ser devolvido a A, que não cessou de ser o proprietário jurídico do mesmo. (Marx, 1983c, p. 257)

Na prática, com o estabelecimento do sistema de crédito, tanto os juros, como o capital industrial apresentam-se como uma única unidade, assumindo uma dimensão sobrenatural que omite as relações sociais expressas pelo trabalho que foram responsáveis por sua constituição. A mais-valia se restringe ao capitalista industrial.

Os prestamistas que detêm o dinheiro alienam esse mesmo dinheiro a outro capitalista, desta vez como capital manifesto na possibilidade de criação de mais-valia. Ele empresta constantemente seu capital garantindo para isso formas específicas para a sua reprodução. Devemos destacar que a soma de dinheiro utilizada para a geração de capital em questão é a mesma. Porém, sua reprodução como capital se dá pela configuração do dinheiro transformado em capital manifesto pela ação de dois segmentos.

Esse processo se explica pela materialização da repartição dos lucros entre ambos: o lucro para o capitalista “B” e o juro para o capitalista “A”. Marx em o Livro III de “O capital” demonstra que a taxa de juros é inferior à taxa média de lucros. É no capital portador de juros que a alienação e o fetichismo se acentuam na sociedade capitalista.

Uma vez desenvolvida a produção capitalista na amplitude de suas formas e dominante do modo de produção, o capital a juros é dominado pelo capital industrial e o comercial se transforma tão-somente numa figura do próprio capital industrial. [...] Usa-se a violência (O Estado) diante do capital a juros, graças ao abaixamento forçado da razão de juros, de modo que não pode mais ditar seus termos ao capital industrial [...] A verdadeira maneira de o capital industrial subjugar-lo consiste na criação de uma forma que lhe é peculiar: o sistema de crédito [...] O sistema de crédito é sua própria criação, é mesmo uma forma do capital industrial que começa com a manufatura, mas que se elabora de modo mais completo na grande indústria. Originalmente, o sistema de crédito é uma forma polêmica contra os usurários antiquados. (Marx, 1978: p. 143).

O movimento de repartição entre lucros e juros expressos na equação  $D - D'$  aprofunda os processos fetichistas existentes na sociedade, concebendo como natural um processo que na realidade é social.

Diante de tal fetiche, apaga-se a relação antagônica do capital com o trabalho, como se capital fosse coisa em si e dinheiro agora tivesse amor do corpo, e torna-se propriedade do dinheiro fazer mais dinheiro como a de uma pereira dar peras (MARX, 1983). O juro aparece

como criação própria, separada do processo de produção e se completa então a representação do fetiche do capital (Silva, 2009, 27).

As afirmações acima reforçam a defesa de Marx à qual o capital como portador de juros atua de forma similar à mercadoria. Sua forma de circulação dá ao mesmo um valor de uso manifesto em sua capacidade de circulação.

A maior ou menor valorização do capital portador de juros só é mensurável comparando o montante dos juros, a parte que lhe cabe do lucro global, com o valor do capital adiantado. Por consequência, se o preço expressa o valor da mercadoria, o juro expressa a valorização do capital monetário e aparece por isso como o preço que se paga pela mesma ao prestamista (Marx, 1983: 266).

As relações entre capital bancário e produtivo se explicam nas ações e pressões internacionais para a concessão de empréstimos do FMI para o pagamento dos juros da dívida externa. Não foi ao acaso que as exigências do FMI atendiam à desregulamentação das economias nacionais dos países devedores, enfatizando os pressupostos hayekianos anteriormente apresentados.

O FMI ao determinar a abertura dos mercados nacionais dos países periféricos para a atuação de empresas transnacionais como condição para fornecer novos empréstimos agiu no intuito da defesa de frações de classe compostas tanto pelo capital produtivo, como pelo bancário. O que estava em jogo era forçar o Estado Nacional a editar leis nesse sentido, diminuindo o seu tamanho e poder de atuação através da venda de empre-

sas estatais, diminuição seu poder de atuação em causas sociais e seu quadro efetivo de funcionários.

O Decreto-Lei 2036, motivo principal da greve dos petroleiros de 1983, foi editado em consonância com esses pressupostos. Uma redefinição do Estado Nacional que implicava a precarização das condições de trabalho dos empregados das empresas estatais, fragilizados pelos resultados e metas que levaram ao fracasso do II PND, resultado dos imperativos do FMI como condição para o oferecimento de novos empréstimos ao Brasil. É nessa trama internacional da elevação das formas acumulativas do capital expressas nas mediações entre o produtivo e o bancário que se inseriu a greve dos petroleiros de 1983.

Essa greve foi um marco de resistência dos trabalhadores a um processo internacional que traria sérios desdobramentos para o Brasil.

Em que pese sua curta duração, ela alertou para a crítica a um processo de reestruturação capitalista como forma de superação da crise econômica internacional, cujo preço da estabilidade dos países centrais seria o crescimento da dívida externa, da pobreza e instabilidade social e política dos países periféricos.

Em virtude do conjunto de fatores e interesses em questão, essa foi uma greve que não teria como ser vencida em sua totalidade. Os petroleiros tiveram dificuldade em perceber que a luta contra o FMI implicou algo similar à inversão do resultado da luta entre David e Golias.

Não acreditamos que uma greve geral no país conseguiria deter esse processo. As condições materiais para a

ruptura com o modo de produção inexistiam, visto que os movimentos sociais acompanhavam a tendência existente no Brasil em um gradativo processo de transição burguesa que levaria às “Diretas Já” e a abertura democrática dois anos depois. Da mesma forma, derrotar os militares combalidos e abandonados por parcela significativa dos setores civis que o apoiaram significaria cair no conto por meio do qual imagino que derrotou Roma vencendo apenas um dos seus Centuriões.

Apenas uma parcela de trabalhadores da Petrobrás em greve não teria como parar esse complexo processo internacional com atores de diferentes continentes.

O que ocorreu foi uma greve de resistência que não foi derrotada. Destacamos que a posição subordinada do governo Figueiredo nas negociações internacionais com o FMI associadas à debilidade econômica e política do Brasil apresentava grandes possibilidades de um processo gradativo de demissões em massa na estatal preparando-a para a futura privatização nos anos subsequentes.

Os dirigentes sindicais não cometeram equívoco na interpretação do denominado “Pacote das Estatais”. O que não compreenderam foi a dimensão das forças que estavam em disputa no conflito, visto que as análises sobre a interpretação de uma crise maior eram ainda embrionárias no meio acadêmico brasileiro, limitando o seu potencial de fomentar os debates dos petroleiros.

A discussão do neoliberalismo ganhou corpo no Brasil apenas na década seguinte, bem como os planos econômicos internacionais para o pagamento da dívida externa, que se

materializaram no país com a instauração do Plano Real, 12 anos após o conflito.

A greve se somou à década dos movimentos sociais no Brasil, processo que reduziu a entrada das políticas monetaristas no país. Os demitidos foram readmitidos na Petrobrás em 1985 e outra parcela nos anos subsequentes. Uma nova geração de militantes petroleiros foi formada no chão das refinarias, terminais e plataformas da Petrobrás, tendo como exemplo este ex-petroleiro, hoje, Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, e que por muitos anos foi bolsista de produtividade 2 do CNPQ, com algumas orientações em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado em Educação, que aqui teoriza uma das greves mais importantes da histórica dos trabalhadores da Petrobrás.

Esses trabalhadores reconstruíram e reestruturaram o Sindicato dos Petroleiros de Campinas de Paulínia, participando de greves históricas contra os frutos dessa fase embrionária do neoliberalismo que amadureceram na década de 1990. Deixemos estes estudos para outros trabalhos de pesquisa...

## REFERÊNCIAS

- AGGIO, A. **Trinta anos sem Allende**. s/d. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=270>. Acesso em: 24 jun. 2015.
- ALMEIDA, M. H. T. de. O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. In: **Rev. Debate e Crítica**, SP: Hucitec, 1975.
- ALMEIDA, P. R. de. **Diplomacia financeira: o Brasil e o FMI, de 1944 a 2002**. Disponível em: <http://pralmeida.tripod.com/academia/05materiais/927DiploFinanceira.html>. Acesso em: 27 mar. 2013.
- ALMEIDA, M. P. de. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. 2010. 250f. Tese (Doutorado em História), UFF, Rio de Janeiro, 2010.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALVES, G. “Do “novo sindicalismo” à consertação social”: ascensão (E Crise) do Sindicalismo no Brasil (1978–1998). In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n.15, p. 111–124, nov. 2000.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? **Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas, São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1992.

ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1988.

ANTUNES, R. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.

ARNS, D. P. E. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BARBOSA, W. **Estado e poder político em Marx**. Disponível em: [http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/artigos/estado\\_poderpolitico\\_marx.pdf](http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/artigos/estado_poderpolitico_marx.pdf). Acesso em: 14 jan. 2012.

BELLINGIERI, J. C. **A economia no período militar (1964–1984): crescimento com endividamento**. Disponível em: [www.unifafibe.com.br/revistasonline/.../9/17052011165316.pdf](http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/.../9/17052011165316.pdf). Acesso em: 14 jan. 2017

BEM, A. S. do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. In: **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137–1157, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a04v2797.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BERLINK, M. **O Centro Popular de Cultura da U.N.E.** São Paulo: Coleção Krissis, Ed. Papyrus, 1984.

BIJOS, D. O II PND: Sonho, Fracasso e Fuga, **Revista Científica do INESC**, v. 1, p. 82–93, 2011. <http://revistainesc.com.br/pdf/0d15fd5e9e92d0b90fa68eee977d18ed.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BILTRÁN, R.; SCHNEIDER, A. Dinâmica social y clase trabajadora durante la dictadura militar de 1976 – 1983. In: **Nuevas ten-**

**dencias en el sindicalismo.** Brasil – Argentina. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1992.

BITENCOURT, E. A.; CAMPOS, A. L. de A. Economia políticas de exportação no Brasil. Gestão Empresarial e Responsabilidade Social. In: **Rev. Pesquisa em debate.** Edição Especial, 2009.

BÖHM–BAWERK, E. **Karl Marx and the close of his system.** New York: Augustus M. Kelley, 1949

BÖHM–BAWERK, E. **Zum Abschluss des marxschen Systems.** Disponível em: <https://www.marxists.org/deutsch/referenz/boehm/1896/xx/index.htm>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BOITO JR., A. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. In: BOITO JR., A. (Org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

BOITO JR., A. **Sindicalismo de Estado no Brasil.** São Paulo: Unicamp, 1991.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas.** Lisboa: Publicações Europa América, 1983.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRANT, V. C. **Paulínia: Petróleo e Política.** São Paulo: CEBRAP, 1990.

CALLINICOS, A. Igualdade e capitalismo. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CAMPOS, A. F. O II PND e o processo de estatização da dívida externa: a crise das estatais e a sua posterior privatização. In: **Rev. Raízes,** ano XVIII, n. 19, p. 49–64, maio 1999.

CARCANHOLO, M. D. Algumas implicações da exasperação historicista da teoria do valor de Marx por Moishe Postone. In: **Marx e o Marxismo**, v. 4, p. 303–317, 2016.

CARCANHOLO, M. D. A Importância da categoria valor de uso em Marx. In: **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 9, n.2, p. 17–43, 1998.

CARCANHOLO, M. D. Marx(ism) and Public Debt: Thoughts on the Political Economy of Public Debt. In: **Rev. Critique**, Glasgow, v. 45, p. 303–317, 2017.

CARCANHOLO, M. D.; CORREA, H. F. S. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. In: **Rev. da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 44, p. 9–30, 2016.

CARCANHOLO, R. A. Capitalismo contemporâneo e trabalho produtivo. In: **Revista de Economia**, Curitiba, Editora UFPR, v. 34, n. especial, p. 205–221, 2008.

CARVALHO, G. A. M. **Acumulação do capital e inovação tecnológica**: a experiência brasileira durante o regime militar, 1964 a 1985. 2006. Dissertação (Mestrado em economia), USP, São Paulo, 2006.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

CAVARZAN, G. M. **Economia, discurso e poder**: os bastidores políticos do segundo plano nacional de desenvolvimento (II PND), 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9817/5616>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CHIAVENATO, J. J. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

COLISTETE, R.P.; SANTOS, F.G. Reavaliando o II PND: uma abordagem quantitativa. In: XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 2010, Salvador. **Anais...**, Salvador: UFBA, 2010.

COSTA, S. A. **Estado e controle sindical no Brasil**. São Paulo: Ed. Vozes, 1985.

CORDEIRO, F. C. **O FMI, a política interna dos EUA e a crise da dívida dos nos 80. 2010**. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, E. **A Dinâmica da economia mundial e as premissas da crise dos anos 80 no Brasil**, s/d. Disponível em: [http://media.wix.com/ugd/37018d\\_c97a56425f50d2871b207463fb1adc8b.pdf](http://media.wix.com/ugd/37018d_c97a56425f50d2871b207463fb1adc8b.pdf). Acesso em: 14 fev. 2016.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Rio de Janeiro: Ed. CPM, 1981.

COUTINHO, C. N. (Org) **Antonio Gramsci. Escritos políticos (vol. 1: 1910–1920)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 404.

DIAS, A. de C. Planejamento e Políticas Públicas. In **Rev. IPARDES**, 2007. Disponível em: [www.capitalsocialsul.com.br/.../PLANEJAMENTO\\_E\\_POLITICAS](http://www.capitalsocialsul.com.br/.../PLANEJAMENTO_E_POLITICAS). Acesso em: 14 fev. 2016.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- DURKHEIM, E. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social**. Campinas, S.P.: Ed. Unicamp, 1986.
- FARIA, M. da G. D. **Terceirização: (Des) fordizando a fábrica**. 1995. Tese (Doutorado), Unicamp, Campinas, 1995.
- FAVETTI, R. T. **O sentido da lei na teoria política moderna: enfoques em More, Hobbes e Marx**. Disponível em: <http://www.datavenia.net/opiniaio/rafael.html>. Acesso em: 14 fev. 2016.
- FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil. In: **Rev. Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831–856, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 14 fev. 2016.
- FROELICH, G. M. As Matrizes Ideológicas do II PND (1975–1979). In: **Rev. Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1–26, 2007.
- FOULCAUT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1983.
- GAMBOA, S. A. S. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas, Ed. Praxis. 1998.
- GOHN, M. da G. Lutas e movimentos pela educação no Brasil. In: **Eccos. Revista Científica**, São Paulo v. 11, p. 23–38, 2009.

GORENDER, J. Hegemonia Burguesa reforçada pela prova eleitoral de 94. In: **Rev. Crítica Marxista**, São Paulo, 1995.

GRAMSCI, A. Conselhos de Fábrica, Sindicatos e Partidos. In: **Rev. Cara a Cara**, São Paulo, p. 161–177, 1978.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, A. **Disgregazione sociale e rivoluzione**. Napoli: Liguori, 1996.

GRAMSCI, A. **Jornal L'Ordine Nuovo**. 11 jun. 1919. Centro Gramsci de Educazione [http://www.centrogramsci.it/?page\\_id=228](http://www.centrogramsci.it/?page_id=228) acesso em 26 de ago. 2018

GRAMSCI, A. **La costruzione del partito comunista (1921–1926)**. Turim: Einaudi, 1978.

GRAMSCI, A. **A Lettere (1908–1926)**. Turim: Einaudi, 1992.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Os cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Scritti politici**. Roma: Riuniti, 1973. 3. v.

GROS, D. B. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. In: **Rev. Civitas**, v. 3, n. 2, p. 273–300, jul./dez. 2003.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 5. ed. Porto Alegre: LPM, 1985.

GHIRALDELLI, P. Werner Sombart e a mulher no comando do capitalismo. In GHIRALDELLI, P. **Filosofia como crítica social**. São Paulo: 2016. Disponível em:

<http://ghiraldelli.pro.br/sociologia/mulher-no-comando-do-capitalismo.html>. Acesso em: 17 jul. 2018.

HAYEK F. A. El Uso Del Conocimiento em La Sociedad. In: **Rev. Estudios Públicos**, XXXV, n. 12, p. 519-30, 1983.

HAYEK F. A. The Theory of Complex Phenomena" en el volumen The Critical Approach to Science and Philosophy. In: **Essays in honor of K. R. Popper**. EUA: MacMillan Publishing Co., 1964.

HAYEK F. A. “Los fundamentos éticos de una sociedad libre” Exposición en el Ciclo de Conferencias sobre Fundamentos de um Sistema Social Libre. In: **Rev. Estudios Públicos**, Santiago de Chile, 1981.

HAYEK F. A. **O caminho da Servidão**. São Paulo: Ed. Globo, 1974.

HAYEK F. A. Los principios de un orden social liberal. In: **Rev. Estudios públicos**, Santiago de Chile, n.6, 1982

HAYEK F. A. “Los fundamentos éticos de una sociedad libre”. In **Rev. Estudios públicos**, Santiago de Chile, n.3, 1981.

HAYEK F. A. **Porque não sou conservador**. In Instituto Ordem Livre, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ordem-livre.org/?q=node/114>. Acesso em: 15 abr. 2011.

HENRIQUES, J. **A grande inflação dos anos 70**. Disponível em: <http://www.clubeinvest.com/bolsa/>

show\_futures\_technical\_analysis.php?id=669. Acesso em: 27 mar. 2013.

KANGAS, S. **The Chicago boys and the chilean 'economic miracle'**: Country Strategy. Paper, European Commission, 2007.

KOUREICHE, Emir J., In **Web Artigos**. 2009. Disponível em:<http://www.webartigos.com/artigos/o-milagre-economico-brasileiro/23068/>. Acesso em: 27 mar. 2013.

KOSIC, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1982.

LAMOUNIER, B. (Org.), **De Geisel a Collor**: o balanço da transição, São Paulo: Ed. Sumaré, 1990.

LENIN, V. **O Estado e a revolução**, São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

LENIN, V. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Editora Polis, 1979.

LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento 1974-1976**: sonho e fracasso. 1978. Tese (Concurso de professor titular), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2002.

LOMBARDI, J. C. História da educação brasileira e marxismo. In: **Rev. Trajetos**, Campinas, Unicamp n. 1, 1994.

LOMBARDI, J. C. **Marxismo e história de educação**: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente.

1993. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1993.

LAGUEUX, M. Ordre spontané' et darwinisme méthodologique chez Hayek. In: ÉTHIER G.; DOSTALERAND, D. Hayek: **Philosophie, économie et politique**. Montréal: ACFAS, 1988. p. 87–103

LOW-BEER, J. O Estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997) In: **Rev. Espaço & Geografia**, v.5, n. 2, p. 65–100, 2002.

LUCENA, C. **Aprendendo na luta**: a história do sindicato dos petroleiros de Campinas e Paulínia. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

LUCENA, C. Capital, ciência e precarização: um estudo sobre a (des) qualificação profissional dos trabalhadores da Petrobrás. In: **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, SP, n.20, p. 77–93, 2006.

LUCENA, C. (Org.) **Capitalismo, Estado e educação**. Campinas, SP: Átomo, 2008.

LUCENA, C. Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

LUCENA, C. **Tempos de destruição**: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, MG: Edufu, 2004.

LUCENA, C. **Os tempos modernos do capitalismo monopolista**: um estudo sobre a Petrobrás e a (des) qualificação profissio-

nal dos seus trabalhadores. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2001.

LUCENA, C. (Org.) **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas, SP: Átomo, 2008.

LUCENA, C.; LOMBARDI, J.C.; FERRI C. Educação, qualificação profissional e empregabilidade em Caçador SC. In: III JORNADA DO HISTEDBR, 2003, Americana. **Anais...** Americana: Unisal, 2003.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

LUKÁCS, G. Notas metodológicas sobre as questões de organização. In: LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

LUXEMBURGO, R. **La acumulación del capital**. México: Ediciones Internacionales Sedov, 2012.

MACARINI, J. P. **Crise e política econômica: o governo Figueiredo (1979–1984)**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 144, jun. 2008.

MACKILLOP, A. **Economie de l'energie**. Paris: J. Percebois Editions Economica, 1989.

MARX, K. **As Lutas de Classes na França (1848–1850)**. São Paulo: Global, 1986.

MARX, K. "La Cuestión Judía". In: MARX, K. **Escritos de juventud**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo.: Paz e Terra, 1997.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **El capital**. Buenos Aires: Signos, 1971.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Os Economistas).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983c. (Os Economistas).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983d. (Os Economistas).

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas I, II e III**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **La ideologia alemana**. Montevideo: Grijalbo, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Moscou: Ediciones em Língua Estrangeiras, 1952.

MATTOS, M. B. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955–1988)**. Rio de Janeiro: Vício da leitura, 1998.

MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. Unicamp, Instituto de Economia, 2004.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Ed. Fase, 1983.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-44

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução: Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo e Editora da Unicamp, 2002.

MIRANDA, G. A. C. **Acumulação do capital e inovação tecnológica**: a experiência brasileira durante o regime militar 1964-1985. 2006. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFCLH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OHLWEILER, O. A. FMI e acumulação mundial. In: **Esquerda.net**. Lisboa, Portugal, 1987. Disponível em: <http://www.esquerda.net/dossier/história-do-fundo-monetário>. Acesso em: 27 mar. 2013.

OLIVEIRA, M. B. de. **Sobre a crítica de Böhm-Bawerk à Teoria do Valor Trabalho de Marx**. Texto para discussão. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/b-bawerk.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

PRADO, E. F. S. **Complexidade: Hayek e Marx**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: [www.iea.usp.br/iea/evolusociais](http://www.iea.usp.br/iea/evolusociais) acesso dia 10/10/2008.

Acesso em: 27 mar. 2013.

PRADO, E. F. S. **A dialética de Engels a Marx e o evolucionismo de Hayek**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: [http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Dialetica\\_evolucionismo.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Dialetica_evolucionismo.pdf). acesso dia 05/10/2008. Acesso em: 27 mar. 2013.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. **Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. Disponível em: [http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4041:anistia-ampla-geral-e-irrestrita&catid=19:civil&Itemid=161](http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4041:anistia-ampla-geral-e-irrestrita&catid=19:civil&Itemid=161).

Acesso em: 27 mar. 2013.

RODRIGUES, L. M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: Boito Jr., A. (org) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 11-42

RUSHDOONY, R. J. A Lei marxista. Trad. Felipe Sabino de Araújo Neto. In **Monergismo.com** Disponível em: [http://www.monergismo.com/textos/politica/a-lei-marxista\\_rushdoony.pdf](http://www.monergismo.com/textos/politica/a-lei-marxista_rushdoony.pdf).

Acesso em: 27 mar. 2013.

SACCARNO, C. e L.; CORRÊA, H. F. Novas tecnologias de organização e a tecnologia do capitalismo. In: BRUNO, L. (Org.). **Organização, trabalho e tecnologia**. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.

SADER, E. **Quando os novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Ed. Fase, 1983.

SAES, D. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IF-CH/UNICAMP, 1994.

SALERMO, M. S. **Reestruturação produtiva e sindicatos**. São Paulo: USP, 1993.

SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. In: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n. 41, 1999.

SPRIANO, P. **La cultura italiana del '900 attraverso le riviste – L'Ordine Nuovo Torino**, Einaudi, v.1, p. 17, 1963.

SEVERINO, A. J. **Educação, ideologia e contra ideologia**, São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., 1986.

SILVA, A. O. da. **História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)**. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SILVA, G. do C. e. **Conjuntura política nacional**: o poder executivo & geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SOMBART, W. **Le Bourgeois**: contribution à l'histoire morale et intellectuelle de l'homme économique moderne. Chicoutimi, Québec: Cégep de Chicoutimi. 2002. 169 p.

SOMBART, W. **Lujo y capitalismo**. Buenos Aires: G. Davalos, 1958. 222p.

SOMBART, W. **Os judeus e a vida econômica**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 516 p.

SOMBART, W. **Socialismo y Movimiento Social**. Madri: Ediciones Ercilla, 1935.

SORIANO NETO, M. **A disciplina e a hierarquia (Curiosidades Históricas)**. Ministério da Defesa – Exército Brasileiro – Secretaria-Geral do Exército. Centro de Documentação do Exército (C Doc Ex/1973). Disponível em: [http://www.cdoex.eb.mil.br/site\\_cdoex/Arquivos%20em%20PDF/Disciplina\\_e\\_Hierarquia.pdf](http://www.cdoex.eb.mil.br/site_cdoex/Arquivos%20em%20PDF/Disciplina_e_Hierarquia.pdf). Acesso em: 14 jun. 2014.

SOUSA, A. de A. O conceito gramsciano de “revolução passiva” e o estado brasileiro. In **Revista Labor**, Fortaleza, Ceará, 2012 Disponível em: [http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/2010/conceito\\_gramsciano.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/2010/conceito_gramsciano.pdf). Acesso: 14 jun. 2014.

STEPAN, A. C. **Os militares: da abertura à nova república**, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.

TAVARES, M. C. et al. O governo Figueiredo: o fim do desenvolvimentismo “à brasileira. In: TAVARES, M. C. et al. **O papel do BNDE na industrialização do Brasil: os anos dourados do desenvolvimentismo**. São Paulo: Arte Memórias, 2010. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109011001560.MD4\\_0\\_179.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109011001560.MD4_0_179.pdf). Acesso em: 14 jul. 2014.

URÁN, A. M. B. **Nacionalismo, militarismo e dominação na América latina**. Petrópolis, R.J.: Ed. Vozes, 1987.

WEFFORT, F. (Org.). **Os Clássicos da Política II**. São Paulo: Ática, 1991.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VAZ E SILVA, J. **Do liberalismo revolucionário à contrarrevolução neoliberal**, 2011. [https://josevazsilva.fponto.net/pr\\_jvs\\_art.php?ID=64](https://josevazsilva.fponto.net/pr_jvs_art.php?ID=64) Acesso em 24 fev. 2012

VIANNA, L. V. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: CERIFA, 1983.

VIANNA, L. V. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, I. M. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Curitiba: SEEC, 1991.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UNB, 2012.

VON MISES, L. **A mentalidade anticapitalista**. São Paulo: Vide Editorial, 2012.

VON MISES, L. **Marxismo desmascarado**. São Paulo: Vide Editorial, 2012.

VON MISES, L. **O cálculo econômico sob o socialismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2012.

VON MISES, L. **O livre mercado e seus inimigos**. São Paulo: Vide Editorial, 2009.

VON MISES, L. **Socialismo**: analisis economico y sociológico. Traducción de Luis Montes de Oca. Buenos Aires: Instituto Nacional de Publicaciones de Buenos Aires, 1968.

VON MISES, L. **The theory of money and credit**. Tradução de H.E. Batson. Indianapolis: Liberty Classics, 1980.

## **DOCUMENTOS E JORNAIS SINDICAIS**

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PETROLEIROS DE CAMPINAS E PAULÍNIA, 1972.

ATA DE FUNDAÇÃO DO SINDIPETRO CAMPINAS E PAULÍNIA,  
1973.

ATAS DAS REUNIÕES SINDICAIS DE 1973 ATÉ 1983.

BOLETINS O PETROLEIRO, 1983 ATÉ 1984.

DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1983, elaborado pela direção do Sindipetro Campinas.

### **JORNAIS E REVISTAS**

JORNAL CORREIO POPULAR – (1983/ 1984)

JORNAL DIÁRIO DO POVO – (1983/1984)

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO – (1983/1984)

JORNAL GAZETA MERCANTIL – (1983/1984)

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO – (1983/1984)

## **SOBRE O AUTOR**

Cientista Social pela Puccamp. Mestre em Educação pela Puccamp. Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Pós-doutorado em Educação pela Ufscar. Pesquisador do Histedbr. Professor Titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, atuando na graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado em educação. Coordenador do GT - Histedbr - Trabalho, Educação e Formação Humana - Uberlândia. Editor-Chefe da Editora Navegando Publicações vinculada ao Histedbr. Desenvolve pesquisas nas áreas de Trabalho e Economia da Educação, investigando as mediações entre a mundialização do capital e a formação dos trabalhadores.

**Curriculum Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9554910126433226>

# ÍNDICE REMISSIVO

## D

Ditadura Civil–Militar 14 – 18 – 19 – 20 – 21 – 22 – 33 – 34 –  
64 – 65 – 70 – 71 – 76 – 88 – 96 – 121  
– 122 – 140

## E

Estados Unidos 16 – 19 – 34 – 41 – 99 – 100 – 103 –  
104 – 108 – 112 – 121 – 122 – 123 –  
130 – 132 – 135 – 147 – 148 – 149 –  
150 – 160 – 162 – 189 – 192 – 193 –  
195 – 199 – 189 – 190

## F

FMI 16 – 17 – 18 – 21 – 35 – 41 – 47 – 50 –  
57 – 122 – 148 – 149 – 150 – 151 –  
157 – 159 – 160 – 172 – 183 – 184 –  
185 – 186 – 187 – 194 – 195 – 202 –  
203 – 204 – 205 – 207 – 208 – 212 –  
223 – 224 – 225

## G

Greve dos Petroleiros 8 – 14 – 17 – 18 – 19 – 31 – 34 – 35 –  
37 – 41 – 42 – 43 – 61 – 63 – 68 – 70 –  
79 – 95 – 114 – 145 – 146 – 150 – 156  
– 158 – 159 – 171 – 182 – 201 – 203 –  
206 – 209 – 223

## O

Oriente Médio 16 – 19 – 113 – 124 – 130 – 131 – 133  
– 135 – 136 – 195

## P

Pacote das Estatais 20 – 21 – 24 – 28 – 30 – 197 – 198 –  
221

Petrobrás 18 – 29 – 30 – 31 – 37 – 39 – 41 – 43 –  
46 – 50 – 52 – 53 – 58 – 61 – 114 –  
116 – 117 – 119 – 128 – 140 – 141 –  
143 – 151 – 158 – 171 – 182 – 224 –  
225

Petróleo 16 – 17 – 19 – 36 – 40 – 41 – 43 – 52 –  
113 – 124 – 125 – 130 – 132 – 136 –  
140 – 143 – 159 – 169 – 184 – 195 –  
200 – 206

## R

Replan 14 – 32 – 37 – 39 – 46 – 47 – 50 – 52 –  
58 – 59 – 61 – 62 – 145

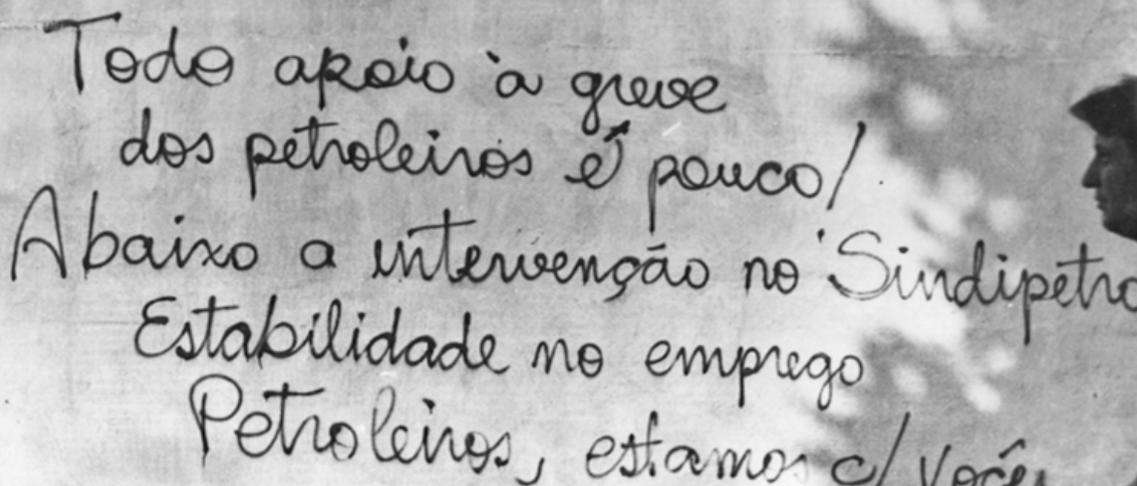
## S

Sindicalismo 12 – 13 – 14 – 19 – 30 – 33 – 34 – 35 –  
138 – 140 – 142 – 143 – 144

Sindipetro 32



**Este livro é uma homenagem a todos  
petroleiros(as) que lutaram em 1983  
contra a ditadura civil-militar e o  
Fundo Monetário Internacional**



Todo apoio à greve  
dos petroleiros é pouco!  
Abaixo a intervenção no Sindipetro  
Estabilidade no emprego  
Petroleiros, estamos c/ vocês